

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
MESTRADO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE**

MARCOS FERREIRA DA SILVA

**AGRICULTURA FAMILIAR NA SERRA DO CENTRO, CAMPOS LINDOS (TO):
trajetória histórica e transformações decorrentes da expansão do “agronegócio”**

**PALMAS (TO)
2017**

MARCOS FERREIRA DA SILVA

**AGRICULTURA FAMILIAR NA SERRA DO CENTRO, CAMPOS LINDOS (TO):
trajetória histórica e transformações decorrentes da expansão do “agronegócio”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins, como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Ciências do Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Héber Rogério Gracio

**PALMAS (TO)
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S586a Silva, Marcos Ferreira da.
AGRICULTURA FAMILIAR NA SERRA DO CENTRO, CAMPOS LINDOS (TO): trajetória histórica e transformações decorrentes da expansão do agronegócio. / Marcos Ferreira da Silva. – Palmas, TO, 2017.
129 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Ciências do Ambiente, 2017.

Orientador: Heber Rogério Gracio

1. Agricultura Familiar. 2. Agronegócio. 3. Campos Lindos (TO). 4. Serra do Centro. I. Título

CDD 628

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

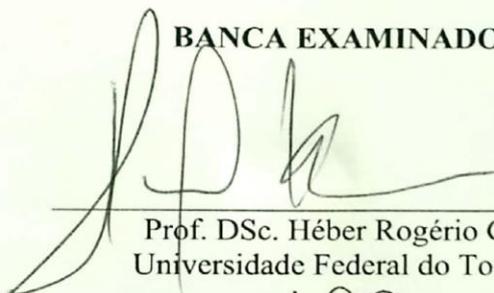
Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARCOS FERREIRA DA SILVA

**A AGRICULTURA FAMILAR NA SERRA DO CENTRO, CAMPOS LINDOS (TO):
trajetória histórica e transformações decorrentes da expansão do “agronegócio”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

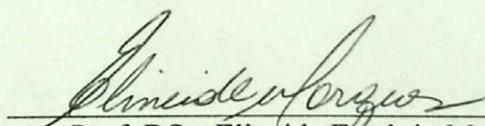
BANCA EXAMINADORA



Prof. DSc. Héber Rogério Gracio
Universidade Federal do Tocantins



Prof. DSc. Alex Pizzio da Silva
Universidade Federal do Tocantins



Prof. DSc. Elineide Eugênio Marques
Universidade Federal do Tocantins

Aprovada em, 22 de setembro de 2017.

Local da defesa: Avenida NS 15, Quadra 109 Norte, Plano Diretor, Bloco III, Sala 37, CEP:
77.001-090, Universidade Federal do Tocantins, Câmpus Universitário de Palmas, Palmas-TO.

Ao meu filho,
Miguel Neves Ferreira.

AGRADECIMENTO

A Deus em primeiro lugar...

À toda minha família, especialmente minha mãe, Maria da Felicidade Ferreira da Silva, pela eterna companhia, ensinamentos e orações. À minha irmã, Alexsandra Ferreira da Silva, e meu irmão, Maykon Ferreira da Silva, pelas orações, pelas ajudas e por suprirem minha ausência na companhia dos nossos pais.

A minha esposa, Thais Costa Neves Ferreira, por todo o apoio e compreensão que tornou possível a realização desse sonho. Pelas inúmeras vezes que precisou me substituir como pai. Pelo exemplo de esposa e mãe dedicada que sempre foi. Aos meus sogros, Zaqueu Batista Neves e Maria de Jesus Costa Neves, e cunhado, Thalison Costa Neves, pelo acolhimento e pela ajuda nos momentos difíceis.

Ao meu orientador, Héber Rogério Gracio, pela imensa parceria e compreensão para realização desse trabalho, mostrando a esse engenheiro agrônomo uma nova forma de enxergar a importância da agricultura familiar. A todos os professores do PPGCiamb pelo aprendizado e apoio, especialmente à Professora Adriana Malvasio, pela ajuda à distância em nosso primeiro contato via telefone que permitiu que tudo isso fosse possível.

A todos meus amigos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desse sonho, especialmente a meu amigo Waldinei Lameira, pela ajuda e encorajamento inicial. Aos novos amigos de Campos Lindos (TO), Luzo Teles, Carlito, Antônio Batata, Messias, Zé Itamar e João Ramos. E especialmente a Cícero Miranda da Silva (seu Cicinho), pela contribuição com o trabalho e muito mais, pela lição de vida.

Hoje você nunca se conforma pelo que ocê tem, quer mais. Quer mais. E é assim. Cinquenta por cento só é correndo. Só correndo. Eu acho que ele té corre e passa por fora da fortuna dele. Eu acho que caminhando ele chega mais certo. Porque faz como o dizer, “você caminhando de passo a passo, com aquela fé... em premeiro lugar no pai, em segundo lugar na sua coragem. Naquela fé de verdade, de passo a passo. Muitas vez cê vai longe. Você arrecada o que é seu sonho. Mas correndo num é muito fácil não. Às vez... que muitas vez cê erra o lugar e passa por fora, num é verdade?...

Cícero Miranda da Silva.

RESUMO

Em maio de 2015 o governo federal lançou oficialmente no Tocantins o PDA-Matopiba, com o objetivo, dentre outros, de promover o desenvolvimento econômico regional e a melhoria da qualidade de vida da população local por meio de ações públicas voltadas à ampliação das condições locais de infraestrutura, logística e outros meios necessários para a expansão das atividades agropecuárias ligadas ao setor do agronegócio. A presente dissertação busca avaliar situação que guarda semelhança com esse plano visando compreender seus aspectos sociais e econômicos e suas decorrências sobre a agricultura familiar regional, por meio do estudo da relação entre esses dois modelos de produção, na região da Serra do Centro, em Campos Lindos (TO). O objetivo foi compreender o modo como os agricultores familiares locais concebem as mudanças ocorridas em sua trajetória histórica e modo de vida em função da chegada dos grandes empreendimentos ligados ao setor do agronegócio e sua nova condição frente a este novo cenário local. Para tanto inicialmente foram revisados dados bibliográficos e documentais que revelassem o máximo possível de informações sobre as características econômicas, físicas e sociais da região do município investigado. Os dados empíricos foram obtidos a partir da memória dos agricultores familiares que residem na Serra do Centro desde antes da implantação do Projeto Agrícola Campos Lindos. Os primeiros resultados revelaram a importância da frente de expansão da pecuária bovina vinda do Nordeste no século XIX para a ocupação dessa região, favorecida pelas suas características físicas, sociais e econômicas, dando origem a uma população predominantemente de agricultores familiares. No final do século XX foi a vez dos grandes fazendeiros produtores de soja avançarem sertão adentro até ocuparem, com o apoio do poder público, as chapadas da Serra do Centro, provocando agravamento da questão fundiária local. A análise do material coletado em campo revelou que a chegada dessa nova frente de desenvolvimento econômico alterou substancialmente a trajetória histórica dessas famílias e a forma como se distribuía por esse território. Por outro lado, inferiu-se do modo como as famílias locais concebem o processo de transformação de seu sistema produtivo, que a implantação do Projeto Agrícola Campos Lindos inviabilizou várias de suas atividades produtivas e condicionou aos agricultores familiares a condição de empregados nas fazendas do projeto. Assim, o caso de Campos Lindos (TO) pode lançar luz sobre outras experiências que conjuguem grandes interesses econômicos e ações do poder público na região do MATOPIBA.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Agronegócio. Serra do Centro. Campos Lindos (TO).

ABSTRACT

In May 2015, the Federal Government of Brazil officially launched in Tocantins the PDA-Matopiba, with the objective, among others, to promote regional economic development and improve the standard of living of the local population through public actions which aimed the extension of the local infrastructure, logistic and other means necessary to the expansion of the agricultural activities linked to the agribusiness sector. The present study aims to evaluate the situation that holds similarity with this plan, aiming to comprehend its social and economic aspects and its consequences over regional family farming through research of the relation between these two models of agricultural production at Serra do Centro, in Campos Lindos (TO). The objective was to understand how the local family farmers perceive the changes that have occurred in their historic trajectories and way of life as a result of the arrival of the great enterprises related to the agribusiness sector and their condition facing this new local scenario. Therefore, this study initially revised bibliographic and documental data that could reveal the maximum information about regional economic, physic and social characteristics of the investigated county. The empiric data were obtained through family farmers memories that reside at Serra do Centro since the implementation of the Projeto Agrícola Campos Lindos. The first results revealed the importance of the expansion front of cattle breeding, from northwest of Brazil, in the XIX century to the occupation of the region, which was supported by its physical, social and economic characteristics, originating to a predominantly family farming population. The end of the XX century witnessed the expansion of large soybean farmers in the region until the occupation, with the support of the governmental power, of the Serra do Centro plateau, causing aggravation of the local land issue. The analyses of the field material collected revealed that the arrival of the new front of economic development substantially modified the historical trajectory of these families and how they were distributed in the territory. This study shows how local families conceive the transformational process of their productive system, that the implantation of the Projeto Agrícola Campos Lindos made great part of their activities unfeasible and conditioned the family farmers to the condition of employees in the project farms. Thus, the case of Campos Lindos (TO) can shed light on other experiences that combine great economic interest and actions of governmental power in the region of MATOPIBA.

Keywords: family Farming, Agribusiness. Serra do Centro. Campos Lindos (TO).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização de Campos Lindos (TO).	37
Figura 2 – Evolução da população urbana e rural de Campos Lindos, a partir dos Censos Demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010.....	38
Figura 3 – Solos predominantes na Serra do Centro e em seu entorno de acordo com ZEE do estado do Tocantins 2015.	40
Figura 4 – Regiões Fitoecológicas do Tocantins elaborado pela Secretaria de Planejamento e Orçamento para o Projeto Zoneamento Ecológico-Econômico do Tocantins em 2013.....	42
Figura 5 – Evolução da área plantada e produção da soja no Brasil de 1977 até 2015.....	45
Figura 6 – Evolução da área plantada (mil ha) de soja na região Sul, Centro-Oeste e no MATOPIBA, a partir de 1977 até 2015.	47
Figura 7 – Evolução da participação (%) das regiões Sul e Centro-Oeste e dos estados do MATOPIBA na produção nacional de soja, a partir de 1977 até 2015.....	48
Figura 8 – Evolução da produtividade da soja no Brasil de 1977 até 2015.	49
Figura 9 – Evolução da área plantada e da produção de soja nos municípios de Balsas (MA) e Campos Lindos (TO) no período entre 2000 e 2015.....	50
Figura 10 – “Mapa social das terras camponesas” resultado do trabalho de campo do MPF sobre o mapa da Fundação Nacional de Saúde elaborado em 1996.....	61
Figura 11 – Genealogia da família do senhor Hilário Marcelo Ramos até seus netos.	63
Figura 12 – Genealogia dos entrevistados da família Marcelo, descendentes de Águida Marcelo Ramos, neta de Hilário Marcelo Ramos.....	64
Figura 13 – Genealogia dos entrevistados da família Miranda, descendentes de Virgulino Mirada da Silva.....	66
Figura 14 – Genealogia da família do senhor Francisco Dias Barbosa.....	68
Figura 15 –Representação das comunidades a partir das posses que foram regularizadas pelo Estado.	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de propriedades e área ocupada em relação ao tamanho do estabelecimento.	42
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

CPT	Comissão Pastoral da Terra
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAET	Federação da Agricultura do Estado do Tocantins
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAGO	Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria
INTERTINS	Instituto de Terras do Tocantins
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MPF	Ministério Público Federal
NATURATINS	Instituto Natureza do Tocantins
PAM	Pesquisa Agrícola Municipal
PDA-Matopiba	Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA
PLANALTO	Associação de Plantadores do Alto Tocantins
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidade Tradicionais
RL	Reserva Legal
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos Lindos
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA	20
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO PESQUISADA	33
3.1 A atividade pastoril e a formação da população da região.....	33
3.2 Criação do município de Campos Lindos (TO).....	36
3.2.1 Aspectos físicos.....	38
3.2.2 Aspectos sociais e fundiários	42
3.2.3 Aspectos econômicos	44
3.3 Breve histórico da evolução da soja até Campos Lindos (TO).....	44
3.4 A chegada da soja e a questão fundiária na Serra do Centro	51
4 IMPACTOS DO PROJETO AGRÍCOLA CAMPOS LINDOS NA AGRICULTURA FAMILIAR DA SERRA DO CENTRO	58
4.1 Trajetória histórica	59
4.1.1 O pioneirismo.....	59
4.1.2 Motivação para estabelecimento de novas famílias	68
4.1.2.1 <i>A continuação do movimento migratório.....</i>	<i>69</i>
4.1.2.2 <i>Retorno às origens</i>	<i>71</i>
4.1.2.3 <i>O desejo de possuir uma família</i>	<i>72</i>
4.1.3 Processo de migração interna.....	76
4.2 Modo de vida.....	81
4.2.1 A roça: “Era daquilo que ocê vivia. Hoje não, [...] desenvolveu demais. Mas sempre tem um pedacim de roça”	81
4.2.1.1 <i>Preparo da terra “mais é roça mercanizada, pedacim... Pra livrar da compra. [...] Num ficar sem roça”</i>	<i>83</i>
4.2.1.2 <i>O plantio “Essas coisinha véia de pobre cê faz salada, de tudo cê planta um poquim né?...”</i>	<i>87</i>

4.2.1.3	Colheita e armazenamento “Panhado num pranete bom assim. Agasaiado. Ela só vai estragar naquele tempo de vencimento em diante”	92
4.2.2	As criações “Todo mundo tinha uma curralerinha. Hoje não, a depois que foi fechado, alguém tem”	94
4.2.3	Outras alternativas de alimentação e renda “Naquele tempo cê escolhia o que cê queria comer, era fácil”	102
4.2.4	Comercialização e transporte “Nossa cidade toda vida foi Balsa. [...] O transporte era talo de buriti”	104
4.2.5	A questão do trabalho: “Não, pra roça num vô. Vô trabaia de empregado que meu patrão me faz um salário bom”	108
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119
	ANEXOS	122

1 INTRODUÇÃO

Do ponto de vista econômico, o momento da agricultura nacional é muito bom, cada vez mais o setor ganha destaque e aumentando sua participação na economia, graças principalmente ao processo de modernização da estrutura produtiva, intensificado nas últimas quatro ou cinco décadas. Essa modernização aliada a um forte aparato estatal, que inclui incentivos legais, fiscais, infraestrutura e crédito, permitiu o aumento da margem de lucros e o avanço da atividade agrícola empresarial sobre áreas antes inviáveis para a agricultura intensiva. É, por exemplo, o que está ocorrendo nos cerrados dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, que estão sendo convertidos principalmente em monocultivos de grãos, pastagens e silvicultura.

Em maio de 2015 a então ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, senadora Kátia Abreu, lançou oficialmente no Tocantins, o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA (PDA-Matopiba), criado por meio do Decreto nº 8.447, assinado pela Presidente Dilma Rousseff, dias antes. Segundo a senadora, a região de cerrado contínuo, entre os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, apelidada pelo acrônimo de MATOPIBA, compreendia a última fronteira agrícola em expansão do mundo e era estratégica para o Ministério da Agricultura, que pretendia apoiar o crescimento sustentável dos produtores locais, com investimentos em tecnologia e assistência técnica. Pensando nisso foi criado na estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Agência de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA, com a missão de acompanhar o processo de desenvolvimento da região e transformá-la na maior fronteira agrícola do país:

Esta é a última fronteira agrícola que terá oportunidade de contar com o apoio do Estado. Mas não é o apoio protecionista, é o apoio em logística, infraestrutura e energia. [...] A gente observou que de 40, 45 anos para cá, as regiões de agricultura foram nascendo isoladamente, mas a logística não as acompanhou, houve um certo abandono. Produtores experientes ocuparam nossas áreas agrícolas e a população local ficou à margem assistindo. Com o MATOPIBA queremos reverter isso e ajudar esses produtores pequenos a migrarem para a classe média (COSTA, 2015).

Seu discurso é complementado nas palavras do Secretário de Desenvolvimento Rural do estado do Piauí, Francisco Limma (TV CLUBE, 2015). Segundo ele a Agência de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA foi pensada para cuidar do desenvolvimento sustentável da região, com projetos voltados para infraestrutura, como estradas, energia, hidrovias, pontes, estruturas de armazenamento e outros, visando o desenvolvimento econômico com incentivo de políticas agrícolas de fortalecimento da produção nesta região,

observando a parte ambiental e social na região. Ele afirma ainda que a intenção do MATOPIBA é cuidar não só do agronegócio, mas também dos pequenos e médios produtores da região, dando ênfase para a questão da regularização fundiária, que trará segurança aos bons investidores e aos posseiros que estão em terras do Estado faz muitos anos.

Questionado sobre as reclamações dos produtores que vieram do sul do país e se instalaram na região, quanto às condições ruins de estradas e de acesso à energia elétrica e sobre os investimentos nessa área, o secretário foi taxativo:

É isso que o governo federal e o governo do estado querem evitar, é que a exemplo de outras novas fronteiras agrícolas, a região se desenvolva sem qualquer apoio, sem qualquer assistência. Então quem conhece o Mato Grosso, quem conhece o extremo oeste do Pará, sabe das dificuldades. Então exatamente institui uma agência que vai planejar e executar o planejamento, que vai atrair os investimentos e cuidando das pessoas, cuidando do meio ambiente e cuidando da parte da infraestrutura. Então é esse o desafio, planejar para evitar o descaso que até então essas regiões ficaram, meio jogada, tocadas muito mais pelos produtores do que pelo Estado (TV CLUBE).

O Decreto Presidencial nº 8.447, assinado em 06 de maio de 2015, que instituiu o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA deixa clara a importância conferida pelo poder público ao agronegócio, como atividade econômica alçada à condição de carro chefe da estratégia de desenvolvimento da região destacada como última fronteira agrícola nacional. O decreto, em seu artigo 1º, versava sobre a criação do plano, nos seguintes termos:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA – PDA-Matopiba, que tem por finalidade promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável fundado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população.

§ 1º O PDA-Matopiba será publicado por ato do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e definirá os municípios dos estados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins incluídos na sua área de abrangência.

§ 2º O PDA-Matopiba orientará programas, projetos e ações federais relativos a atividades agrícolas e pecuárias a serem implementados na sua área de abrangência e promoverá a harmonização daqueles já existentes, observadas as seguintes diretrizes:

I - desenvolvimento e aumento da eficiência da infraestrutura logística relativa às atividades agrícolas e pecuárias;

II - apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico voltados às atividades agrícolas e pecuárias; e

III - ampliação e fortalecimento da classe média no setor rural, por meio da implementação de instrumentos de mobilidade social que promovam a melhoria da renda, do emprego e da qualificação profissional de produtores rurais.

§ 3º A implementação do PDA-Matopiba deverá observar a cooperação entre órgãos e entidades federais e entre estes e os órgãos e entidades dos demais entes federativos e a participação dos setores organizados da sociedade local (BRASIL, 2015).

No entanto, através do Decreto 8.859 de 26 de setembro de 2016, que reorganizou a estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Agência de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA foi extinta e o governo federal recuou na projeção de investir 29 bilhões na região, apesar do esforço de alguns parlamentares para que o governo não deixe de fazer os investimentos necessários para o desenvolvimento da região.

O fim da agência, no entanto, não quer dizer o fim da expansão da fronteira agrícola nessa região e nem da conversão da vegetação do cerrado local em monocultivos ligados ao modelo de desenvolvimento preconizado por ela. Talvez signifique apenas uma redução no aporte de recursos públicos destinados a acelerar esse processo. Em outras palavras:

MATOPIBA não depende da vontade de um governo. É uma realidade que não volta mais atrás. [...]. Nós queremos ter um continente de prosperidade, não com uma varinha de condão, não apenas uma ideia ufanista, mas temos condições e meios para fazer com que os produtores nativos, os pequenos e os médios possam ser inseridos nesta grande prosperidade do agronegócio (NORTE AGROPECUARIO, 2016).

De fato, o modelo de desenvolvimento preconizado por meio dessa agência não representava algo de tão novo para a região. Ele já está consolidado em várias partes do MATOPIBA e “é uma realidade que não volta mais atrás” E isso demonstra que a pretensão dos governos locais com o plano era canalizar investimentos públicos e privados e acelerar a disseminação desse modelo para o restante da região. Mas, por outro lado, isso não significa dizer que os governos anteriores dessa região não incentivaram esse processo. Muito pelo contrário, o que se observa nas áreas onde ele já está plenamente instalado, é que o aporte público foi fundamental para que ele chegasse ao ponto que está atualmente. É o caso, por exemplo, do município de Campos Lindos (TO), no nordeste do estado, que conheceu um rápido crescimento econômico a partir da década de 1990, depois de forte intervenção do governo estadual em favor da implantação de um megaprojeto de produção de grãos, às custas de desapropriação e incentivos à vinda de investidores nacionais e de multinacionais.

A semelhança dos discursos dos agentes e dos textos das políticas públicas que defendiam e defendem a necessidade de investimentos públicos para alavancar o processo de desenvolvimento econômico regional por meio da expansão das atividades agropecuárias ligadas ao setor do agronegócio não param por aí. Infere-se sempre de suas “entrelinhas” a promessa dos ganhos sociais e a inclusão dos pequenos agricultores nesse processo de desenvolvimento, como verificado nos discursos da senadora, do secretário estadual e no texto do decreto que cria a agência do MATOPIBA. O mesmo também pode ser verificado nos discursos dos agentes públicos que defendem a implantação do Projeto Agrícola Campos

Lindos, utilizavam dessa mesma prerrogativa para justificar o aporte de recursos públicos utilizados para promoção das atividades do agronegócio na região, como destacado da nota de esclarecimento emitida pela secretaria de comunicação do estado do Tocantins em 1998.

O Governo pretende titular as terras para os posseiros [...] dando-lhes a oportunidade de participarem de um MODERNO PROCESSO DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL com elevados benefícios para as suas famílias, o Estado e o País. Os posseiros, ocupantes de posses, mansas e pacíficas há mais de 30 (trinta) anos [...] serão os primeiros beneficiários com o Projeto criado em razão da situação de abandono e de injustiça a que estão relegados (TOCANTINS, 1998).

A comparação do que ocorreu em Campos Lindos (TO) com o que é proposto para o MATOPIBA revela que se trata de aperfeiçoar o velho modelo de desenvolvimento promovido nessa região, dando-lhe nova roupagem, mas valendo-se das mesmas prerrogativas do passado quanto à referência que fazem à questão da melhoria da qualidade de vida da população local. No entanto, elas nunca são claras quanto a esses meios de valorização e fortalecimento da pequena produção oriunda da agricultura familiar e como seria a inclusão dessas pessoas nesse pretense processo de desenvolvimento.

Essa foi então a questão inicial que motivou essa pesquisa, estudar o PDA-Matopiba e suas decorrências sobre a agricultura familiar da região. No entanto, levando em consideração que se tratava do programa MATOPIBA em fase muito inicial de implantação e que isso traria dificuldades para obter dados que permitissem uma análise dessas decorrências, adotou-se a estratégia de estudar uma cidade do estado do Tocantins onde já houvesse um contato intenso entre a agricultura empresarial e a familiar. Foi então que, a partir da análise dos dados do IBGE e da pesquisa bibliográfica, verificou-se que o município de Campos Lindos (TO) reunia as condições necessárias para a investigação e compreensão desse processo e lançar luz sobre os possíveis impactos da expansão do agronegócio sobre a agricultura familiar na região do MATOPIBA.

Entretanto ao compreender melhor a história do município e as decorrências da intervenção do Estado no seu território, percebeu-se que estava diante de um grave conflito fundiário envolvendo pequenos agricultores, posseiros históricos da região, e os recém-chegados agentes do agronegócio, beneficiários do projeto estadual. Esse poderia então ser o objeto principal de investigação da pesquisa, no entanto essa questão foi posta em segundo plano, tendo em vista que a justiça ainda não se pronunciou definitivamente sobre o caso e que o conflito ainda era muito recente, como será descrito nas próximas unidades. De certa forma isso poderia influenciar na relação com os interlocutores locais, que poderiam temer que seus discursos pudessem interferir na solução do problema na justiça. É bom que se diga que a

questão fundiária gerada em Campos Lindos (TO) em função do referido projeto foi muito bem retrata na tese de doutoramento de Cifuentes (2013) e que muitas de suas informações serviram de referência para a realização dessa pesquisa.

Assim, para evitar a necessidade de buscar novo recorte e insistindo com a continuação da pesquisa no município, optou-se pelo foco no sistema produtivo e na sua transformação a partir do contato com as grandes fazendas produtoras de grãos. Pois além dos dados preliminares indicarem que também houve significativa mudança no modo de produção dessas famílias, trata-se de um tema com qual tenho maior experiência profissional e pessoal e isso poderia contribuir para a aproximação do público alvo. Consequentemente para compreender esse processo foi preciso contextualiza-lo no decorrer da trajetória histórica dos interlocutores, e assim chegou-se ao objeto principal dessa pesquisa.

Dessa forma, para elucidar essa questão e lançar luz sobre possíveis impactos da expansão do agronegócio sobre a agricultura familiar no MATOPIBA, lancei-me ao estudo da relação entre esses dois modelos de produção agrícola nos “entrecórregos” da Serra do Centro, em Campos Lindos (TO). Assim, este trabalho objetivou compreender o modo como os agricultores familiares locais concebem as mudanças ocorridas em sua trajetória histórica e modo de vida em função da chegada dos grandes empreendimentos ligados ao setor do agronegócio e sua nova condição frente a este novo cenário local.

A intenção não é generalizar os fatos ocorridos na Serra do Centro para o restante do MATOPIBA, mas sim, se antecipar a eles no sentido de melhorar a eficácia das relações positivas e evitar que padrões indesejáveis na relação agronegócio e agricultura familiar se repitam em outros pontos da região. Como demonstrado por Lakatos e Marconi (2003). Segundo as autoras, fatos e relações já conhecidas servem para prever novos fatos e relações.

A teoria serve para, baseando-se em fatos e relações já conhecidos, prever novos fatos e relações - a teoria torna-se um meio de prever fatos, pois resume os fatos já observados e estabelece uma uniformidade geral que ultrapassa as observações imediatas. [...]. Esperamos a ocorrência dos mesmos padrões em virtude de: a) acreditarmos conhecer quais os fatores que causam esses padrões; e, b) acreditarmos que esses fatores serão encontrados na nova situação (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 117).

Assim, a primeira parte desse trabalho procura esclarecer, mesmo que de forma sucinta, os conceitos relacionados aos termos “agronegócio” e “agricultura familiar” e por que são contrapostos no decorrer do trabalho, além de demonstrar os métodos e técnicas considerados mais adequados para realização da pesquisa, tratamento dos dados e apresentação dos resultados.

A segunda parte foi dedicada a contextualizar por meio da pesquisa bibliográfica e documental da área do estudo, justificando os motivos que levaram à sua escolha para realização dessa pesquisa. Inicialmente descrevendo o modo como a agricultura familiar se estabelece na região através da descrição do processo inicial de ocupação e povoamento local até a formação dos municípios da região e do município de Campos Lindos (TO), descrito com mais detalhes nos seus aspectos físicos, sociais e econômicos, relevantes para os objetivos dessa pesquisa. Na sequência, nessa mesma unidade, é apresentado um breve histórico do processo de expansão da cultura da soja no Brasil até sua chegada a região de Balsas (MA) de onde avança para o território da Serra do Centro na década de 1980, culminando com a implantação do Projeto Agrícola Campos Lindos no final da década seguinte.

Finalmente na terceira parte do trabalho são apresentadas as narrativas dos interlocutores locais descrevendo a trajetória histórica de suas famílias, pioneiras no processo de ocupação do território da Serra do Centro, e em que momento o contato com os primeiros produtores de soja e a desapropriação da área interfere nessa trajetória. Em seguida é descrito o modo de vida dessas famílias, tendo como foco principal o sistema produtivo e o processo de transformação pelo qual tem passado ao longo dos anos, inferindo-se, pois, de suas narrativas, o modo como concebem essas mudanças e sua nova condição frente a esse novo cenário de expansão das atividades ligadas ao setor do agronegócio.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

Dessa forma, levando em consideração que a questão proposta na introdução remete à diferença de dois modelos distintos de ordenamento fundiário e produtivo no mundo rural. De um lado uma agricultura baseada numa forma específica de acesso e uso da terra organizado a partir da família e do outro um modelo mais recente, pautado na lógica empresarial e no tecnicismo. Nessa unidade trataremos inicialmente dos limites conceituais e o contexto histórico sobre o qual foram produzidos os termos “agronegócio” e “agricultura familiar” para justificar os motivos que levaram ao uso destes termos como referência a esses dois modelos. Na sequência descrever o instrumental metodológico utilizado nas diversas fases dessa pesquisa.

Levados ao pé da letra os significados dos termos “agronegócio” e “agricultura familiar” e a forma generalizada como às vezes são empregados, pode parecer um erro contrapô-los na atualidade. A pesquisa bibliográfica revelou que a produção agrícola do município de Campos Lindos (TO) se concentra principalmente na Serra do Centro e no seu entorno. Essa produção é fruto de uma agricultura intensiva, moderna e de larga escala, desenvolvida em grandes parcelas de terras, acima de mil hectares, com dois ciclos produtivos bem definidos, um de soja na primeira safra e outro de milho na segunda safra. A maior parte desses grãos é comercializada logo após a colheita e o restante é armazenado em grandes silos espalhados pelas sedes das grandes fazendas e empresas ao longo da Serra do Centro.

No decorrer desse trabalho será usado o termo “agronegócio” para se referir a esse modo de produção e seus agentes, públicos ou privados. Pois o que se pode inferir do texto do decreto que criou o MATOPIBA é de que é esse modelo de produção agrícola que deve ser implementado para alavancar o processo de desenvolvimento econômico dessa região, ao qual eles se referem com a denominação de agronegócio.

Segundo Sauer (2008) esse termo se popularizou no Brasil a partir da década de 1990 e é a tradução do termo inglês agribusiness. Ele faz uma referência aos negócios relacionados à agricultura e a pecuária e no Brasil foi utilizado para caracterizar a atividade rural em grande escala praticada em grandes extensões de terras. Segundo o autor

[...] o termo “agronegócio”, no Brasil, expressa – ou deseja expressar – as atividades agropecuárias que utilizam técnicas de produção intensiva (mecanização e química) e de escala, o que gera aumento da produção e da produtividade. Desde o início, o seu uso deu-se em contraposição tanto à lógica latifundista, grandes extensões de terras utilizadas apenas como reserva de valor, como à da produção de subsistência, atividades agropecuárias de menor escala e com menos capital investido, ou seja,

produtores “menos eficientes” e não plenamente, ou competitivamente, integrados ao mercado (SAUER, 2008, p. 17, grifos do autor).

Atualmente o termo agronegócio vem sendo usado de forma mais generalizada e abrangente. Para Mendes e Junior (2007), a partir da década de 1960 o setor rural brasileiro passou por um processo de transformação tecnológica e isso gerou uma dependência crescente do setor rural ao industrial. A agricultura passou a ser vista como um complexo sistema que envolve as atividades realizadas dentro da propriedade rural e as que são praticadas fora da propriedade, como a produção de insumos, o armazenamento, o processamento e a distribuição dos produtos agrícolas.

Por agronegócio deve-se entender a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, do processamento e da distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos com base neles. Estão nesse conjunto, conseqüentemente, todos os serviços financeiros, de transporte, classificação e marketing, seguros, bolsas de mercadorias, entre outros. Todas essas operações são elos de cadeias que se tornaram cada vez mais complexos à medida que a agricultura se modernizou e o produto agrícola passou a agregar mais e mais serviços que estão fora da fazenda. Dessa forma, o conceito de agronegócio engloba os fornecedores de bens e serviços para a agricultura, os produtores rurais, os processadores, os transformadores e distribuidores e todos os envolvidos na geração e no fluxo dos produtos de origem agrícola até chegarem ao consumidor final. Participam também desse complexo os agentes que afetam e coordenam o fluxo dos produtos, como o governo, os mercados, as entidades comerciais, financeiras e de serviços (MENDES; JUNIOR, 2007, p. 48).

As visitas à Serra do Centro revelaram que no interior do Projeto Agrícola Campos Lindos, convivendo com as modernas e extensas plantações de soja e milho dos grandes empreendimentos agrícolas ligados ao setor do agronegócio, vivem centenas de famílias de pequenos agricultores, posseiros históricos da área do projeto, hoje limitados a pequenas parcelas de terra onde praticam agricultura de subsistência através do uso de mão de obra familiar. Esse modo de produção é aqui denominado “agricultura familiar” e é o objeto principal dessa pesquisa, descrito com mais detalhes adiante.

De acordo com a lei 11.326, de 24 de julho de 2006, podemos considerar esses agricultores como “agricultores familiares”. Apesar de o termo também ser bastante genérico e abrangente. Essa lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos para formulação de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar. Versa em seu artigo 3º:

Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - Silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - Aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;

IV - Pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

V - Povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º;

VI - Integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º.

§ 3º O Conselho Monetário Nacional - CMN pode estabelecer critérios e condições adicionais de enquadramento para fins de acesso às linhas de crédito destinadas aos agricultores familiares, de forma a contemplar as especificidades dos seus diferentes segmentos (BRASIL, 2006).

Segundo Sauer (2008) a construção do termo “agricultura familiar” ganhou força no Brasil na década de 1990 e surgiu justamente em contraposição à adoção do termo “agronegócio”, que fazia referência aos mais afortunados do campo. Ele rompe com certas noções anteriores e cria um novo ator social.

O uso dessa expressão visava, principalmente, romper com noções relacionadas a certos setores rurais como a “pequena produção” ou a “produção de subsistência” (ou mesmo com a noção de produção camponesa), especialmente porque essas carregavam pré-noções de “ineficiência”, baixa produtividade (“pequeno produtor”) e não inserção no mercado (produção apenas para o autoconsumo ou de “subsistência” (SAUER, 2008, p. 20, grifos do autor).

Para Schneider (2003) o uso do termo “agricultura familiar” visava destacar no setor rural brasileiro a classe menos capitalizada e excluída das políticas públicas de crédito rural,

reunindo-as em um conjunto e reconhecendo-as como um importante segmento do campo, como destacado a seguir:

Ele mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais como, por exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústria, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, trabalhadores rurais (SCHNEIDER, 2003, p. 99).

Dessa forma, apesar de terem se popularizado no Brasil praticamente num mesmo momento político, com o objetivo de distinguir setores opostos do rural brasileiro, a definição teórica muito abrangente desses termos, permite que haja discussão quando nos referimos a eles como antagônicos. A amplitude dos termos e as múltiplas faces que a pequena e a grande produção assumem nos diferentes contextos históricos e espaciais do Brasil, permite que alguns autores afirmem que existem agricultores familiares totalmente integrados ao mercado como atores do agronegócio e que seja um erro contrapor essas duas formas de produção.

De fato, se levarmos em consideração apenas aspectos referentes ao tamanho das propriedades, às receitas predominantes e à mão de obra utilizada na produção é possível que tenhamos estabelecimentos familiares bem mais integrados ao mercado que outros não familiares. Vale lembrar Lênin (1980), segundo ele, para avaliarmos a evolução da agricultura sob a influência do capitalismo, é preciso antes e acima de tudo fazer um esforço para separar na agricultura, a economia natural da economia mercantil. Na economia natural, segundo o autor, a produção não é voltada para o mercado e sim para o consumo da própria família na fazenda. Por outro lado, a agricultura natural, típica de nossa agricultura familiar, pode, lentamente, transformar-se em agricultura mercantil e inserir-se no agronegócio. Na economia mercantil, é imprescindível que as explorações sejam agrupadas de acordo com o valor de suas produções destinadas ao mercado em pequena e grande produção, e não em função de sua superfície, uma exploração altamente intensiva numa pequena parcela pode entrar no mesmo grupo que uma exploração relativamente extensiva de uma grande parcela.

O que não resta dúvida é que ao laçarmos esforços em buscar de melhor compreender o modo de produção familiar é preciso observar os diversos aspectos que o torna um modo muito particular de produção rural, como demonstrado por Alexander Chayanov (1974). Para ele, a compreensão da organização da unidade econômica familiar, não se encaixa na concepção usual da organização das empresas de economia privada, o mais conveniente é construir uma teoria a parte sobre a empresa familiar, que trabalha para si mesma.

Por outro lado, para Schneider e Niederle (2003), em unidades familiares, as atividades agrícolas coexistem e se complementam com outras atividades não agrícolas. À medida que o sistema sofre influência de pressões sociais e econômicas externas, ocorre um processo de transformação e algumas de suas características originais são perdidas. Essas mudanças, com o tempo, serão percebidas na cultura e relações sociais, modificando o próprio modo de vida do grupo, que gradativamente aumenta sua dependência de fatores externos e uma maior aproximação do capital.

Admite-se, pois, dessa forma a possibilidade de que parte da mão de obra das famílias da Serra do Centro seja negociada e absorvida pelo trabalho nas grandes plantações do Projeto Agrícola Campos Lindos. O problema é, pois, de acordo com Quijano (2005), que assim estabelecer-se-ia na relação agronegócio e agricultura familiar, uma espécie de regulação e controle por parte do capital internacional sobre o trabalho nas propriedades dos pequenos agricultores familiares da região.

A força de trabalho é o elemento central da unidade produtiva familiar, isso é importante para compreendermos a forma como a expansão do agronegócio na região tem impactado o modo de vida da agricultura familiar local. Na unidade econômica familiar o que define quais atividades serão desenvolvidas pela família é o resultado da relação entre a quantidade de terra disponível e a força de trabalho da família. A diversidade do sistema também será afetada por essa relação, e isso pode justificar o surgimento de atividades artesanais, comerciais e até mesmo a prestação de serviços voltados ao mercado. Quando o agricultor familiar não encontra condição de utilizar de forma adequada sua força de trabalho em sua própria unidade de exploração agrícola e de obter o que considera suficiente para subsistência familiar, ele abandona temporariamente sua empresa e se converte em trabalhador na empresa alheia. Numa situação de melhoria das condições de mercado ele opta por melhores condições de trabalho, reduzindo sua jornada de trabalho ao invés de estendê-la para aproveitar melhor essa situação favorável (CHAYANOV, 1974).

Segundo Woortmann (1990) é o caráter familiar do trabalho o elemento central da agricultura familiar assim como para o campesinato. Para o autor em determinados contextos demográficos as famílias podem recorrer ao assalariamento de parte de seu trabalho como meio de garantir sua própria existência como família. Uma família numerosa precisa ceder parte de sua força de trabalho para outra menos numerosa que requeira mão de obra externa como forma de viabilizar o sistema produtivo e a condição autônoma de ambas.

[...] O uso do trabalho assalariado, nas situações onde ocorre, é condição para que se realizem o pai de família e a hierarquia familiar, isto é, o valor família e não apenas a "produção doméstica". Nas comunidades camponesas que se organizam pelos princípios do parentesco, tal como no Sítio que tomamos como caso exemplar, as necessidades de trabalho durante o pico são satisfeitas através da reciprocidade [...]. É nas situações onde não operam plenamente os princípios de parentesco e reciprocidade e onde, ao mesmo tempo, se acentua a pressão demográfica, que se recorre ao assalariamento. [...] ele não nega o trabalho familiar. Ao que tudo indica, ele tem como uma de suas razões suprir deficiências quantitativas do grupo doméstico e possibilitar o trabalho familiar durante todo o ano agrícola. [...] Ele torna possível ao pai desenvolver o negócio ou a arte e possibilita a migração (sazonal, temporária ou definitiva) dos filhos, necessária à reprodução social do campesinato. Em nenhum caso, ele contraria o trabalho familiar; em todos os casos, ele é determinado pelo caráter familiar da produção (WOORTMANN, 1990, p. 26).

O lançamento do PDA-Matopiba e as referências feitas aos benefícios que esse plano traria à agricultura familiar reacendeu essa discussão. Quais os benefícios da expansão do agronegócio para a agricultura familiar? Quais seus mecanismos de sobrevivência frente a esse novo cenário? Como ela existe no agronegócio, fazendo ou não parte dele? Como se transforma e se modifica para ajustar-se a esse novo arranjo produtivo local?

Como esse plano, pelo menos na teoria, representava algo novo, recém-criado, e ainda não possuía dados que pudessem ser analisados, a saída foi estudar outra situação que guardasse semelhança com o modelo de desenvolvimento preconizado pelo PDA-Matopiba. O ponto de partida foi então a realização de pesquisa documental e bibliográfica para o levantamento de dados que demonstrassem quais municípios da região já se destacavam na produção dos agronegócios e ao mesmo tempo tivesse representatividade da agricultura familiar em seu território, elementos fundamentais para um mergulho nessa realidade por meio da pesquisa de campo.

Para Lakatos e Marconi (2010) esse levantamento de dados é o primeiro passo de qualquer pesquisa científica e pode ser feito por meio da pesquisa documental e bibliográfica. Na pesquisa documental a fonte de coleta são documentos, escritos ou não, ao qual denominam de fontes primárias. Já a pesquisa bibliográfica é realizada sob fontes secundárias, informações publicadas, e visa expandir o conhecimento do pesquisador sobre o tema investigado:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo [...]. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto. [...] A pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 183).

Através das pesquisas documental e bibliográfica foi verificado o destaque do município de Campos Lindos (TO) na produção agropecuária a nível regional e o íntimo contato

entre agronegócio e agricultura familiar em seu território. Esse município registrou forte crescimento econômico nas últimas décadas justificado principalmente pelos números de seu PIB agropecuário, impulsionado pela implantação de vultoso projeto de produção de grãos em seu território. Por outro lado, o processo inicial de ocupação de seu território e formação de sua população foi fortemente marcado pela presença de pequenos agricultores vindos principalmente do Nordeste do Brasil.

Esses elementos documentais e bibliográficos mostraram que o modelo de desenvolvimento implantado nesse município em muito se assemelhou ao preconizado pelos idealizadores do PDA-Matopiba. Além do mais o processo de ocupação de seu território por pequenos agricultores é muito semelhante ao ocorrido nos demais estados e municípios que compõem a região. Espera-se, pois, a repetição no MATOPIBA não só do modelo de desenvolvimento encontrado em Campos Lindos (TO) como também do tipo de relação estabelecida entre agronegócio e agricultura familiar localmente.

O próximo passo então foi determinar os sujeitos a serem entrevistado ou o *corpus* da pesquisa. Para selecionar parte desse universo que desejamos seja representativa do todo, recorreremos às orientações de Bauer e Gaskell (2002) sobre os cuidados que se deve ter na construção de um corpo ou amostra de material do todo que se deseja representar, para evitar conclusões equivocadas.

Toda pesquisa social empírica seleciona evidência para argumentar e necessita justificar a seleção que é a base de investigação, descrição, demonstração, prova ou refutação de uma afirmação específica. [...] Empregamos definições consistentes para nossos conceitos básicos: "amostragem" significa amostragem estatística aleatória; "construção de *corpus*" significa escolha sistemática de algum racional alternativo, que será explicado a seguir. [...] a construção de um *corpus*, porém, garante a eficiência que se ganha na seleção de algum material para caracterizar o todo. Em resumo, nós defendemos que a construção de um *corpus* tipifica atributos desconhecidos, enquanto que a amostragem estatística aleatória descreve a distribuição de atributos já conhecidos no espaço social. Ambos os racionais devem ser cuidadosamente distinguidos para se evitar confusões sobre pesquisa qualitativa e falsas inferências a partir dela (BAUER; GASKELL, 2002, p. 39-40, grifos do autor).

De certa forma a definição do *corpus* dessa pesquisa levou em consideração a sugestão desses autores sobre dividir esse processo em etapas. Primeiro selecionar preliminarmente, depois analisar essa variedade, e por último ampliar o *corpus* até que não se descubra novas variedades. Os critérios para seleção preliminar devem levar em consideração aspectos de relevância, homogeneidade e sincronicidade. É preciso sensibilidade para perceber o momento em que novas adições não trazem mudanças significativas na representatividade do todo. Assume-se que a variedade representacional é limitada no tempo e no espaço social. É o

momento que os autores dizem que nossa amostra ou corpus está saturado. Quanto ao tamanho, precisamos reconhecer as limitações de tempo e esforço, não só para a coleta dos dados, mas também para sua análise. Evitando esforços desnecessários para acrescentar informações que não poderão ser analisadas com a profundidade que exigem. É preciso considerar aspectos ligados à natureza do problema, ao número de diferentes ambientes do todo e os recursos disponíveis para realização da pesquisa (BAUER; GASKELL, 2002).

Assim, em setembro de 2016 foi feita uma primeira visita ao município de Campos Lindos (TO) visando estabelecer contato com interlocutores locais capazes de auxiliar nesse processo de seleção preliminar dos entrevistados. Tomando como referência a citação acima, inicialmente não houve rigidez quanto ao tamanho mínimo do corpus da pesquisa. O que se buscou foi a construção intencional de um grupo capaz de representar o todo por meio da descrição da trajetória histórica das principais famílias pioneiras no processo de ocupação da Serra do Centro e as mudanças no modo de vida local desde a chegada do agronegócio. Para Lefèvre, F. e Lefèvre, A. M. (2005) quando estamos diante de um campo extenso, onde uma investigação qualitativa integral seria muito trabalhosa e onerosa, e temos conhecimento aprofundado das características do todo que desejamos pesquisar, podemos fazer uma escolha intencional dos sujeitos a serem pesquisados. “Uma amostra pequena, sistematicamente selecionada, é muito melhor do que uma grande amostra de materiais escolhidos ao acaso” (BAUER; GASKELL, 2002, p. 197).

Para realização das entrevistas seguiu-se as recomendações de Lefèvre, F. e Lefèvre, A. M. (2005). De acordo com eles, em pesquisa qualitativa, não existem regras definidas para elaboração do roteiro de perguntas a serem feitas durante uma entrevista. No entanto, o pesquisador deve dedicar-se a elaborar perguntas que respondam exatamente àquilo que deseja investigar. A abordagem precisa ser amena de forma que o entrevistado se sinta confortável para expressar-se livremente sobre os temas ou tópicos abordados.

A prática indica que certas perguntas, bem como certas formas de pergunta, respondem melhor do que outras às exigências da pesquisa qualitativa, que trabalha com representações sociais e que, por isso, necessita de que as respostas sejam as mais espontâneas ou menos dirigidas possíveis e que, ademais estejam sempre se referindo, do modo mais preciso possível, ao tema sobre o qual se deseja que os indivíduos falem (LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M., 2005, p. 39).

Dessa forma foram pensadas algumas perguntas ou tópicos a serem abordados durante a entrevista, atendendo às recomendações de Bauer e Gaskell (2002) para entrevista qualitativa do tipo semiestruturada:

Essas formas de entrevista qualitativa podem ser distinguidas, de um lado, da entrevista de levantamento fortemente estruturada, em que é feita uma série de questões predeterminadas; e de outro lado, distingue-se da conversação continuada menos estruturada da observação participante, ou etnografia, onde a ênfase é mais em absorver o conhecimento local e a cultura por um período de tempo mais longo, do que em fazer perguntas dentro de um período relativamente limitado (GASKELL, 2002, p. 64).

O retorno para realização das entrevistas ocorreu no período de 03 a 13 de abril de 2017 e seguiu por meio de entrevistas individuais. Para Gaskell (2002) as entrevistas individuais devem ser mais profundas que as entrevistas em grupo, no entanto é bem mais rápido fazer um pequeno número de entrevistas com grupos focais do que entrevistar o mesmo número de pessoas individualmente. O autor, no entanto, faz alguns alertas sobre o uso das entrevistas individuais, como segue:

Tendo isto em mente, consideremos a profundidade da entrevista. Ela é uma conversação um a um, uma interação díade. Mas ela difere de conversações comuns sob diversos aspectos. Ela demora mais que uma hora e se dá entre duas pessoas que não se conheciam antes. Existe aqui um papel relacional incomum. Espera-se que uma pessoa, o entrevistador, faça as perguntas; e espera-se do outro, o entrevistado, que responda a elas. O tópico é uma escolha do entrevistador; o entrevistado pode ou não ter pensado seriamente no assunto anteriormente. [...] em uma entrevista em profundidade bem feita, a cosmovisão pessoal do entrevistado é explorada em detalhe. [...] É a sua construção pessoal do passado. No decurso de tal entrevista, é fascinante ouvir a narrativa em construção: [...] detalhes e interpretações falados podem até mesmo surpreender o próprio entrevistado. Talvez seja apenas falando que nós podemos saber o que pensamos (GASKELL, 2002, p. 74).

Conforme indicado acima, o objetivo principal da pesquisa foi inferir da narrativa dos agricultores familiares que vivem na Serra do Centro desde antes da chegada dos primeiros plantadores de soja e da implantação do Projeto Agrícola Campos Lindos, como esses empreendimentos interferiram na trajetória histórica de suas famílias e como eles concebem o processo de transformação de seu modo de vida e sua nova condição frente a esse novo cenário local de predomínio das atividades ligadas ao setor do agronegócio.

Esse tipo de investigação encontra suporte no princípio teórico que foi sistematizado por Geertz (2008). Segundo o autor, compreender uma sociedade humana, ou uma parcela dela, depende do entendimento sistemático do modo como essa coletividade constrói e comunica os significados que atribui para o mundo que a cerca e para suas próprias instituições. Desta forma, o exercício aqui proposto enquadra-se na busca pelos significados coletivamente operados pelos agricultores familiares da Serra do Centro ao processo de mudança que sofreram após a chegada das atividades do agronegócio em seu território.

Seguindo o caminho trilhado por Geertz (2008), pode-se se dizer que o caminho metodológico para se chegar aos significados aludidos acima consiste em pôr em prática a

estratégia investigativa que o autor designa como “descrição densa”, que, em termos práticos, consiste em um mergulho etnográfico na realidade social estudada, visando à compreensão e a interpretação dos significados operados localmente, como destacado de seu texto a seguir:

[...] o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. Em antropologia [...] o que os praticantes fazem é a etnografia. [...]. Devemos frisar, no entanto, que essa não é uma questão de métodos. Segundo a opinião dos livros-textos, praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma “descrição densa” [...] (GEERTZ, 2008, p.4, grifos do autor).

Essa descrição pode ser feita por meio da história oral como sugerem os elementos técnicos propostos por Thompson (1992). Para o autor a história oral revela um novo enfoque e novas áreas de investigação, pois ela vai além do que é revelado pela pesquisa bibliográfica, propiciando evidências vindas de nova direção e permitindo uma nova construção da realidade, a partir da experiência daqueles que viveram os fatos narrados. Segundo o autor:

[...] a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; [...] pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras. [...] A história oral oferece, quanto a sua natureza, uma fonte bastante semelhante à autobiografia publicada, mas de muito maior alcance. [...]. Os historiadores orais podem escolher exatamente a quem entrevistar e a respeito de que perguntar. [...] Não há dúvida alguma de que isso deve contribuir para uma reconstrução mais realista do passado. A realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista (THOMPSON, 1992, p. 22-26).

Pollak (1989) defende a história oral por ela ressaltar a importância das memórias subterrâneas que se opõem à memória oficial. Para ele na escolha do objeto de pesquisa deve ser dada preferência aos locais onde exista conflito e competição entre essas memórias.

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. [...] ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes (POLLAK, 1989, p. 2, grifo do autor).

Por outro lado, para Thompson (1992) essas memórias individuais são extremamente importantes por revelarem características da coletividade. Para ele:

A história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (THOMPSON, 1992, p. 17).

Finalmente para Alberti (2004), a história oral revela os fatos narrados por aqueles que os testemunharam e como operam os significados das mudanças ocorridas em função deles. É o caso das famílias que vivem na Serra do Centro e presenciaram desde o início o processo de transformação de seu território.

O trabalho com a história oral consiste em entrevistas de caráter histórico e documental com atores e/ou testemunhas de acontecimentos, conjunturas, movimentos, instituições e modos de vida da história contemporânea. Um de seus principais alicerces é a *narrativa*. [...]. Ao contar suas experiências o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido (ALBERTI, 2004, p. 77, grifo do autor).

Essa proposta teórica e metodológica encontra ressonância no instrumental proposto por Lefèvre, F. e Lefèvre, A. M. (2005). Segundo os autores, quando queremos conhecer o pensamento de uma comunidade sobre um dado tema, é preciso, antes de tudo, realizar uma pesquisa qualitativa, já que, para serem acessados, os pensamentos, na qualidade de expressão da subjetividade humana, precisam passar, previamente, pela consciência humana. Tal acesso só pode se dar através de pesquisas qualitativas, de base indutiva, capazes de recuperar e resgatar os pensamentos contidos nessa consciência.

Para tanto, a ferramenta deve ser uma pergunta. A resposta vai consistir, necessariamente, de um discurso ou, mais precisamente, de um número variado de discursos individuais. Para processar essas informações sem desconsiderar a discursividade, que é um traço constitutivo do pensamento coletivo como fato empírico, foi utilizada a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que visa preservar a discursividade em todos os momentos da pesquisa, desde a elaboração das perguntas, coleta e processamento dos dados até a apresentação dos resultados.

O Discurso do Sujeito Coletivo consiste basicamente, em analisar o material verbal coletado extraído-se de cada um dos depoimentos, as ideias centrais (IC) e/ou ancoragens (AC) e as suas correspondentes expressões-chave (ECH), que irão compor um ou vários discursos-síntese. O pensamento de uma coletividade sobre um dado tema pode ser visto como o conjunto

dos discursos, ou formações discursivas, ou representações sociais existentes na sociedade e na cultura sobre esse tema, do qual, segundo a ciência social, os sujeitos lançam mão para se comunicar. O DSC é um discurso-síntese, redigido na primeira pessoa do singular, *o eu coletivo*, e composto pelas ECHs que têm a mesma IC ou AC (LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M., 2005).

Desta forma, depois de concluídas as fases de campo, iniciou-se esse processo de análise visando explorar ao máximo a riqueza e possibilidades que esses dados poderiam oferecer, sem deixar de observar o contexto histórico e social em que foram produzidos. Essa técnica visa inferir conhecimentos a partir do estudo do conteúdo das mensagens, das entrelinhas, reticências e dos manifestos ambientes sociais em que são produzidas, Bardin (2009) resume essa técnica da seguinte maneira:

Um conjunto de técnica de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2009, p. 42).

Para Campos (2004) o conteúdo de uma comunicação é tão rico e polissêmico que permite ao pesquisador qualitativo um leque de interpretações. Isso requer habilidades específicas que lhe permita observá-los tanto no campo objetivo (conteúdo manifesto) quanto no campo simbólico (conteúdo latente). O resultado da análise de conteúdo deve refletir os objetivos da pesquisa e ter como apoio indícios manifestos no conteúdo das comunicações. Entretanto, devemos observar com cuidado o conteúdo dessas comunicações e o contexto em que foram produzidas, nem sempre o que é dito é o que realmente se queria dizer e muitas vezes existem informações importantes nas entrelinhas do que foi dito.

Desta maneira, a análise de conteúdo não deve ser extremamente vinculada ao texto ou a técnica, num formalismo excessivo, que prejudique a criatividade e a capacidade intuitiva do pesquisador, por conseguinte, nem tão subjetiva, levando-se a impor as suas próprias ideias ou valores, no qual o texto passe a funcionar meramente como confirmador dessas. Outro ponto importante ainda dentro dos conteúdos, é que esses tendem a serem valorizados à medida que são interpretados, levando-se em consideração o contexto social e histórico sob o qual foram produzidos (CAMPOS, 2004, p. 613).

Portanto são esses os principais referenciais teóricos utilizados no decorrer desse trabalho, baseado principalmente na contraposição dos modelos de produção da agricultura familiar e da agricultura empresarial ou agronegócio e nos impactos das ações do Estado de promoção da expansão do segundo em detrimento do primeiro. Para tanto buscou-se na metodologia da pesquisa científica instrumental capaz de apoiar o desenvolvimento das diversas fase desse trabalho que permitisse uma compreensão dessa questão por meio do

depoimento das pessoas que viveram intensamente relação semelhante à proposta pelo MATOPIBA.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO PESQUISADA

Conforme exposto no tópico anterior, foram os expressivos números do PIB agropecuário alcançados após forte intervenção do Estado em favor do agronegócio e as características peculiares de sua população que levaram à escolha de Campos Lindos (TO) para o estudo da relação entre agronegócio e agricultura familiar. O objetivo dessa seção é descrever o processo histórico de formação do município, suas características marcantes e contextualizar o ambiente social em que são produzidos os dados de nossa pesquisa. Essas informações nos ajudaram a compreender não só o ambiente social da Serra do Centro, mas também aspectos que foram determinantes para o estabelecimento do íntimo convívio entre plantadores de soja e agricultores familiares na região.

Inicialmente buscamos descrever o processo de criação do município de Campos Lindos (TO) e demonstrar a importância da expansão da frente econômica pastoril vinda do Nordeste, que expulsa os indígenas da região e abre passagem para que outros imigrantes venham contribuir para o processo de povoamento de seu território. Destacamos alguns aspectos físicos e econômicos locais que contribuem na formação de sua população e na exploração econômica de seu solo. Por último apresentamos alguns números que ajudam a entender o processo de avanço da cultura da soja até seu estabelecimento em Campos Lindos e como sua chegada e a criação do Projeto Agrícola Campos Lindos transformam a estrutura fundiária local.

3.1 A atividade pastoril e a formação da população da região

De acordo com Melatti (2009) e com Castilho e Castro (2006) as primeiras frentes de povoamento dos municípios dessa região foram marcadas pela expansão da atividade pastoril no início do século XVIII. Com a vinda de criadores de gado do Nordeste e o afugentamento de tribos indígenas, surgem novas fazendas e em pontos estratégicos de passagem entre elas vão se instalando os primeiros estabelecimentos comerciais, igrejas e escolas e nos seus arredores começam a crescer as povoações que mais tarde dão lugar aos municípios da região.

Segundo Melatti (2009), a atividade pastoril introduzida na Bahia e Pernambuco no século XVI avançou sertão adentro como subsidiária de outras atividades de interesse internacional da época, ora a produção de açúcar, ora a mineração. Ela teve a seu favor o fato

de ser extremamente rústica com baixo emprego de mão de obra, favorecendo sua expansão pela imensidão dos sertões do Brasil central, mesmo em períodos de comércio desfavorável:

[...] a criação de gado constituía uma atividade subsidiária, cuja razão de ser estava antes de tudo definida por outra, como a indústria açucareira ou a mineração, que formavam o seu mercado. No entanto, a pecuária tinha uma vida própria que lhe permitia subsistir mesmo se diminuísse consideravelmente a procura de seus produtos, como quando decaiu a cultura da cana no fim do século XVII ou a mineração no fim do século XVIII, pois, enquanto havia terras vazias (vazias de civilizados, mas ocupadas por índios) para ocupar, a simples reprodução biológica dos rebanhos e da mão-de-obra aplicada em seu cuidado permitia o estabelecimento de novas fazendas (MELLATI, 2009, p. 10).

Por outro lado, as pastagens naturais dos sertões não suportavam muitos animais por unidade de área, por isso a criação era feita em grandes extensões de terras e como o gado se adaptou bem às condições locais, exigiam poucas pessoas para o cuidado com o rebanho, isso conferiu características particulares ao modelo de ocupação que se estabeleceu. Com o trabalho assalariado, associado à grande disponibilidade de terras e a multiplicação dos rebanhos, os próprios trabalhadores das fazendas podiam constituir novas fazendas e promover a expansão da atividade, como descreve o autor:

O gado era criado à solta e com pouco cuidado, alimentando-se da vegetação nativa. Como esta era de fraco valor nutritivo, umas poucas cabeças de gado necessitavam de muitos hectares de pasto. Por sua vez um só indivíduo bastava para cuidar de um grande número de animais. Portanto, uns poucos homens e o gado de que cuidavam podiam ocupar uma imensa área. [...] O criador deixava cada uma de suas fazendas aos cuidados de um ou mais vaqueiros, conforme o número de cabeças de gado. [...] O vaqueiro se encarregava da criação dos bezerros, do seu amansamento, de curar-lhes as chagas produzidas pela mosca varejeira; devia também queimar os campos em tempo próprio, a fim de que nascessem novos pastos tenros e viçosos; procurava extinguir onças, os morcegos, as cobras venenosas; ajuntava e aquietava o gado nas malhadas (locais escolhidos em que o gado pernoitava); vigiava de modo contínuo as vacas que estavam em tempo de parir, para dar pronta assistência às crias logo após o nascimento. Depois de cada cinco anos o vaqueiro recebia, como pagamento de seus serviços, a quarta parte das crias. [...]. Com o gado que recebia como pagamento o vaqueiro podia, depois de algum tempo, instalar sua própria fazenda (MELATTI, 2009, p. 17).

O tipo de relação de posse que era estabelecido pelos criadores de gado também influenciou bastante no crescimento da população local. Os lucros gerados pela atividade eram pequenos e como existia grande quantidade de terras disponíveis para criação dos rebanhos, não era comum o interesse pela titulação das áreas, o que geraria despesas extras.

A esmagadora maioria das fazendas se estabelece sobre terras ainda sem título de propriedade. Fazendeiros e agricultores se instalam nessas terras mediante o pagamento de uma quantia irrisória como imposto territorial. Pouquíssimos são os proprietários de terras na região. Não sendo proprietários, os fazendeiros não se veem no direito de cobrar nenhuma taxa aqueles que pedem para fazer suas roças nas terras que detêm; e se o fizessem, não teriam maior resultado, pois simplesmente o requerente iria procurar um lugar entre as terras ainda não ocupadas. O fazendeiro, por conseguinte, não tem tanto poder sobre os seus agregados quanto disporia se fosse

proprietário das terras que ocupa e se a terra fosse mais escassa (MELATTI, 2009, p. 57).

E assim, graças à sua rusticidade a pecuária foi ocupando os sertões e no século XVIII, depois de transpor as bacias dos rios São Francisco e Parnaíba, chegou à região que os bandeirantes pecuaristas chamaram de Pastos Bons, uma extensa área de terras que ia desde os Matões, em Caxias (MA), até as cabeceiras dos rios Manuel Alves Grande e das Balsas, na Chapada das Mangabeiras. Com o progresso da atividade, novos criadores vão chegando e novas fazendas vão surgindo, atraindo também outras famílias nordestinas a procura de terras livres onde pudessem viver melhor. De acordo com o IBGE a construção da igreja e fundação do distrito onde hoje é a cidade de Pastos Bons (MA), é anterior a 1779.

De acordo com Melatti (2009), referindo-se ao território que antes era habitado por índios Krahôs e Xerentes, até então essa região do rio Tocantins só teria sido visitada por expedições jesuítas e por pesquisadores a procura de minério, e, em nenhum dos casos, foi estabelecido algum povoado ou aldeamento:

Anteriormente suas águas só eram sulcadas esporadicamente por missionários que objetivavam aldear os índios [...]. Nesse período, terras que mais tarde viriam a ser parcialmente ocupadas pelos craôs foram percorridas por uma expedição à procura de jazidas de ouro. Porém, não consta que tenha descoberto novas jazidas que pudessem ser lavradas com vantagem pelos mineradores e, portanto, nenhum ponto do território em questão foi ocupado [...] (MELATTI, 2009, p. 12-14).

No início do século XIX a pecuária já se estendia até o rio Tocantins, entre seus afluentes Manuel Alves Grande e Farinha, e novas povoações crescem a partir de estabelecimentos comerciais e igrejas. De acordo com o IBGE, em 1808 o fazendeiro Elias Ferreira Barros, vindo de Pastos Bons (MA) fundou uma povoação às margens de um riacho de águas cristalinas e deu-lhe o nome de Riachão elevado à categoria de município alguns anos mais tarde com esse mesmo nome Riachão (MA). Segundo Melatti (2009), no ano seguinte Elias Ferreira Barros e Manoel Coelho Paredes construíram currais para criação de gado e se fixaram às margens do rio Tocantins, no lugar que mais tarde, por intermédio do senhor Francisco José Pinto de Magalhães, que navegava pelo rio Tocantins a partir do arraial de Natividade, no Goiás, para o comércio com Belém, lançou os fundamentos da povoação de São Pedro de Alcântara, três léguas abaixo da foz do rio Manuel Alves Grande, onde hoje é a cidade de Carolina (MA). Ele pretendia estabelecer um posto de reabastecimento de viveres e descanso para os comerciantes que utilizavam o rio Tocantins e abrir uma loja para abastecer os habitantes do oeste do distrito de Pastos Bons (MA). Seguindo com os dados do IBGE, alguns anos depois teve início o povoado que mais tarde deu origem a Balsas (MA), instalado às

margens do rio das Balsas, num importante porto que lhe servia de travessia e dava acesso às fazendas de gado mais ao sul do estado do Maranhão na divisa com Goiás.

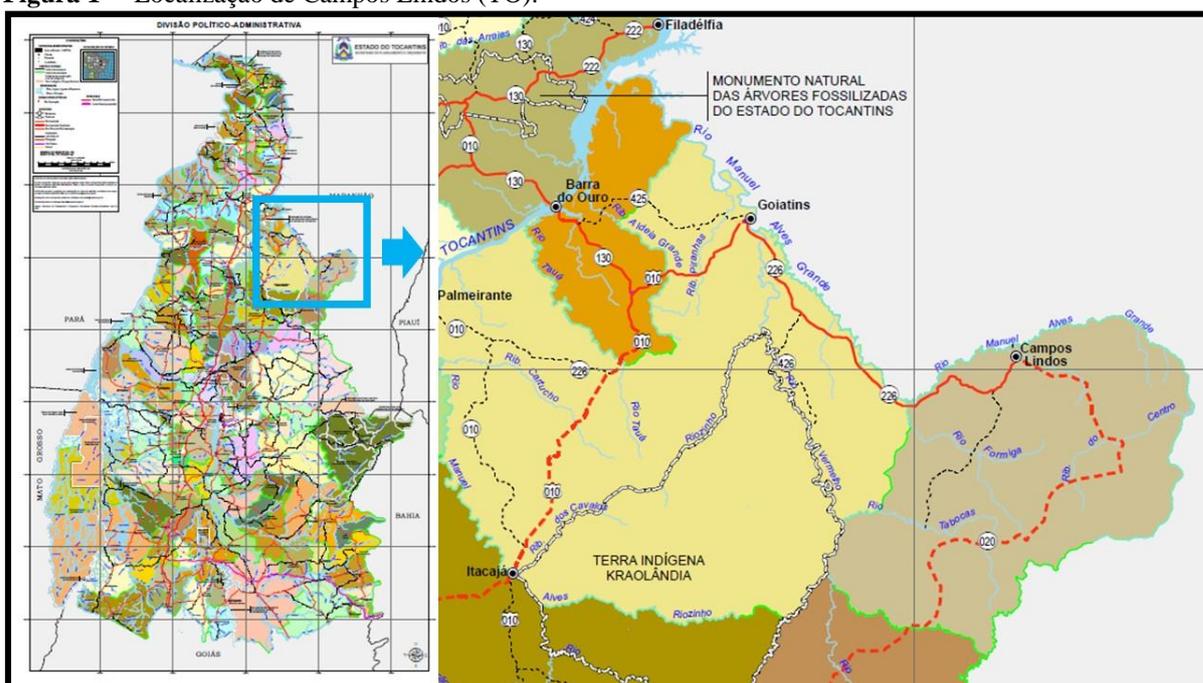
As fazendas de gado continuaram avançando e ocuparam as margens esquerda dos rios Manuel Alves Grande e Tocantins até transpor também o rio Araguaia no final do século XIX. De acordo com Melatti (2009), como havia suficiente terra não ocupada para receber novos lavradores a corrente migratória vinda do Nordeste durou pelo menos até a primeira metade do século XX.

Com isso a população da região continuou crescendo e novos povoados foram surgindo, como no caso do porto do Jaboti, depois porto do Sítio um quilometro abaixo do primeiro, um local de travessia do rio Manuel Alves Grande, onde em 1920 foi instalado um estabelecimento comercial para abastecimento de sal aos fazendeiros da região e que mais tarde deu origem ao distrito de Santanópolis que foi elevado à categoria de município em 1953 com o nome de Piacá e a partir de 1967 passou a denominar-se Goiatins (TO).

3.2 Criação do município de Campos Lindos (TO)

O município de Campos Lindos (TO) foi criado pela lei estadual nº 251, de 20 de fevereiro de 1991, pelo então governador do estado do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos, ele escolheu o lugar para instalação da sede municipal e comandou a elaboração da planta da cidade, em um dos lugares mais promissores do estado, no extremo nordeste, com uma extensão territorial de 3.240,177 km² (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017). Cifuentes (2013) sugere que a criação do município estaria associada ao interesse pelas terras da região para implantação do Projeto Agrícola Campos Lindos, que teve seu primeiro ato constitutivo cinco anos mais tarde em 1996.

Figura 1 – Localização de Campos Lindos (TO).



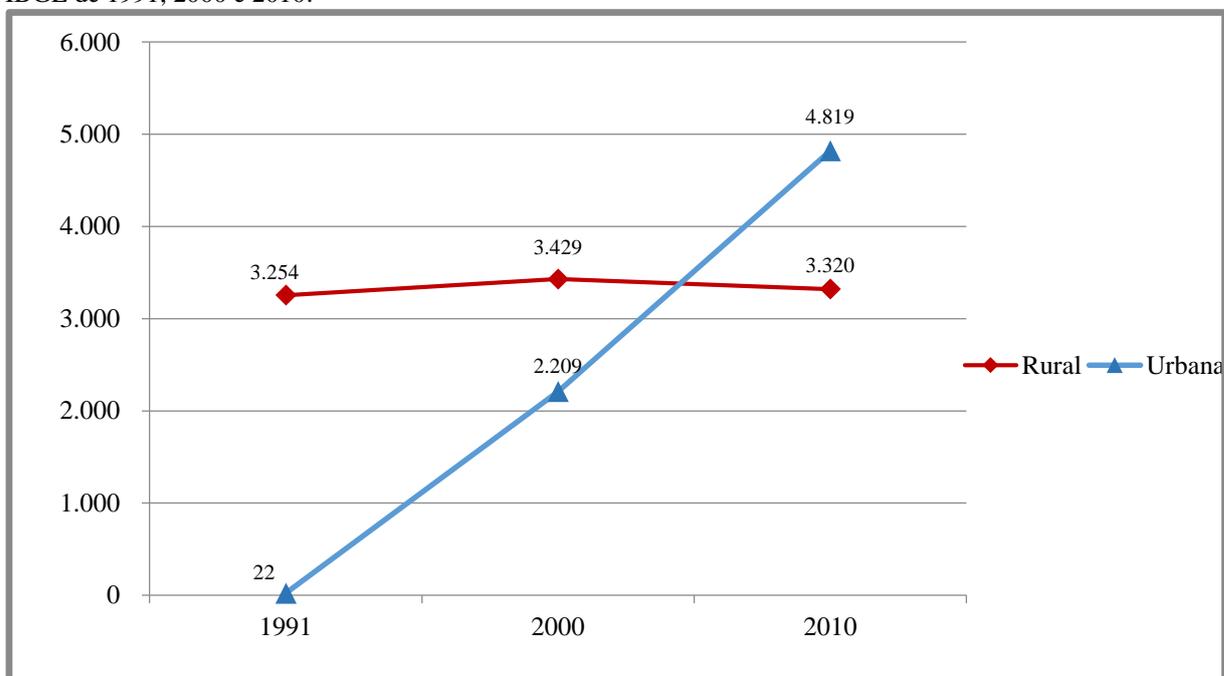
Fonte: Adaptado de DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA, SEPLAN/TO, 2017.

Seu território foi desmembrado de Goiatins (TO) e sua sede instalada no antigo distrito de Cangalha, um antigo ponto de travessia que ligava a região à cidade de Riachão (MA) conhecido anteriormente pelo nome de Porto Cordeiro. O primeiro registro oficial data de 20 de dezembro de 1958, quando foi criado o distrito de Cangalha e anexado ao município de Piacá (Goiatins). Uma lei municipal de 1966 alterou a denominação do distrito de Cangalha para Monte Lindo, permanecendo com essa denominação até sua elevação à categoria de município em 1991, quando passou então a chamar-se Campos Lindos. O município limita-se ao norte pelo rio Manuel Alves Grande com o município de Carolina (MA), a leste por esse mesmo rio com o município de Riachão (MA), ao sul pela Chapada das Mangabeiras com o município de Balsas (MA), e pelo rio Bonito com o município de Recursolândia (TO) e a oeste pelos rios Vermelho e Formiga com Goiatins (TO) (CIFUENTES, 2013; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017).

De acordo com dados do IBGE, em 1991 a população local era de 3.276 pessoas, vivendo predominantemente na zona rural, apenas vinte e duas pessoas residiam no antigo povoado escolhido para construção da sede do município. A população aumentou após a fundação do município e no Censo Demográfico de 2000 já eram 5.638 habitantes, sendo 2.209 (39,2%) moradores urbanos e 3.429 (60,8%) rurais. Essa tendência continuou e no Censo Demográfico de 2010 a população total já era de 8.139 habitantes, desses, 4.819 (59,2%)

morando na zona urbana e 3.320 (40,8%) na zona rural. Na Figura 2 é possível visualizar melhor a evolução desses números.

Figura 2 – Evolução da população urbana e rural de Campos Lindos (TO), a partir dos Censos Demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IBGE/Cidades, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.

A seguir procuramos descrever, mesmo que de forma sintética, aspectos físicos, sociais e econômicos que podem ser úteis para compreensão da dinâmica das relações que ocorrem no município de Campos Lindos (TO) e especialmente na Serra do Centro. Foram priorizadas informações obtidas na base de dados da Secretaria de Planejamento e Orçamento do Tocantins, através do Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado e no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

3.2.1 Aspectos físicos

Dentre os aspectos físicos considerados de maior importância para o desenvolvimento dessa pesquisa, foram considerados a hidrografia, o tipo de clima e a distribuição das chuvas. Foi dado destaque aos aspectos de solo e vegetação local, tendo em vista que a combinação desses fatores é fundamental para as famílias locais para determinação dos espaços adequados para a prática da agricultura.

O município está inserido na sub-bacia do rio Manuel Alves Grande e na bacia do rio Tocantins. Levando em consideração que na Serra do Centro e no seu entorno estão várias

nascentes desse rio, é importante destacar que o Inventário Socioeconômico do ZEE traz um alerta sobre a proteção dessas áreas de nascente, de acordo com o documento, deve-se atentar para que o uso da terra nessa área seja adequado à conservação de sua função na recarga dos aquíferos, já que suas cabeceiras não estão protegidas por unidades de conservação. O clima predominante na região é do tipo úmido subúmido com moderada deficiência hídrica no inverno (C2wA'a'), assim temos uma distribuição sazonal das chuvas no decorrer do ano, com uma estação seca, entre maio a outubro, e outra chuvosa, entre novembro e abril, com uma precipitação média de 1.700 a 1.800 mm nesse período.

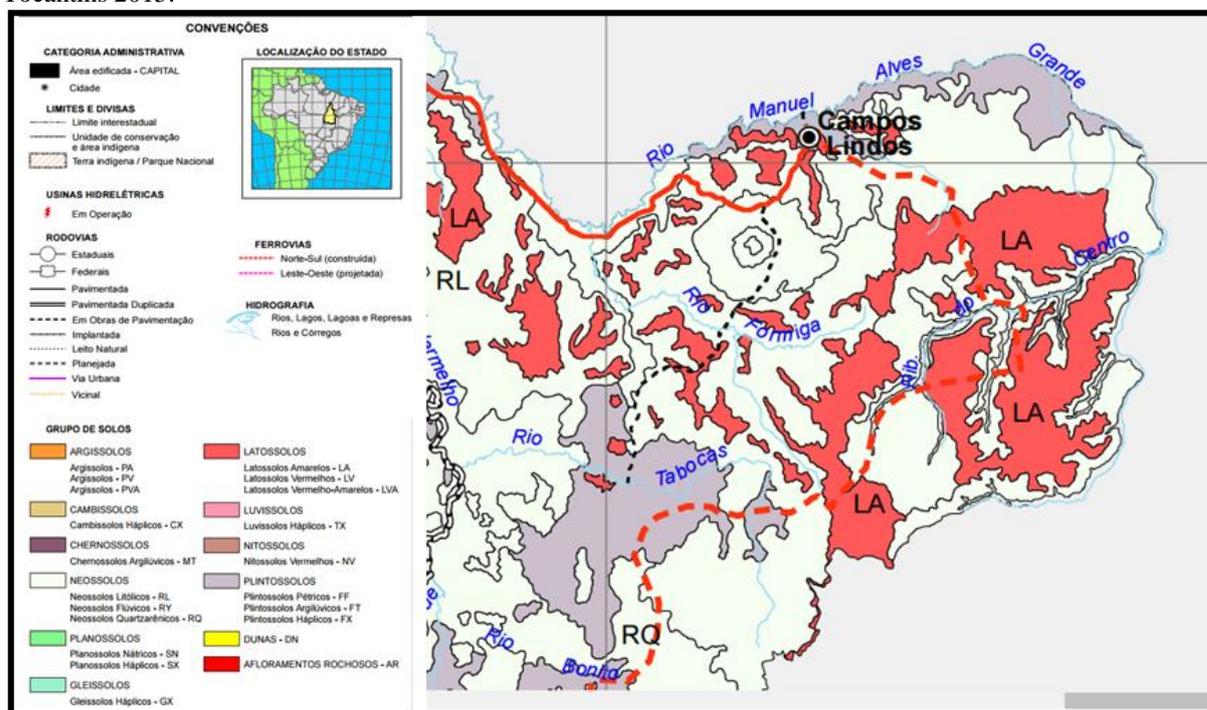
Quanto aos tipos de solos, no município há o predomínio de Neossolos, Latossolos e Plintossolos. O primeiro e o segundo são mais importantes para os objetivos de nosso estudo, por serem os solos predominantes na região da Serra do Centro. De acordo com as informações do ZEE do Tocantins, baseado no Sistema Brasileiro de Classificação de Solos em vigor atualmente, na região predomina o Latossolo da subordem Amarelo e os Neossolos das subordens Litólicos e Quartzarênico.

Segundo a Embrapa (2013) os Neossolos são solos jovens, em via de formação, constituídos principalmente por material mineral e material orgânico pouco espesso com poucas alterações em relação ao material originário. Os do tipo Neossolo Litólico (subordem) são caracterizados pelo contato, dentro de 50 cm da superfície, entre o horizonte A ou hístico com material mineral extremamente resistente subjacente ao solo, que pode ser a própria rocha ou horizontes C ou material com 90% ou mais de fragmentos de rocha. Geralmente estão associados a relevo ondulado ou escarpado. Os Neossolos Quartzarênicos não apresentam o contato lítico entre os primeiros 50 centímetros de profundidade e são marcados pela textura arenosa (areia ou areia franca) em todos os horizontes até uma profundidade de 150 cm. Essas características dificultam ou impedem o desenvolvimento de plantas e a mecanização, limitando seu uso para fins agrícolas.

Os Latossolos apresentam melhor aptidão para a agricultura, apesar de suas limitações quanto à fertilidade natural, são facilmente mecanizáveis e a depender do nível tecnológico empregado e de condições climáticas, podem ser indicados para silvicultura, plantio de pastagens artificiais e agricultura intensiva. Atualmente têm demonstrado excelentes índices de produtividade em cultivos intensivos, como no caso da produção de grãos em Campos Lindos. Sua característica principal é a presença do Horizonte B latossólico, uma camada de solo bastante espessa (mínimo de 50 cm), subsuperficial, bastante intemperizada, sem mudança

textural abrupta em profundidade, intensa dessilificação, lixiviação de bases trocáveis, concentração residual de sesquióxidos de Fe e Al, presença de argilas minerais do tipo 1:1 e menos de 5% de minerais resistentes ao intemperismo. Os Latossolos são considerados solos mais evoluídos (velhos), em avançado estágio de intemperização, com baixa presença de materiais primários ou secundários menos resistentes ao intemperismo, predominando argilas do tipo 1:1 (baixa CTC), geralmente são bem drenados e muito profundos, fortemente ácidos, com baixa saturação por base (distróficos) e ocorrem geralmente em relevo plano a suave ondulado. A distinção do Latossolo Amarelo (subordem) é em função da cor amarelada (matiz 7,5YR) na maior parte dos primeiros 100 centímetros de profundidade do Horizonte B latossólico (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2013).

Figura 3 – Solos predominantes na Serra do Centro e em seu entorno de acordo com ZEE do estado do Tocantins 2015.



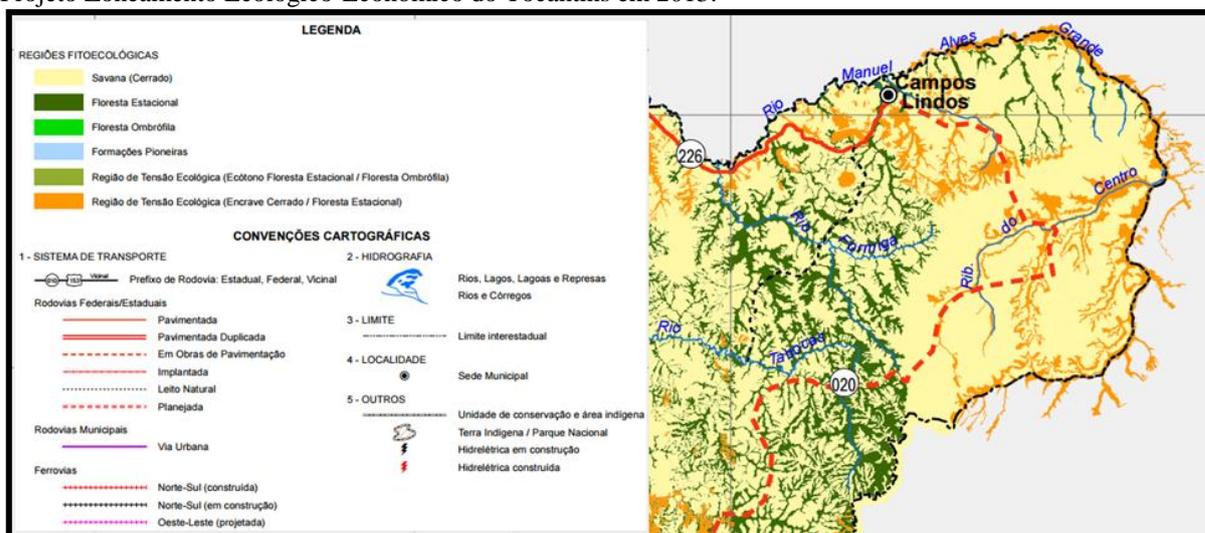
Fonte: Adaptado de SOLOS, ZEE, SEPLAN/TO, 2017.

Quanto ao tipo principal de vegetação original, predomina no município a Floresta Estacional, o Cerrado ou Savana, e Região de Tensão Ecológica (Encrave Cerrado / Floresta Estacional). Na Serra do Centro e no seu entorno, predominam as duas últimas. Sendo que nas regiões mais planas predomina a Savana Arborizada do tipo Cerrado Típico sem mata de galeria inundável e não inundável. Nos baixões ocorrem as Savanas Arborizadas e Parque, principalmente em associações de Cerrado Típico e Cerrado Ralo sem mata de galeria inundável e não inundável, e os Encaves Savana / Floresta Estacional Semidecidual, principalmente de Savana Parque e Arborizada com Floresta Estacional Semidecidual

Submontana, principalmente em associações do tipo Cerrado Ralo e Cerrado Rupestre sem mata de galeria inundável e não inundável com Mata Seca Semidecídua, e do tipo Cerrado Denso com mata de galeria inundável e não inundável com Mata Seca Semidecídua.

A maior ocorrência foi da Savana Arborizada, um tipo de vegetação caracterizada por árvores baixas de até 8 metros de altura e hemicriptófitos contínuos, ocorre uma camada rasteira de gramíneas associada a uma cobertura lenhosa, que justifica sua divisão em subtipos fitofisionômicos: o Cerrado típico, com cobertura lenhosa que pode variar de 20 a 50%; o Cerrado denso, com cobertura lenhosa entre 50 e 70%; e, o Cerrado rupestre, com 5 a 20% de cobertura lenhosa. A mata de galeria corresponde à vegetação perenifólia que margeia cursos d'água de pequeno porte, com árvores que podem chegar aos 30 metros de altura. Quando não é possível a separação entre o Cerrado denso e a mata de galeria a unidade recebe o nome de Cerrado denso com mata de galeria. A Savana Parque está representada principalmente por Cerrado ralo sem mata de galeria inundável e não inundável constituída por um estrato graminóide e uma cobertura lenhosa de 5 a 20%, a diferença entre Cerrado rupestre e ralo são as espécies predominantes. A Mata Seca Semidecídua representa a porção de Floresta Estacional Semidecidual Submontana (entre 100 e 600 m), não associada a cursos d'água, revestindo encostas de vales.

Figura 4 – Regiões Fitoecológicas do Tocantins elaborado pela Secretaria de Planejamento e Orçamento para o Projeto Zoneamento Ecológico-Econômico do Tocantins em 2013.



Fonte: adaptado de Regiões Fitoecológicas, ZEE, SEPLAN/TO, 2017.

3.2.2 Aspectos sociais e fundiários

Tomando como referência os dados dos Censos agropecuários 1996 e 2006, obtidos por meio do SIDRA, foram destacadas algumas informações importantes em relação à estrutura fundiária. Em 1996 o município possuía 473 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 91.536 hectares. Desse total, em 269 a condição do produtor era de proprietário, nos 204 restantes, a condição era de ocupante. A partir do Censo agropecuário de 2006 o número de produtores considerados proprietários subiu para 403, contra apenas dois produtores ocupantes. A Tabela 1 traz a compilação desses dados e mostra a evolução desses números.

Tabela 1 - Número de propriedades e área ocupada em relação ao tamanho do estabelecimento.

Hectares	1996		2006		Agricultura Familiar	
	Nº	ha	Nº	ha	Nº	Há
Menos de 10	4	25	13	82	13	82
10 a menos de 100	159	10.466	134	6.856	132	6.752
100 a menos de 200	210	24.186	130	16.444	128	16.136
200 a menos de 500	71	19.898	61	17.099	45	11.132
500 a menos de 2000	23	20.366	60	59.143	-	-
2000 e Mais	6	16.596	10	55.459	-	-
Sem declaração	-	-	-	-	-	-

TOTAL	473	91.537	408	155.083	318	34.102
-------	-----	--------	-----	---------	-----	--------

Fonte: Censo agropecuário 1996, 2006, SIDRA/IBGE, 2017.

Tomando como referência o limite máximo de quatro módulos fiscais para as propriedades da agricultura familiar fixado pela Lei 11.326, destacada anteriormente, e levando em consideração que, de acordo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (2013), o módulo fiscal de Campos Lindos (TO) corresponde a 80 hectares, o tamanho máximo de uma propriedade rural em nesse município para que ela possa ser reconhecida como da agricultura familiar seria 320 hectares. Desta forma é adequado não considerar nesta discussão os números referentes às propriedades que vão de 200 a 500 hectares, pela dificuldade em separar os números da agricultura familiar e não familiar nessa faixa. De modo geral, é importante destacar ainda que no intervalo entre os dois Censos houve uma redução do número total de estabelecimentos rurais, ao mesmo tempo em que houve um aumento de aproximadamente 70% na área total ocupada pelos estabelecimentos pesquisados no município.

Assim levando em consideração apenas os números referentes aos estabelecimentos de até 200 hectares, a grande maioria foi considerada da agricultura familiar, 269 contra apenas quatro considerados não familiares. Entre esses imóveis também houve redução do número total de estabelecimentos, como destacado para os dados gerais, de 373 para 273, entretanto quanto à área total ocupada por esses estabelecimentos houve redução de aproximadamente 1/3 em relação a 1996, passando de 34.677 hectares para 23.382 hectares. Em relação à participação destes estabelecimentos no percentual da área total, esta redução foi ainda mais significativa. Em 1996 eles correspondiam a 37,88% do percentual da área total e em 2006 representaram apenas 15,07% dessa área.

Cifuentes (2013) alerta para o fato de que esses números revelam o processo de concentração fundiária que vem ocorrendo em Campos Lindos (TO) após a chegada dos empreendimentos do agronegócio e a implantação do Projeto Agrícola Campos Lindos. Segundo ele o avanço desse modelo de desenvolvimento no município até permitiu a urbanização e industrialização de alguns lugares, entretanto trouxe várias consequências, como a exclusão social, o êxodo de populações rurais, a concentração fundiária e a desagregação de populações rurais.

3.2.3 Aspectos econômicos

De acordo com os últimos dados do PIB dos municípios de 2014, Campos Lindos (TO) figura na décima quarta posição entre os municípios mais ricos do estado, com o resultado de 321.029 mil Reais. Quanto ao PIB per capita o município aparece na sétima posição com R\$ 34.867,88. Se levarmos em consideração os dados da produção agropecuária, o município ocupa a segunda posição, com 166.262 mil reais, 51,8% do PIB municipal. O grande destaque nesse caso é a cultura da soja, apesar do que não podemos deixar de citar a importância da atividade pecuária com a criação de bovinos.

Em relação aos bovinos, como destacado na unidade anterior, o processo inicial de ocupação dessa região se deu muito em função da chegada de uma frente de expansão ligada à pecuária extensiva. Essa atividade ainda é muito importante para a economia do município, de acordo com a base de dados do IBGE, em 2015 o rebanho bovino do município foi de 27.415 cabeças, indicando uma tendência de crescimento, tendo em vista que no Censo agropecuário de 2006 eram 13.400 e em 1996 esse número foi de 8000 animais.

No entanto a principal atividade agropecuária do município fica a cargo da cultura da soja. Desta forma a seguir dedicamos dois tópicos desse trabalho à apresentação de um breve resumo do processo de expansão dessa cultura no Brasil e mais especificamente na região do MATOPIBA, até a instalação das grandes fazendas produtoras desse grão em Campos Lindos (TO) e o que ela provoca no contexto fundiário local.

3.3 Breve histórico da evolução da soja até Campos Lindos (TO)

Revisar alguns dados que nos ajudem a compreender o processo de expansão das lavouras de soja até sua instalação em Campos Lindos (TO) é importante para discussão principal objeto de nossa pesquisa. Não é nossa intenção aprofundar na análise e discussão sobre a imensa teia política e o complexo mercado internacional de *commodities* que permeiam a expansão da cultura da soja no Brasil. Pretendemos apenas fazer um breve resumo, baseado principalmente em fontes oficiais, que nos auxiliem na compreensão desse processo e de como ele modifica a vida das pessoas em sua volta.

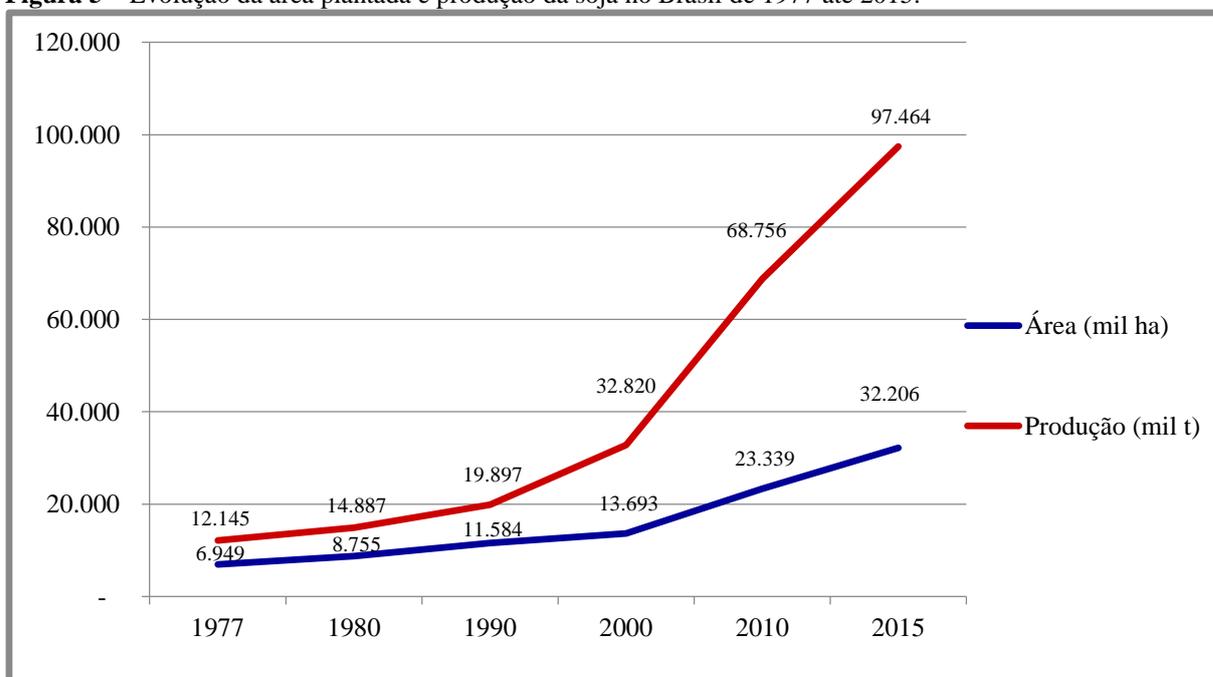
No contexto de lançamento do MATOPIBA podemos perceber especial atenção dada à cultura da soja, carro chefe do agronegócio nacional e com boa possibilidade de expansão sob

as terras exploradas extensivamente na região de cerrado entre os quatro estados que compõem a região. No Tocantins a cultura cresceu muito nos últimos anos e o estado passou a figurar entre os oito maiores produtores nacional. O município de Campos Lindos puxa a fila dos produtores no estado, de acordo com os últimos dados do IBGE, referentes à safra 2014/2015, respondendo por 9,16% das 2.418 mil toneladas que o estado produziu.

De acordo com a Embrapa (2017), o Brasil é o segundo maior produtor mundial de soja, atrás apenas dos Estados Unidos da América. Em 2015 foram plantados em solos brasileiros 32.206 mil hectares com essa cultura e a produção atingiu 97.464 mil toneladas, aproximadamente 31% da produção mundial. A maior parte da produção nacional é destinada ao mercado externo. Do total produzido, foram exportadas 54.300 mil toneladas na forma de grãos, 14.800 mil toneladas em farelo de soja e 1.700 mil toneladas de óleo de soja.

A Figura 5 apresenta os dados da evolução da área plantada e produção da soja no Brasil a partir da década de 1970, os números das safras 1976/1977 e 1979/1980, são com base nas Séries históricas de Área Plantada, Produção e Produtividade da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), os demais foram baseados nas informações do IBGE, por meio da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), do ano de 2015, contidos no SIDRA.

Figura 5 – Evolução da área plantada e produção da soja no Brasil de 1977 até 2015.



Fonte: Séries históricas, CONAB, 2017; PAM/2015, SIDRA, IBGE, 2017.

Nota: os dados de 1977 e 1980 são das Séries históricas/CONAB, os demais são da PAM/2015/SIDRA/IBGE.

De acordo com informações da EMBRAPA, a soja foi domesticada na China a mais de 4.000 anos. Entretanto o interesse mundial pelo grão é recente, somente a partir do início do

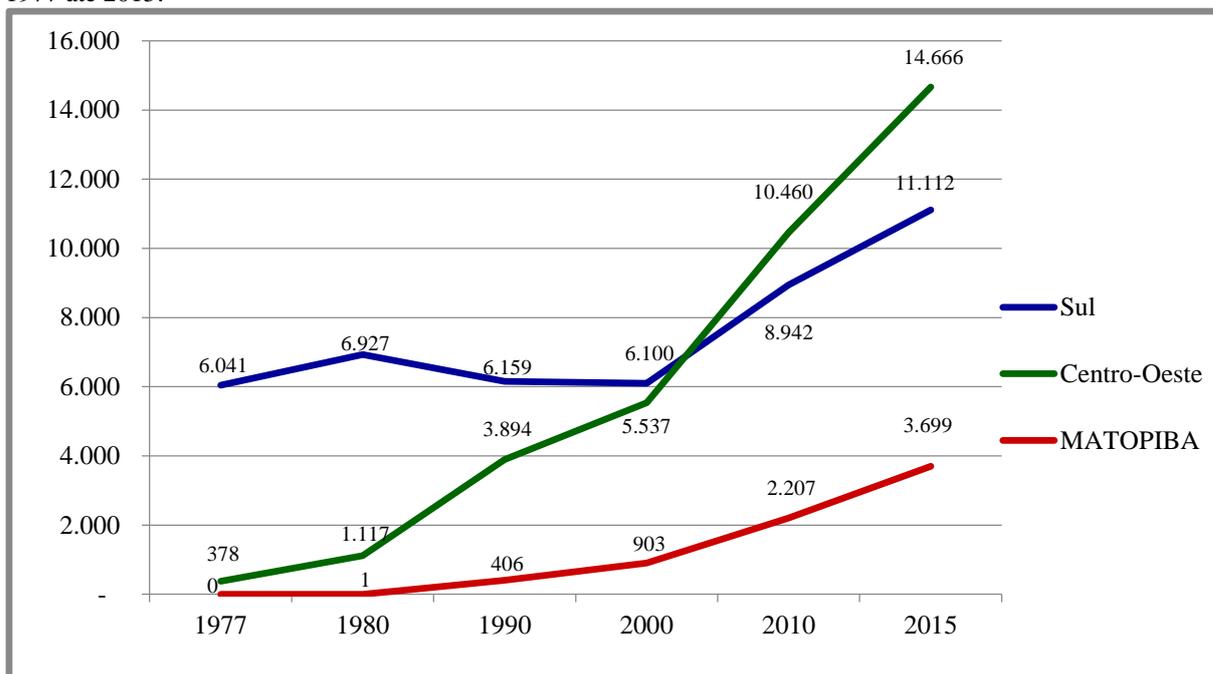
século XX o teor de óleo e proteína do grão despertou o interesse das grandes indústrias mundiais do ocidente, devido sua aplicação na indústria e por produzir uma série de derivados alimentícios (leite, carne, queijo, doces, óleos, farinhas, ração animal etc.), cosméticos e biocombustíveis. No Brasil ela foi introduzida no início do século XX, a princípio como opção forrageira para alimentação animal.

Somente na década de 1940 surgem os primeiros números do cultivo de soja no Brasil. Foi no Anuário Agrícola do Rio Grande do Sul de 1941 que registrou o plantio de 640 hectares com a cultura e uma produção de 450 toneladas de grãos. Em 1950 o Brasil já aparece nas estatísticas internacionais com uma produção de 25 mil toneladas. O grande impulso na produção veio na década de 1960, com o incentivo público dado a produção de trigo, a soja surgiu como ótima alternativa para o cultivo de verão nos estados da região Sul, e ao mesmo tempo o país também acreditava no aumento da produção de carne de aves e suínos, crescendo a demanda pela soja, usada na ração animal. Com isso a produção nacional chegou a um milhão de toneladas em 1970, a maior parte produzida na região sul, mais de 98% do total.

Em meados da década de 1970, explode o preço da soja no mercado internacional, e o Brasil é ainda mais beneficiado por escoar sua produção na entressafra americana, época em que os preços estão ainda mais em alta. Isso desperta o interesse dos produtores e do governo brasileiro, que passam a investir pesado no desenvolvimento de tecnologias para adaptação da cultura às diversas regiões brasileiras, sob a coordenação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Isso permitiu que a soja fosse cultivada com sucesso em regiões de baixa latitude, potencializando a expansão da lavoura para o restante do Brasil, principalmente sobre as áreas do Cerrado e da Amazônia, verificada nas duas décadas seguintes (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2017).

Isso pode ser observado na Figura 6 que mostra de forma estratificada os dados da CONAB e do IBGE sobre a evolução da área plantada com a cultura da soja para as regiões Sul, Centro-Oeste e para os quatro estados que compõem a região do MATOPIBA. Para tanto é importante destacar que esses números se referem à produção total dos quatro estados e apenas o Tocantins teve todo seu território inserido na região. Contudo, as grandes regiões produtoras de soja dos estados do Maranhão, Piauí e Bahia foram contempladas pelo programa, o que reduz a significância das áreas desses estados deixada de fora do MATOPIBA.

Figura 6 – Evolução da área plantada (mil ha) de soja na região Sul, Centro-Oeste e no MATOPIBA, a partir de 1977 até 2015.



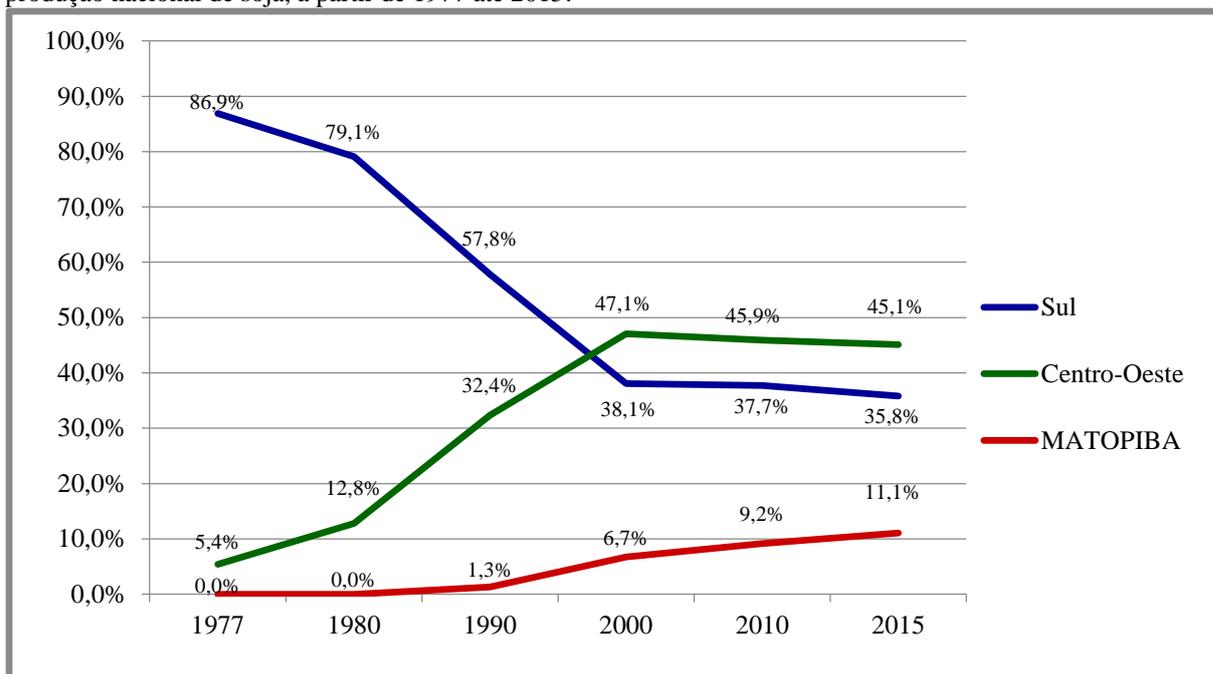
Fonte: Séries históricas, CONAB, 2017; PAM/2015, SIDRA, IBGE, 2017.

Nota: os dados de 1977 e 1980 são das Séries históricas/CONAB, os demais são da PAM/2015/SIDRA/IBGE.

Observa-se que em 1980 a produção nacional do grão foi de 14.887 mil toneladas, numa área de 8.755 mil hectares e que ainda estava concentrada principalmente na região Sul, com 79% contra apenas 13% na região Centro-Oeste. Entre os quatro estados do MATOPIBA apenas o estado da Bahia teve um pequeno registro de 2 mil toneladas produzidas em 1,9 mil hectares plantados.

Nessa década a produção de soja no Brasil continuou a crescer e em 1990 chegou a 19.897 mil toneladas (Figura 7). O mesmo foi observado para a área plantada total, que subiu para 11.584 mil hectares. Desses, as três regiões analisadas na Figura 6 foram responsáveis por 10.459 mil hectares, ou seja, 90,28% da área total. No entanto, quando observamos os dados estratificados por região, percebe-se que essa evolução é graças, principalmente, à região Centro-Oeste, que acrescentou 2.777 mil hectares e expandiu sua área plantada para 3.894 mil hectares. Enquanto isso, na região Sul foi verificado uma redução de 768 mil hectares. Nos estados que compõem o MATOPIBA também houve um aumento significativo de 379 mil hectares da área plantada. Com esse avanço da fronteira agrícola no Centro-Oeste, a região passou a responder por 32% da produção nacional em 1990, contra 57% da região Sul e 2% dos estados do MATOPIBA. A Figuras 7, a seguir, apresenta a evolução da participação dessas regiões na produção nacional de soja.

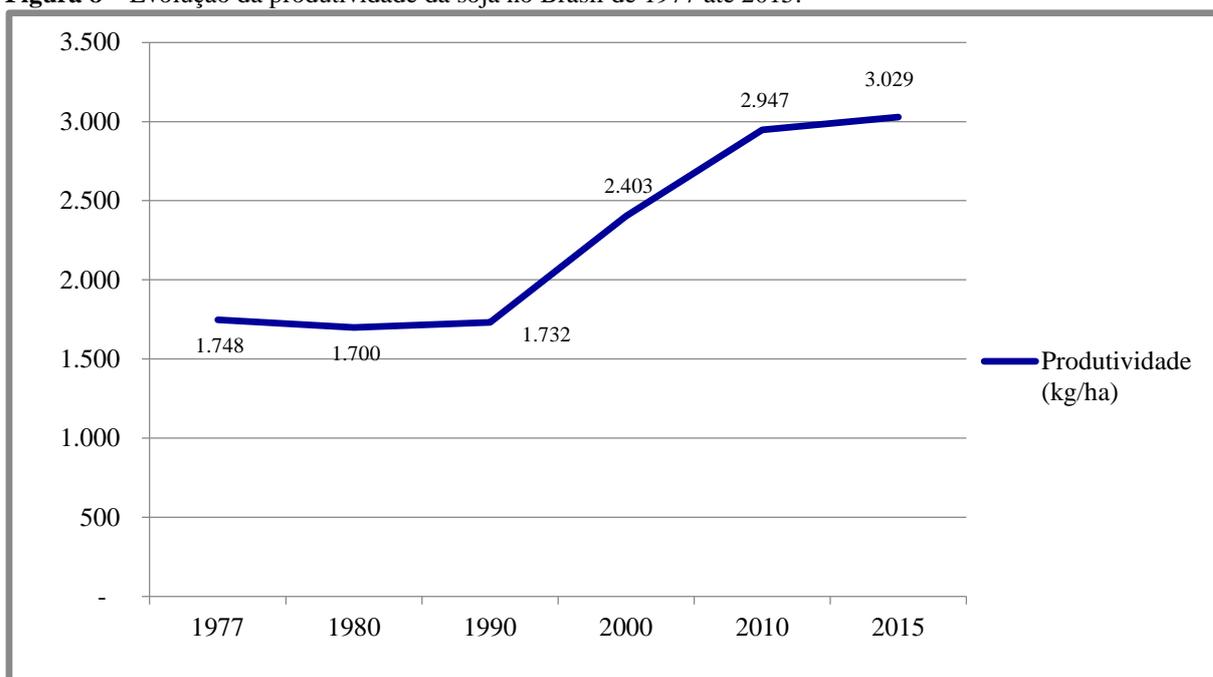
Figura 7 – Evolução da participação (%) das regiões Sul e Centro-Oeste e dos estados do MATOPIBA na produção nacional de soja, a partir de 1977 até 2015.



Fonte: Séries históricas, CONAB, 2017; PAM/2015, SIDRA, IBGE, 2017.

Nota: os dados de 1977 e 1980 são das Séries históricas/CONAB, os demais são da PAM/2015/SIDRA/IBGE.

A onda de expansão da cultura continua, dessa vez aliada a um avanço na produtividade, e no ano 2000, com uma área plantada de 13.693 mil hectares, a produção foi de 32.820 mil toneladas. A Figura 8 apresenta a evolução quanto à produtividade, que nesse período registrou o maior incremento, passando de 1,7 para 2,4 toneladas por hectare por ano. Novamente a região Sul registra uma queda na área plantada enquanto os estados do Centro-Oeste e do MATOPIBA registram aumento. Em relação à produção, o Centro-Oeste com uma produção de 15.446 mil toneladas de soja sob uma área de 5.537 mil hectares, passa a contribuir com aproximadamente 47% da produção brasileira do grão, enquanto os estados do MATOPIBA, com uma produção de 2.208 mil toneladas e uma área de 904 mil hectares, contribuem com aproximadamente 6,7%.

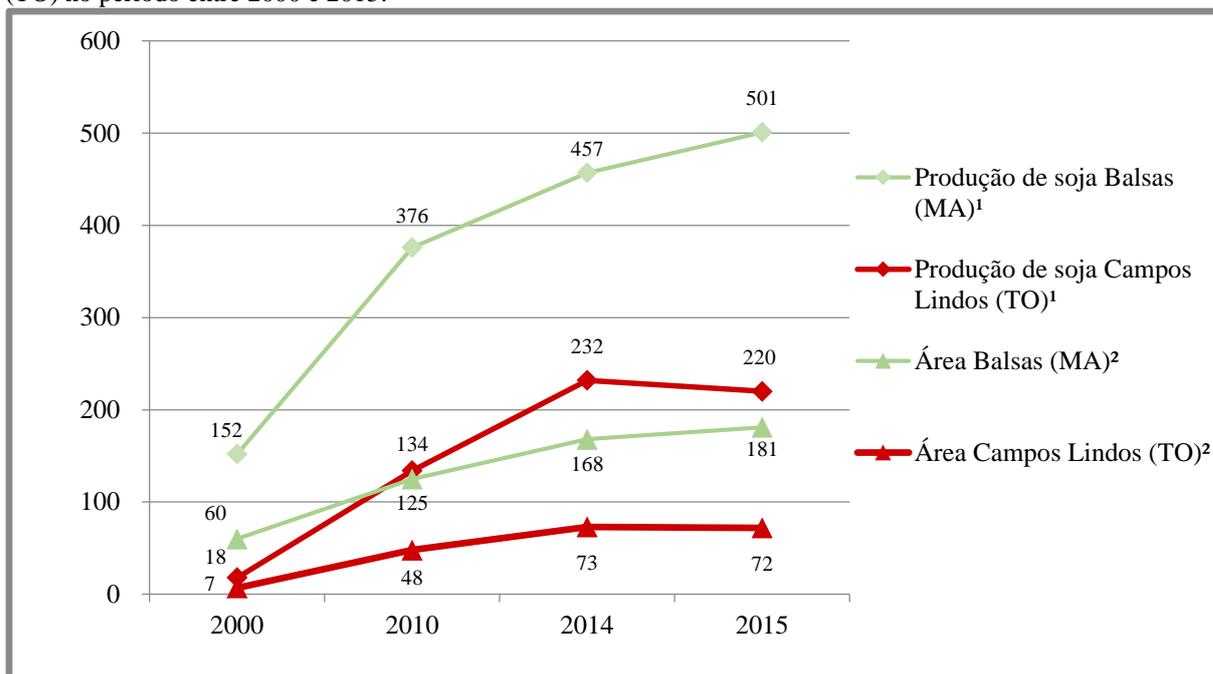
Figura 8 – Evolução da produtividade da soja no Brasil de 1977 até 2015.

Fonte: Séries históricas, CONAB, 2017; PAM/2015, SIDRA, IBGE, 2017.

Nota: os dados de 1977 e 1980 são das Séries históricas/CONAB, os demais são da PAM/2015/SIDRA/IBGE.

Foi também nessa década que o município de Balsas (MA) começou a ganhar destaque regionalmente na produção de soja. De acordo com os dados do IBGE para o ano de 2000, a microrregião dos Gerais de Balsas (MA) registrou uma produção de 319 mil toneladas em 126 mil hectares, sendo que desses, 152 mil toneladas foram produzidas em 60 mil hectares plantados no município de Balsas (MA). Em Campos Lindos (TO) foi registrada uma produção de 19 mil toneladas em 7 mil hectares da cultura (Figura 9). Citamos os dois municípios por entender que os bons resultados econômicos da cultura no primeiro são fundamentais para a expansão da cultura no segundo. Vale lembrar que os plantios de soja entre esses dois municípios ocupam uma área quase que contínua da região maranhense conhecida como “Batavo”, na Chapada das Mangabeiras, até a área do Projeto Agrícola Campos Lindos, na Serra do Centro, do lado tocantinense.

Figura 9 – Evolução da área plantada e da produção de soja nos municípios de Balsas (MA) e Campos Lindos (TO) no período entre 2000 e 2015.



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal – PAM/2015, SIDRA, IBGE, 2017.

Nota: ⁽¹⁾ em mil toneladas; ⁽²⁾ Em mil hectares plantados.

De acordo com os dados de 2010 do IBGE, demonstrados nas figuras anteriores, é importante destacar que a produção nacional mais que dobrou em dez anos, chegando a 68.756 mil toneladas, graças ao significativo aumento na área plantada, que saltou para 23.339 mil hectares, e ao aumento da produtividade, que se aproximou das três toneladas por hectare ano. A região Centro-Oeste contribuiu com aproximadamente 45,9% dessa produção e os quatro estados que compõem o MATOPIBA, juntos somaram 9,2% da produção nacional. No Tocantins o município de Campos Lindos já representa 13,5% da produção estadual, com 134 mil toneladas em 48 mil hectares cultivados.

Quanto aos últimos cinco anos anteriores a 2015 a cultura seguiu com a mesma tendência de multiplicação dos seus resultados. Nesse ano o Brasil chegou ao posto de segundo maior produtor mundial do grão com a marca de 97.464 mil toneladas colhidas em uma área de 32.206 mil hectares. A maior parte concentrada na região Centro-Oeste que produziu 43.943 mil toneladas, 45,1% da produção brasileira, em uma área de 14.666 mil hectares, desse total produzido pela região Centro-Oeste, vale destacar o estado do Mato Grosso, maior produtor nacional com 27.850 mil toneladas, 28,5% do total produzido pelo Brasil, numa área de 8.983 mil hectares. Os quatro estados que formam o MATOPIBA também aumentaram sua participação na produção nacional, representando 11,1% do total, com uma produção de 10.802 mil toneladas colhidas em uma área de 3.699 mil hectares.

Quanto aos estados do MATOPIBA, os números de 2015 revelam que a Bahia foi o maior produtor regional e o sexto no ranking nacional, com 4.513 mil toneladas colhidas em uma área de 1.440 mil hectares, e entre os municípios baianos o maior produtor foi São Desidério, que colheu 1.134 mil toneladas em 350 mil hectares cultivados. O Maranhão foi o terceiro colocado na região e décimo entre todos os estados do Brasil, com uma colheita de 2.099 mil toneladas sob uma área de 761 mil hectares cultivados, com destaque para o município de Balsas, maior produtor do estado, com 501 mil toneladas colhidas em uma área de 181 mil hectares plantados. O Piauí foi quarto no MATOPIBA e o décimo segundo entre os estados brasileiros, com 1.772 mil toneladas produzidas e uma área plantada de 668 mil hectares, tendo como maior produtor entre seus municípios, Baixa Grande do Ribeira com uma produção de 476 mil toneladas e uma área cultivada de 168 mil hectares. O Tocantins ficou em segundo na região, atrás da Bahia e oitavo no ranking nacional, com uma produção de 2.418 mil toneladas em 830 mil hectares plantados, tendo como principal produtor o município de Campos Lindos (TO), com uma produção de 220 mil toneladas em 72 mil hectares de cultivo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017).

3.4 A chegada da soja e a questão fundiária na Serra do Centro

A chegada dos primeiros plantadores de soja e posteriormente a implantação do Projeto Agrícola Campos Lindos mexeu muito com a estrutura fundiária de Campos Lindos e principalmente da Serra do Centro. As terras antes do Estado e sem valor passaram a ter dono e viraram mercadoria cobiçada, disputada na justiça por plantadores de soja e pelo governo estadual e em meio a esse conflito, agricultores familiares, posseiros históricos nessa área.

Não pretendemos analisar ou discutir essa questão do ponto de vista jurídico, no entanto, é extremamente importante para o bom desenvolvimento de nosso trabalho a compreensão dessa questão, pois ele marca bastante a vida dessas famílias e em vários momentos interferiu na coleta de dados e nos resultados da pesquisa. Desta forma, a partir da pesquisa bibliográfica e documental, focada principalmente nos trabalhos feitos com o objetivo de elucidar essa questão, faremos uma breve contextualização do processo de implantação do Projeto Agrícola Campos Lindos e seus impactos na estrutura fundiária da região da Serra do Centro e de seu entorno.

O governo do Tocantins, por meio do decreto nº 315 de 30 de agosto de 1996, declarou de utilidade pública para fins de desapropriação uma área de terras de 44.227,8601 hectares, parte do loteamento Fazenda Santa Catarina, localizada na Serra do Centro, município de Campos Lindos (TO). Considerando, como versa em seu texto:

[...] a necessidade de se dar continuidade ao Subprograma de Promoção e Diversificação da Produção Vegetal e Animal no Estado do Tocantins; [...] que esse Subprograma tem por finalidade processar a implantação do Polo de Produção de Grãos e Frutas de forma cooperativa, visando a atingir os mercados nacional, internacional e estrangeiro, tornando terras consideradas improdutivas em produtivas; [...] ainda, que este Subprograma possibilitará a introdução de novas tecnologias, das quais se beneficiará o produtor tocantinense, gerando novas fontes de trabalho; [...] finalmente, a impreterível necessidade de o Estado do Tocantins apoiar projetos que venham a desenvolvê-lo social e tecnologicamente, buscando, com isso, aprimorar as condições de vida da sua população [...] (TOCANTINS, 1996).

No ano seguinte o governo estadual voltou atrás, revogou o decreto nº 315 de e emitiu o decreto nº 436, de 8 de maio de 1997, aumentando a área objeto de desapropriação para 105.590,8653 hectares, sob a justificativa de que contiguamente à área anterior, existia outra, que embora agricultável, permanecia ociosa, e que por isso também deveria ser objeto de desapropriação, visando ampliar as atividades do Subprograma de Promoção e Diversificação da Produção Vegetal e Animal, permitindo, além do aumento da produção, a implantação de agroindústrias na região. Dessa forma, seu novo perímetro passou a abranger toda a área da Serra do Centro e todos os baixões ao seu entorno, como demonstrado no Mapa de Localização do Projeto Agrícola Campos Lindos, produzido com base no memorial descritivo da área objeto de desapropriação (ANEXO II), como versa em seu artigo primeiro:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de terras, com aproximadamente 105.590,8653 ha (cento e cinco mil, quinhentos e noventa hectares, oitenta e seis ares e cinquenta e três centiares), localizada no Município de Campos Lindos (TO), constituída por parte do Loteamento denominado Fazenda Santa Catarina, com os seguintes limites e confrontações: começa no marco M-01, cravado na confrontação do Lote 24 e margem esquerda do Rio Manoel Alves Grande; daí, segue rio acima, confrontando com o Estado do Maranhão até a barra do Ribeirão dos Porcos com o Rio Manoel Alves Grande; daí, segue o Ribeirão dos Porcos acima e confrontando com Terras Devolutas até o marco M-02, cravado na margem direita do referido ribeirão; daí, segue no rumo e distância de 31°34'32" SE - 4.549,30 metros até o marco M-03, cravado no alto da Chapada das Mangabeiras; daí, segue pela referida chapada até o marco M-04, também cravado no alto da chapada e no alto da Serra da Cangalha; daí, segue por esta serra e confrontando com a Fazenda Santo Antônio 1ª e 2ª Etapas até o marco M05, cravado na cabeceira do Ribeirão Formiga e na confrontação do Lote 08; daí, segue por este lote, pela serra, no rumo de 07°35'00" NW e distância de 5.750,00 metros até o marco M-06, cravado no alto da serra e na confrontação do Lote 29; daí, segue por este lote e pela referida serra, nos seguintes rumos e distâncias: 76°07'00" NE - 5.085,00 metros, 03°04'00" NE - 6.005,00 metros, passando pelo marco M-07, indo até o marco M-08, cravado no alto da referida serra e na confrontação do Lote 28; daí, segue por este lote, no rumo de 75°03'00" NE e distância de 1.150,00 metros até o marco M-09, cravado na confrontação do Lote 27; daí, segue por este lote no rumo e distância de 75°03'00" NE - 6.600,00 metros, até o marco M-10, cravado na confrontação do Lote 26; daí,

segue por este lote nos seguintes rumos e distâncias: 75°03'00" NE - 4.180,00 metros, 55°36'00" NE - 5.678,00 metros, passando pelo marco M-11, indo até o marco M-12, cravado na confrontação do Lote 24; daí, segue por este lote no rumo e distância de 55°36'00" NE - 6.005,00 metros até o marco M-01, ponto onde começou a descrição do perímetro (TOCANTINS, 1997).

Em março de 1998 um grupo de famílias de posseiros¹ históricos dessa área, juntamente com moradores da região, emitiram uma nota pública que também foi assinada pelo bispo de Miracema do Tocantins, denunciando que o Estado não estava respeitando os direitos de posse das famílias da Serra do Centro. Após essa denúncia, o governo do Tocantins emitiu nota de esclarecimento sobre a desapropriação da área para implantação do que foi denominado de “Polo de Fronteira de Campos Lindos”.

Para implantar o Polo Agroindustrial de Fronteira de Campos Lindos, o Governo do Estado desapropriou uma área de 105 mil hectares, para evitar a ação de especuladores, de fora do Estado, que adquiriram as terras irregularmente ao IDAGO, de Goiás, antes da criação do Estado do Tocantins, sem considerar a existência de posseiros sofrendo os efeitos perversos da exclusão social. As informações distorcidas dadas dentro e fora do Estado partiram de pessoas desinformadas, algumas estrangeiras, há pouco chegadas ao Tocantins, que não tiveram o cuidado de procurar o órgão de terras do Governo para saberem das intenções e dos objetivos que se procura atingir com o Projeto Campos Lindos, integrante do PROGRAMA POLOS DE FRONTEIRAS. O Governo pretende titular as terras para os posseiros e proprietários e apoiar a instalação de uma cooperativa para organizar a área, respeitando os direitos de todos, dando-lhes a oportunidade de participarem de um MODERNO PROCESSO DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL com elevados benefícios para as suas famílias, o Estado e o País. Os posseiros, ocupantes de posses, mansas e pacíficas há mais de 30 (trinta) anos, estão sendo informados de tudo que está sendo feito. Eles serão os primeiros beneficiários com o Projeto criado em razão da situação de abandono e de injustiça a que estão relegados. Não há qualquer financiamento externo ou interno, concedido ou pleiteado, para a área de Campos Lindos onde o Governo está instalando o PROJETO CAMPOS LINDOS, nada tendo a ver com o PRODECER III, PERTINS, MALHA VIÁRIA, etc. Com a desapropriação da área o Governo assume o comando das ações, exatamente para dar garantia às famílias que há decênios moram na área para ensejar uma correta parceria de posseiros, proprietários não especuladores e investidores, não estando em cogitação financiamentos internacionais, ou mesmo nacionais, a não ser de crédito agrícola que cada proprietário rural, suas associações e cooperativas venham a pleitear (TOCANTINS, 1998).

Por meio dessa nota o governo estadual negou que estava desrespeitando os direitos das famílias de posseiros e acusou os antigos proprietários de serem os responsáveis pelas irregularidades cometidas contra essas famílias. Por outro lado, é importante destacar das entrelinhas do texto a intenção do Governo de garantir os direitos dessas famílias e permitir-

¹ Conforme o art. 1.239 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

lhes a inserção em um moderno processo de produção agroindustrial, retirando-as de uma situação de completo abandono e injustiça social.

Os antigos proprietários recorreram à justiça pedindo reintegração de posse e a anulação do processo desapropriatório, numa ação que até hoje corre na justiça. O Ministério Público Federal (MPF) foi acionado e em 2003 contestou essa desapropriação por meio de documento da Procuradoria Geral da República no Tocantins que encaminhou ao Supremo Tribunal Federal considerando esse ato desapropriatório inconstitucional, pois é da União Federal a competência para desapropriação de terras improdutivas visando torná-las produtivas. Além disso, são contestados a ausência da avaliação prévia dos imóveis objeto de desapropriação e o fato dos antigos proprietários não terem recebido a justa e prévia indenização em dinheiro, antes da transferência de domínio dos imóveis, como determina a lei. Outro fato contestado pelos Procuradores da República são os critérios adotados para seleção dos beneficiários do programa estadual, tendo sido privilegiado pessoas próximas ao governo, entre elas, a atual senadora Kátia Abreu, na época presidente da Federação da Agricultura do Estado do Tocantins (FAET) (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2003).

De acordo com Cifuentes (2013), apesar do estado do Tocantins basear-se nos artigos 2º, 5º e 6º do decreto 3.365, de 21 de junho de 1941, segundo o qual, mediante declaração de utilidade pública, bens podem ser desapropriados pelos Estados, visando, entre outros, a criação e melhoramento de centros de população e seu abastecimento regular de meios de subsistência. Suas justificativas para desapropriação das terras não citam essa finalidade e geram dúvidas sobre a pretensão de destinação das terras desapropriadas. Foi pensando em avocar esse decreto que o governo do Tocantins, cinco anos antes teria criado o município de Campos Lindos (TO) e incentivado seu povoamento, doando lotes e cestas básicas aos interessados em se mudar para o local. Além disso, o Subprograma de Promoção e Diversificação da Produção Vegetal e Animal do Estado do Tocantins não foi implantado, sugerindo que ele foi utilizado apenas para justificar a desapropriação.

Quanto aos posseiros históricos, Cifuentes (2013) afirma que esses não tiveram seus direitos plenamente reconhecidos pelo Estado devido aos critérios estabelecidos para a legitimação dessas posses e a definição do tamanho da área a qual cada família teria direito. Para ele os pequenos agricultores da região foram excluídos do projeto de desenvolvimento local dado sua escassez de recursos financeiros, de assistência técnica e as dificuldades de acesso ao crédito.

Soma-se a tudo isso, no caso da Serra do Centro, o fato de a Associação de Plantadores do Alto Tocantins (PLANALTO), formada pelos beneficiários do Projeto Agrícola Campos Lindos, tentar na justiça² a remoção das famílias que não tiveram suas posses regularizadas, alegando que elas não fazem parte das comunidades tradicionais da Serra do Centro e que estariam ocupando irregularmente a área destinada à Reserva Legal (RL) do projeto. Isso gerou forte clima de tensão entre eles e essas famílias (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2014).

Em 2014 o MPF convocou uma audiência pública para discutir as questões fundiárias do município de Campos Lindos (TO) e entre as pautas da audiência estava esse imbróglio jurídico envolvendo os agricultores famílias da Serra do Centro e a PLANALTO. Dessa audiência foi deliberado que seria formada uma comissão mista entre representantes do MPF, Defensoria Pública, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto de Terras do Tocantins (INTERTINS), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos Lindos (STR) e a PLANALTO, com a finalidade de produzir um relatório para identificar os posseiros históricos da Serra do Centro e assegurar-lhes seus direitos (CONEXÃO TOCANTINS, 2014).

O primeiro trabalho intitulado “Relatório antropológico: situação das comunidades de camponeses da Serra do Centro”, conduzido por técnicos do MPF, visou coletar dados da trajetória histórica e do modo de vida dessas famílias, com o objetivo de demonstrar se elas fazem ou não parte de Comunidades Tradicionais. O documento final, concluído em 2014, apontou que cada núcleo familiar local conecta-se a outros núcleos familiares, graças aos laços familiares e afetivos que guardam entre si e ao território comum que ocupam ou ocuparam. Desta forma a região da Serra do Centro e suas famílias estão organizadas em pequenas comunidades compostas por vários núcleos familiares, nomeadas geralmente em função de raízes familiares ou elementos naturais marcantes.

Consideramos que os dados obtidos em campo (...) são suficientes para evidenciar que os camponeses da região da Serra do Centro, em Campos Lindos, possuem uma relação permeada de simbolismos com os territórios que ocupam e/ou já ocuparam. Fica claro que, apesar de sua peculiar inserção no mercado, não se trata de pessoas que concebem as terras onde vivem e de onde tiram seu sustento como bens com valor redutível à lógica da sociedade capitalista envolvente. Extremamente significativas, neste sentido, são as incontáveis falas daqueles que afirmam não se imaginar vivendo em qualquer outro lugar e as impactantes histórias dos que foram forçados a ir embora e, sem motivações nem perspectivas, entraram em depressão, adoeceram e acabaram falecendo. Seja como for, é inegável que, ao menos nesta primeira mirada antropológica, podemos afirmar que estamos tratando de grupos sociais que podem, tranquilamente, ser definidos como comunidades tradicionais (MPF, 2014)

² De acordo com o Inquérito Civil Público 08127.000074/97-82.

Em 2014 o MPF convocou nova audiência entre os representantes dos agricultores familiares da Serra do Centro e a PLANALTO para tentar solucionar o impasse. Ficou acertado que o INTERTINS deveria fazer um levantamento na área do projeto e identificar quais famílias estariam dentro dos limites pretendidos pelo projeto para área de RL. Depois de identificadas e relacionadas essas famílias, uma consultoria independente seria contratada para elaborar um relatório agrossocioambiental, descrevendo a situação socioeconômica delas e a dinâmica do processo de ocupação e uso das terras onde moram. Por outro lado, o MPF e o INCRA deveriam fazer um estudo antropológico complementar, com o objetivo de apresentar os principais troncos familiares pioneiros na ocupação da região e, a partir desse, indicar qual a relação de parentesco entre os posseiros e os primeiros ocupantes da área.

O relatório agrossocioambiental apontou que essas famílias fazem parte de um grupo de posseiros históricos da Serra do Centro que por algum motivo não tiveram seus direitos de posse plenamente reconhecidos pelo Estado. São herdeiros dos domínios territoriais da família que não foram reconhecidos pelo governo estadual no ato da titulação das posses. Pessoas que moravam na casa dos pais ou viviam sob a condição de agregado em alguma propriedade na região e que mesmo tendo família própria, não tiveram direito ao título de propriedade por não se enquadrarem nas regras estabelecidas pelo INTERTINS. Em famílias com muitos filhos, esse problema foi ainda maior, pois com o tempo a área da propriedade passou a ser insuficiente para o grupo e isso estimulou o estabelecimento de novas posses.

Quanto ao tamanho das áreas,

[...] o critério adotado pelo INTERTINS para definir o tamanho da área demarcada às famílias foi a existência de animais (gado) na propriedade. Se a pessoa possuía gado, ficava com uma área maior, se não tivesse, o INTERTINS estabeleceu um padrão de 50 hectares (cerca de 10 alqueires) independente se a área ocupada fosse maior. Embora na época, lideranças sindicais e representantes de entidades da sociedade civil apoiadoras das famílias, reivindicasse que o INTERTINS deveria demarcar 100 hectares para cada família (equivalente a 20 alqueires), mesmo assim, o governo manteve a posição em demarca somente de 50 hectares por família, com exceção quem tivesse gado e pastagem (SILVA, 2014).

Da mesma forma o relatório antropológico complementar reafirmou baseado nos termos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidade Tradicionais (PNPCT) “que a Serra do Centro é um território tradicionalmente ocupado por camponeses” (MPF, 2015, p. 38). De acordo com a política são considerados “Povos e Comunidades Tradicionais”:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e

econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Ao final de todos esses trabalhos foi sistematizada uma relação de todas as famílias ocupantes da área proposta de RL do projeto. Elas foram reunidas em quatro grupos, de acordo com o perfil de tradicionalidade, vínculo familiar e territorial com a área ocupada, possibilidade de enquadramento em programa de reforma agrária e aqueles que não tinham perfil de agricultores familiares. Segundo essa relação, das noventa e cinco famílias acusadas de ocuparem irregularmente a área, cinquenta e nove foram reconhecidas como tradicionais da região, outras treze famílias foram reconhecidas como tradicionais, mas sem vínculo histórico com a Serra do Centro, oito poderiam ser enquadradas como clientes de reforma agrária e quinze possuíam perfis diversos aos de agricultores familiares.

Os últimos ocorridos dão conta de que em outubro de 2016 o juiz da comarca de Goiatins tomou decisão favorável a ação de reintegração de posse em favor da PLANALTO. Baseado na relação de nomes sistematizada pelo trabalho do MPF e do INCRA, aquelas famílias que não foram reconhecidas como tradicionais da região teriam que deixar suas posses. O juiz justificou que desde 2013 foram feitas várias reuniões com diversos órgãos que se comprometeram em analisar o caso e que decorridos mais de três anos, não foi tomada nenhuma medida eficaz para solucionar o problema (TV ANHAGUERRA, 2016).

Quanto àqueles que foram considerados tradicionais da região, em novembro de 2016, foi assinado perante o MPF, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com eficácia de título executivo extrajudicial, em que a PLANALTO compromete-se em aprovar junto às famílias tradicionais e em seguida apresentar ao Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), num prazo máximo de duzentos e dez dias, um “Plano de Manejo da Área de Reserva Legal” ocupada pelas famílias tradicionais, em que se assegure o uso tradicional da área por essas famílias e a preservação do meio ambiente (MPF, 2016).

4 IMPACTOS DO PROJETO AGRÍCOLA CAMPOS LINDOS NA AGRICULTURA FAMILIAR DA SERRA DO CENTRO

Nessa unidade serão apresentadas as narrativas dos informantes locais, descendentes dos pioneiros no processo de ocupação dessa região, descrevendo suas trajetórias históricas e o modo como o contato com os grandes empreendimentos do agronegócio começa a transformar suas vidas. Em seguida, valendo-se também dessas narrativas, será descrito o modo de vida dessas famílias, com foco principal no sistema produtivo e como ele foi sendo transformado à medida que esse contato se intensifica e o projeto se consolida no território local. Infere-se, pois, da história narrada por essas pessoas o modo como elas concebem essas mudanças e sua nova condição frente a esse novo cenário de expansão das atividades ligadas ao setor do agronegócio.

Antes é preciso destacar que nem todos os agricultores familiares da Serra do Centro descendem dessas famílias, como revelou a pesquisa descrita na unidade anterior. Em resumo, todo território conhecido na região como Serra do Centro, inclusive suas baixadas e entornos, foi desapropriado e a área foi desocupada para implantação do Projeto Agrícola Campos Lindos. Assim, apenas os pequenos agricultores, reconhecidamente posseiros históricos da região e que por força de lei não poderiam ser removidos de suas terras, permaneceram no interior a área declarada de utilidade pública pelo Estado. Os demais proprietários, aceitando ou não a indenização proposta pelo Estado, tiveram que deixar a área e assim o fizeram. A área desapropriada, excluídas as posses dos pequenos agricultores, foi então parcelada em lotes de terra acima de mil hectares e em área de Reserva Legal em condomínio dos beneficiários do referido projeto.

No entanto depois dessa desapropriação ocorreu o estabelecimento de novas posses por agricultores familiares na área destinada à Reserva Legal do projeto, alguns, de acordo com Santos e Silva (2015), “nativos da região” e outros “de fora”. Por outro lado, o trabalho de campo revelou ainda que alguns dos pequenos agricultores que receberam o título de propriedade do INTERTINS também venderam parte de suas terras para agricultores familiares “de fora”. Os dados apresentados nessa unidade foram coletados com agricultores familiares “nativos da região” e que vivem nela desde antes da chegada dos plantadores de soja. Não se privilegiou aqui o fato dos informantes serem considerados ou não como da região, apenas o fato de terem convivido com o processo de transformação desse território e de seu modo de vida.

4.1 Trajetória histórica

Nesse tópico será descrito os principais processos que se complementaram ao longo dos anos para formação da população de agricultores familiares da Serra do Centro. Inicialmente são apresentados os principais agentes pioneiros nesse processo e como surgem os principais grupos familiares que se entrelaçam na constituição fundamental da população local. Na sequência, a partir do pioneirismo dessas famílias, são apresentadas as motivações para o estabelecimento de novos núcleos familiares na região em função da continuação do movimento migratório de nordestinos em direção a essa região, do retorno de membros das famílias pioneiras e da contribuição dos casamentos entre seus descendentes. Por último é apresentado o processo de migração de uma parte para outra desse território e como esse movimento contribui para a conformação e ocupação dessa área pela agricultura familiar. É no decurso da história oral dessas famílias que surgem os empreendimentos ligados ao agronegócio e a implantação do Projeto Agrícola Campos Lindos e o modo como esses interferiram no curso natural da agricultura familiar local.

4.1.1 O pioneirismo

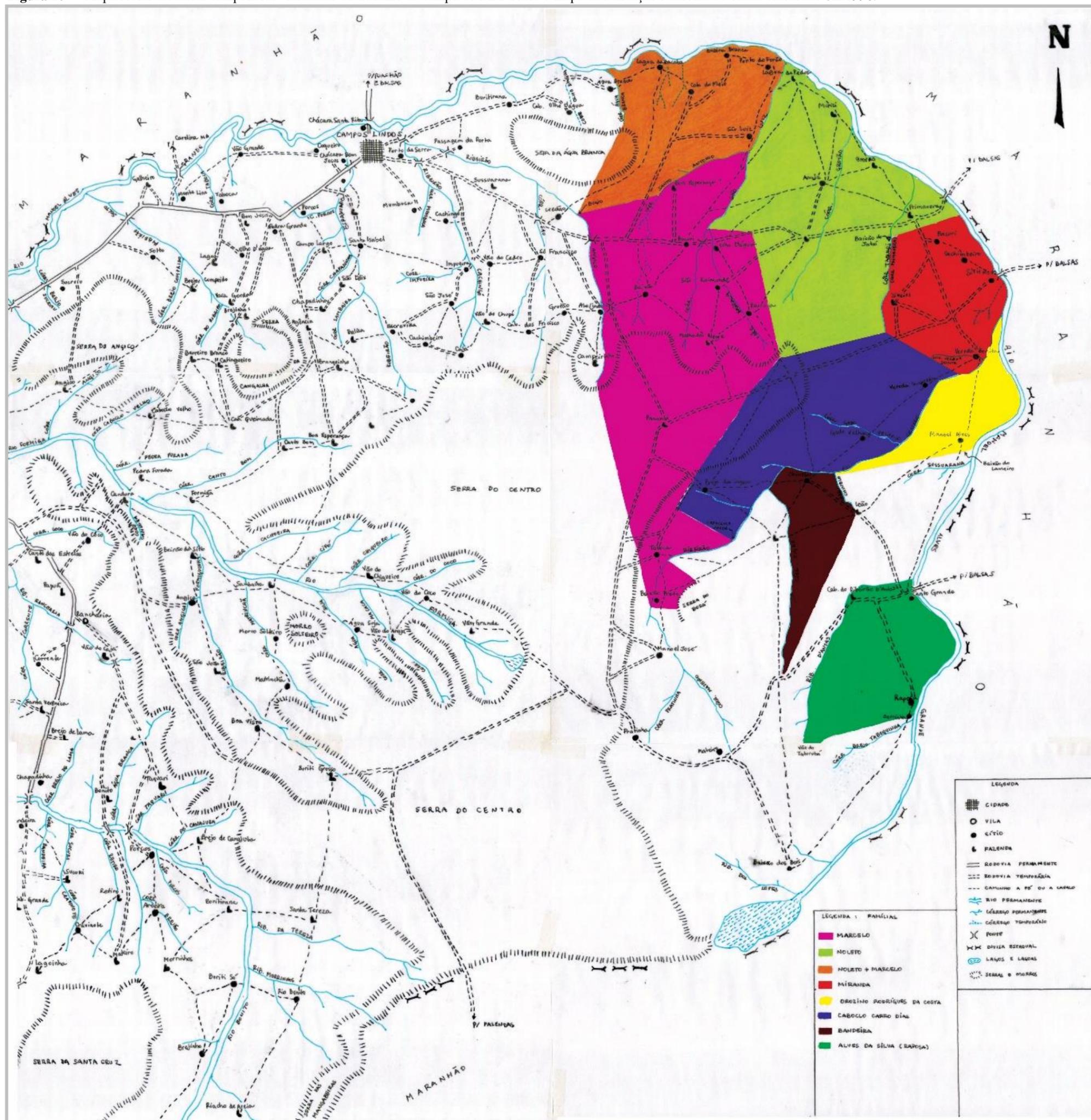
Conforme pode-se depreender da obra de Melatti (2009) a origem das primeiras famílias que se estabeleceram nessa região foi a frente de povoamento vinda do Nordeste e a expansão da atividade pastoril, num movimento migratório iniciado a partir da segunda metade do século XIX e que durou até pelo menos o final da década de 1970. Foi a partir de pequenos fazendeiros, vaqueiros e agricultores de subsistência dessa época e do casamento entre seus descendentes que a região começou a ser povoada. Segundo o autor, uma das características dessa frente de povoamento era a fraca distinção entre essas classes e isso estreitou bastante os laços entre as pessoas dessas famílias e os casamentos entre seus descendentes. Como é possível observar no trecho abaixo:

A maior parte da população se compõe de indivíduos que não são exclusivamente fazendeiros ou exclusivamente agricultores, mas de agricultores que criam algum gado. Há vaqueiros que, ao mesmo tempo em que estão subordinados a um fazendeiro, possuem também sua própria fazenda. O que se pode dizer é que um sistema de classes em oposição ainda não se definiu claramente, havendo apenas uma hierarquia de camadas sociais cujo número e delimitação não se evidenciam com nitidez (MELATTI, 2009, p. 59).

As informações de Santos e Souza (2015) reafirmam que isso de fato ocorreu no território da Serra do Centro em Campos Lindos (TO). Segundo os autores, a origem da população local está relacionada ao pioneirismo das famílias Noletto, Marcelo, Miranda, Carro e Horozino. Os Noletto descendentes de pequenos fazendeiros, os Marcelo, Miranda e Carro, de vaqueiros e os Horozino de agricultores de subsistência, imigrantes da região Nordeste.

Em seu trabalho de campo Santos e Souza (2015) produziram uma representação territorial do que seriam as terras tradicionalmente ocupadas por cada uma dessas famílias antes da chegada dos plantadores de soja na região. Esse trabalho, apresentado na figura a seguir, denominado “Mapa social”, realizado em conjunto com lideranças locais foi produzido sobre o mapa da região elaborado pela Fundação Nacional de Saúde em 1996. No “mapa” a uma referência a “sítios” e “fazendas” dentro daquilo que seriam os territórios dessas famílias, reforçando aquilo que foi dito anteriormente de que não era fácil distinguir fazendeiros ou agricultores naquela época. Essas localidades podiam representar a moradia de uma família ou de um conjunto de famílias morando próximas umas das outras em determinado lugar da região, representadas no “mapa” como um único “sítio” ou “fazenda”. São esses pontos que dão origem ao que será tratado nesse trabalho como “comunidade” em função do lugar em que vivem uma ou várias famílias, preservando assim a forma tradicional como essas famílias se referem a estes lugares. Importante observar que a demonstração dos territórios das famílias ilustrado no “mapa” vai além dos limites da área desapropriada para implantação do Projeto Agrícola Campos Lindos, como pode ser melhor observado na comparação da figura abaixo com o Mapa de Localização do Projeto Agrícola Campos Lindos (ANEXO II).

Figura 10 – “Mapa social das terras camponesas” resultado do trabalho de campo do MPF sobre o mapa da Fundação Nacional de Saúde elaborado em 1996.



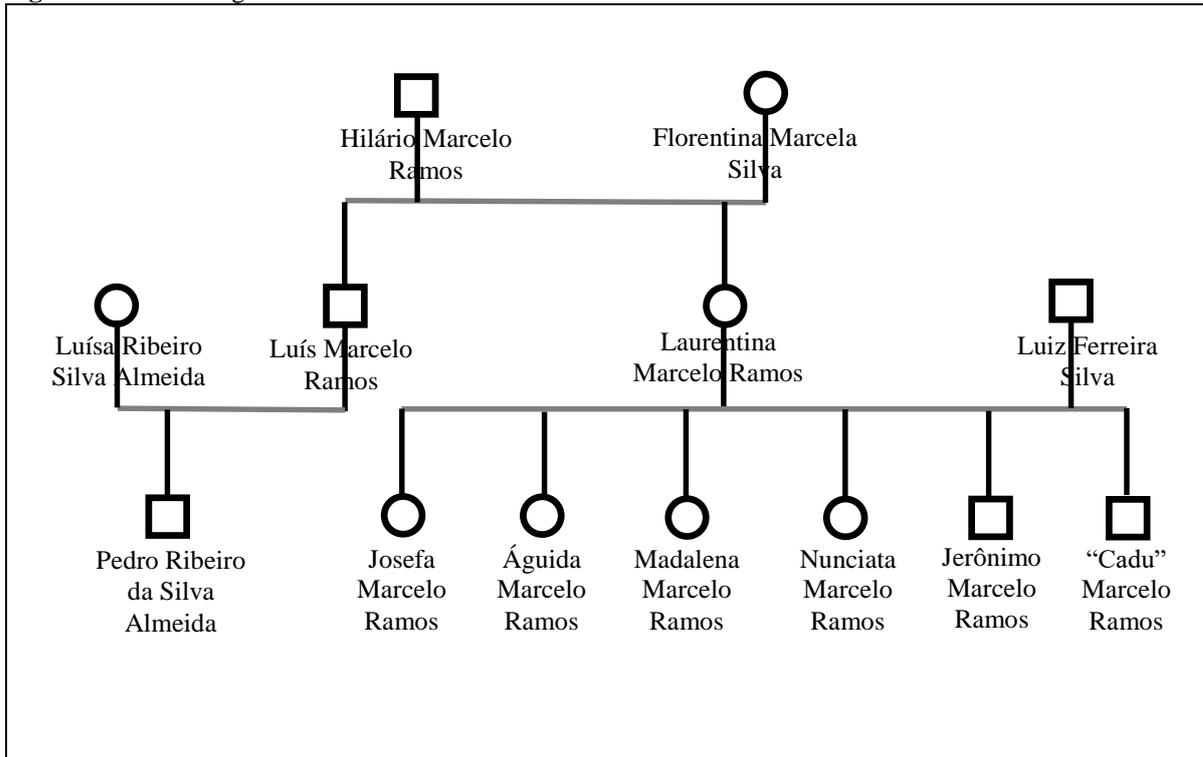
De acordo com Santos e Souza (2015) a família Noleto descende de imigrantes italianos que chegaram no Brasil no século XIX e se instalaram no Maranhão, na margem direita do rio Manuel Alves Grande, na região conhecida como Lapa. Os primeiros descendentes dessa família a se mudarem para Campos Lindos (TO) foi o casal Severino Noleto e Inês Noleto, no início do século XX. Eles se instalaram às margens do córrego Taquari representado no “Mapa social” do MPF como fazenda Primavera (Figura 10), mesmo nome adotado para designar a comunidade instalada nesse local. As narrativas sugerem que essa família era de pequenos fazendeiros criadores de gado e que detinham certo domínio sobre grandes extensões de terras na região, reforçando as considerações de Melatti (2009) destacadas anteriormente.

Segundo as narrativas, quem expulsou os índios e afugentou as onças que ameaçavam os rebanhos de gado da família Noleto em Campos Lindos (TO), foi o senhor Hilário Marcelo Ramos que durante muitos anos trabalhou como vaqueiro para essa família. Conforme narra um de seus descendentes “Essa terra aqui foi o avô [bisavô] da vovó quem amansou. Foi ele que amansou. O véi... Ele quem amansou. Matou as onça que tinha aqui” (informação verbal)³.

Hilário Marcelo Ramos veio do Maranhão na década de 1860 a trabalho dos Noleto e pelos serviços prestados recebeu como parte do pagamento o direito de posse sobre uma parcela de terra na região e assim se instalou definitivamente como posseiro na Serra do Centro a partir de 1880. Ele era casado com Florentina Marcela Silva, com quem teve dois filhos, Luís Marcelo Ramos e Laurentina Marcelo Ramos. O primeiro era adotivo, uma criança indígena que foi criada pelo casal, como revela José Itamar “Era índio mesmo. Diz que foi pegado a troco de cachorro e casco de animal, correndo atrás dele” (informação verbal)⁷. Na Figura abaixo está representada a genealogia da família Marcelo na Serra do Centro até os netos do senhor Hilário Marcelo Ramos.

³ Arquivo do pesquisador. Entrevistado nº 3, José Itamar Marcelo dos Reis, comunidade Barraca, 2017.

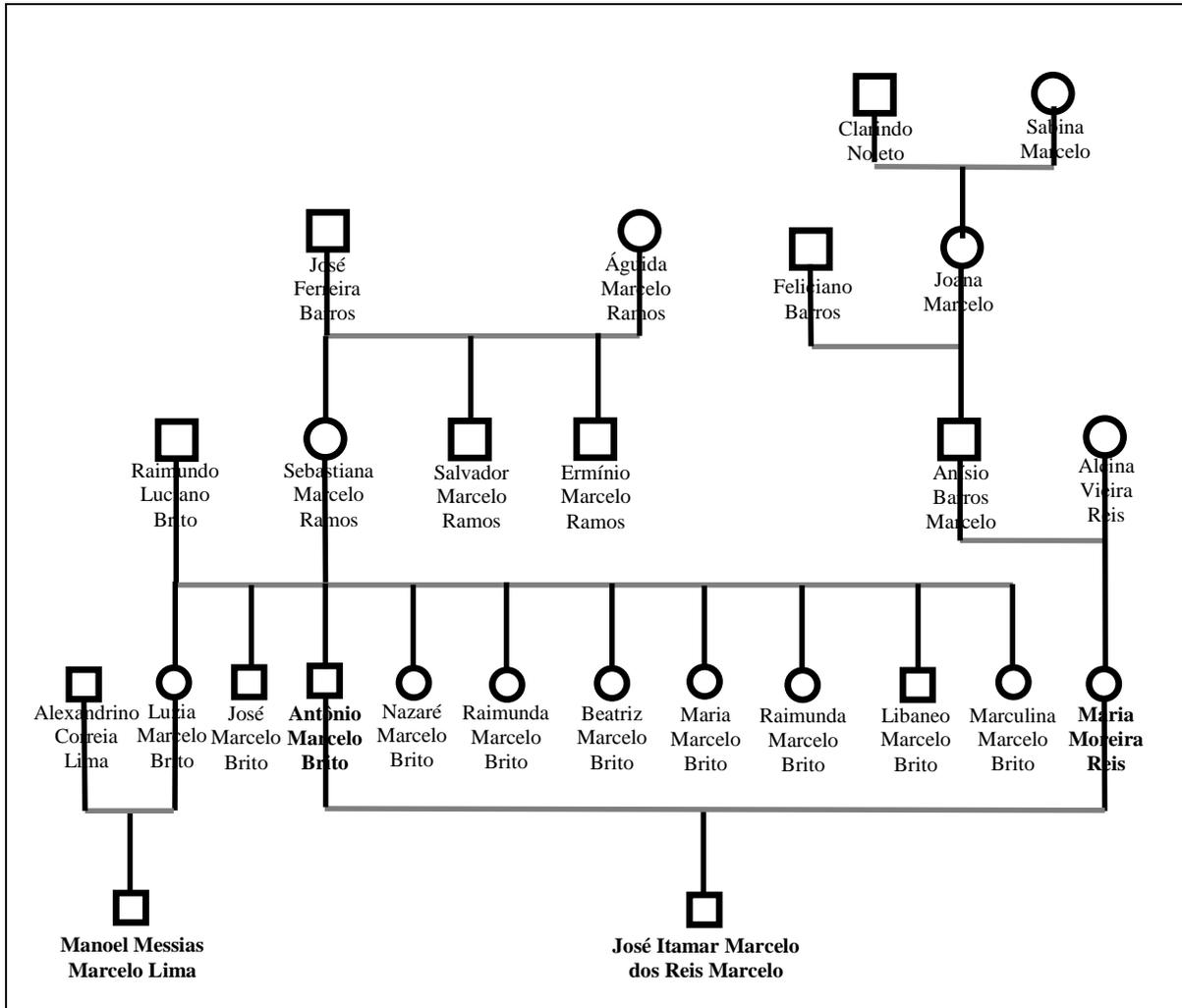
Figura 11 – Genealogia da família do senhor Hilário Marcelo Ramos até seus netos.



Fonte: Santos e Souza, 2015.

José Itamar Marcelo dos Reis mora com os pais na localidade conhecida como Barraca que fica às margens do córrego de mesmo nome, território da família Marcelo que na Figura 10 aparece como “sítio Barraca”. Ele é neto de Sebastiana Marcelo Ramos, filha de Águida Marcelo Ramos. Seus pais são Maria Moreira Reis e Antônio Marcelo Brito, filho de Sebastiana que também fez parte do grupo de entrevistados nessa pesquisa. Por outro lado, sua mãe além de também descender dos Marcelo é descendente dos Noletto. Além José Itamar e de seu pai também foi entrevistado Manoel Messias Marcelo Lima que estava no local lhes ajudando com os serviços da roça no momento da entrevista. Logo abaixo é feita a ilustração da ascendência de José Itamar e Manoel Messias até seus bisavôs José Ferreira Barros e Águida Marcelo Ramos.

Figura 12 – Genealogia dos entrevistados da família Marcelo, descendentes de Águida Marcelo Ramos, neta de Hilário Marcelo Ramos.



Fonte: arquivo do pesquisador, 2017.

A trajetória histórica da família Miranda na Serra do Centro também foi marcada pela influência da relação com os Noieto. Segundo a narrativa de Cícero Miranda da Silva, seu avô Virgulino Miranda da Silva e seu tio João José de Miranda, foram vaqueiros dos Noieto e em 1932 adquiriram junto a essa família os direitos de posse sobre uma área de terras na região.

[...] O véi Virgulino Miranda, ele vei de Grajaú mais três irmão. Não... quatro. Uma mulher e três homem. Já morreram tudo. Cabô tudo. [...] Esses Miranda nasceu deles. Desses três irmão que vei do Grajaú. [...] E o Virgulino morava... quer dizer... Que o véi meu avô, ele era profissional assim de mexer com gado. Ele gostava de mexer com gado. Aqui, aculé ele saía assim pra vaquerá numa fazenda de um. Na fazenda doutro. Doutro. Doutro. Mas quando foi em cinquenta e dois ele quetô aqui. Ele comprô uma posse aqui em trinta e dois. Até desses Noieto, é uma família grande também. Ele comprô em trinta e dois. Ele comprô uma posse aqui, assituada de sítio de laranja e sítio de cana. [...] Esse Sítio [comunidade] ficou batizado por esse nome de “Sítio” porque eles compraram o sítio e dexaram praí. Aí moravam assim fora. Aí pegavam dizer assim: “Pra onde tu vai hoje?”; “Eu vou pro Sítio.” Aí foi batizado por “Sítio”. E por Sítio ele morre. [...] Cinquenta e dois. Em abril. Eu lembro do mês. Em abril de cinquenta e dois nós chegemo praí. Eu cheguei junto. Inda hoje tô aqui. [...] Em cinquenta e um. Fomo pra fazenda. Fomo no mês de setembro, quando foi no mês de

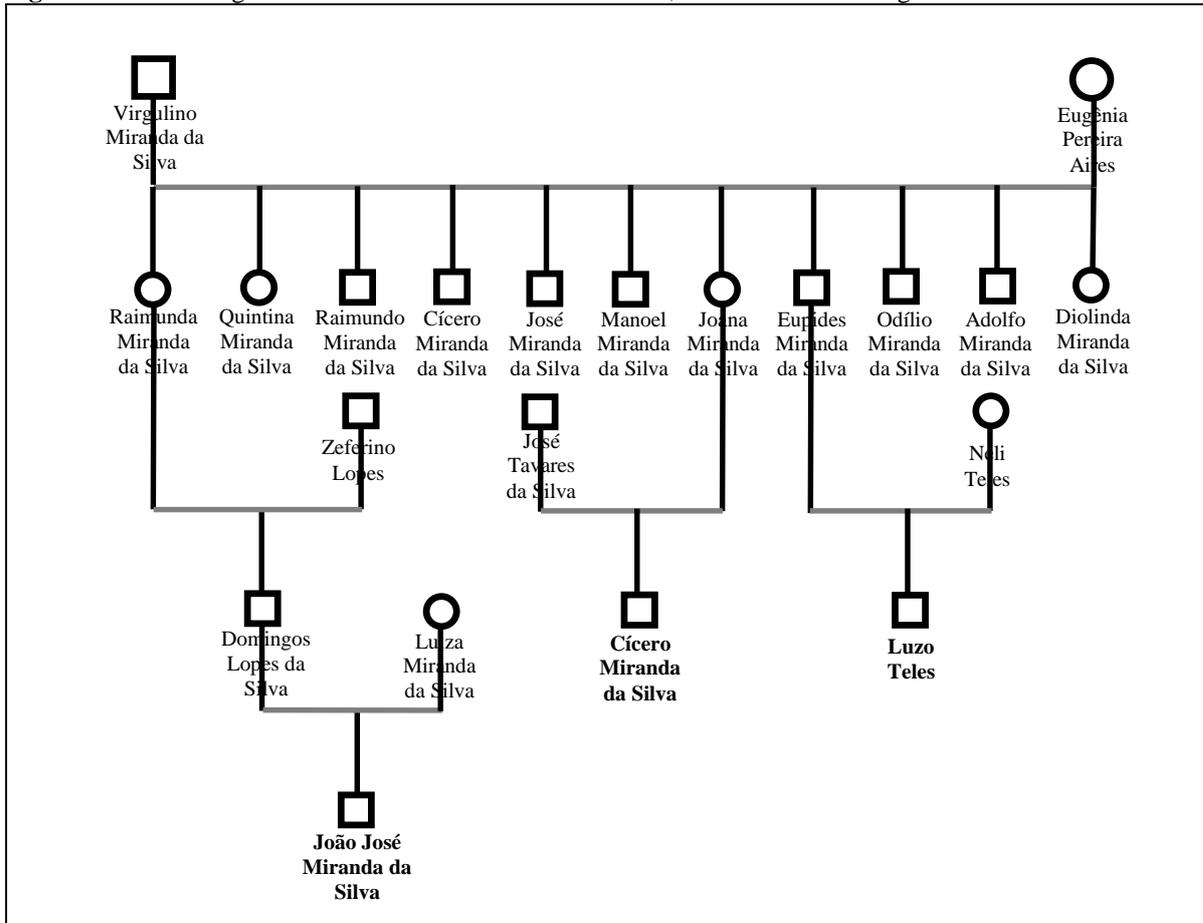
abril... Ele tinha botado uma rocinha, colheu e vei embora, aqui pro Sítio (informação verbal)⁴.

Segundo Cícero, João José Miranda chegou a morar nessa posse antes de seu avô, mas após algumas crises de malária na família, resolveu voltar para o Maranhão e vendeu sua parte dos direitos para Virgulino Miranda, que então ficou sozinho na área. No entanto, após a morte de sua esposa, João José voltou para a região com suas filhas e estabeleceu-se em nova posse numa área contigua à anterior que lhes pertencia. A partir de seus descendentes tiveram origem as comunidades do Sítio e da Vereda Bonita, nos limites territoriais da família Miranda.

Cícero Miranda da Silva é neto de Virgulino Miranda da Silva por quem foi criado desde os cinco anos de idade. Após a morte do avô assumiu as obrigações da casa e cuidou de sua avó até seu falecimento. Após isso constituiu família e permaneceu morando no mesmo lugar que conviveu com seus avós, na comunidade Sítio. Além de Cícero, também foram entrevistados nessa comunidade os senhores João José Miranda da Silva e Luzo Teles, bisneto e neto de Virgulino Miranda da Silva, como é apresentado na genealogia a seguir.

⁴ Arquivo do pesquisador. Entrevistado nº 1, Cícero Miranda da Silva, comunidade Sítio, 2017.

Figura 13 – Genealogia dos entrevistados da família Miranda, descendentes de Virgulino Mirada da Silva.



Fonte: arquivo do pesquisador, 2017.

A família Carro é descendente de Carlos José dos Santos (Caboco Carro) e é uma das mais numerosas da Serra do Centro. Ele era filho de Pedro Eduardo que segundo relatos era índio e também foi adotado por criadores de gado na região. Segundo narra seu filho, Francisco Dias Barbosa, Carlos José e Raimundo Luciano Brito (Raimundo Batata), da família Marcelo, foram criados por seus padrinhos de batismo, os fazendeiros Severino e Inês Noletto. Novamente sugerindo que os Noletto eram uma família que tinha melhor condição financeira que as demais, mas mantinha boa relação com mesmas.

O Raimundo Batata mais meu pai era muito amigo. Foro criado junto. Foro criado por um desses Noletto. Por o finado Severino Noletto, eles foram criado. [...] Meu pai produziu a família dele tudim aqui. Já nascero tudim aqui. Ele chegô aqui... Ele chegô aqui em vinte e dois. Cansei de ver ele dizer, que ele chegô aqui em vinte e dois. Nesse lugar bem aqui. Tava com a idade de vinte ano. Ele disse que era de dois. E aí quando foi vinte dois, foi que ele chegô praqui. Eles morava lá, na região lá, criado por aquele véio (informação verbal)⁵.

A região à qual Francisco se refere que seu pai “produziu” a família é conhecida como “Gado Veaco”, no centro do território da família Caboclo Carro, representada pela indicação

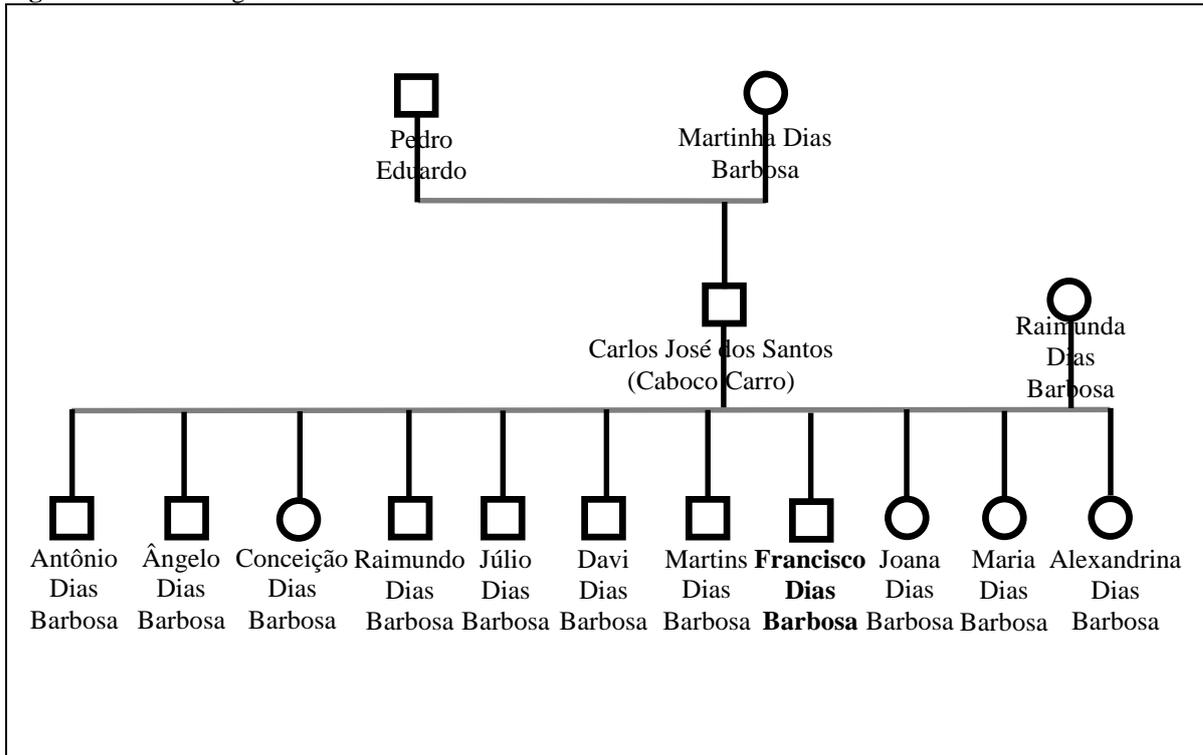
⁵ Arquivo do pesquisador. Entrevistado nº 7, Francisco Dias Barbosa, comunidade Gado “Veaco”, 2017.

de sítio no “mapa” da Figura 10. Conforme suas informações, por ser filho de índio seu pai ficou popularmente conhecido como “Caboco” e da pronúncia diferenciada do nome Carlos, passou a ser “Carro”. Por isso era conhecido como “Caboco Carro”. Quanto ao nome do lugar ele conta que foi devido a essa área servir de abrigo a um rebanho de gado “veaco” (bravo) e que por isso ficou conhecida como “Gado Veaco”.

Quando questionado sobre os motivos para não ter se casado ainda jovem, Francisco (Chico Carro) revela mais uma vez a influência dos Noleto na vida de sua família. Ele conta que foi através deles que ele adquiriu outra profissão além da que seu pai havia lhe ensinado, pois seu pai “não tinha outra arte, a arte dele era só de roça”. Foi essa segunda “arte” que lhe permitiu ascensão social e a partir dela ele teve condições de constituir uma família.

É, o povo naquele tempo gostava de casar era novo. Mas eu tive sempre assim uma mente na cabeça... Uma mente assim aprumada. Graças a Deus. Pois é... porque aqui essa irmandade, nós eram oito irmão, num tinha um que soubesse assinar o nome. E aí... professor aqui num existia. E aí então eu tomei assim entendimento, que eu digo “não, eu num vou me casar novo, eu só vou me casar quando eu suber fazer o meu nome”. E então... professor num tinha, num é?... Depois deu rapaz refeito, sai fora... Sai fora. Saí, estudei... Aí aprendi fazer o meu nome. Aprendi as quatro espécie de conta. E então... era o que eu mais preferia, era na matemática. E aí depois levantei... Isso foi uma luta de ontem. Também não tinha nada rapaz... Num tinha nada não. Então... dexa eu ver... Meu Deus... Do começo... Sim, aí fui trabaiá aqui na região Lapa, mais um... um desses Noleto. Ele fazia colchoado, e aí ele formô uma oficina de couro... e aí disse que queria que eu trabalhasse naquela oficina mais ele. Mais o Cidi. Aí aprendi. Aprendi a ‘arte’. As custa daquela arte foi que arrumei um meiozím. Comprei ali uns gadim. Comprei animal pra mim andar. Aprendi a arte de coro. Fiz os arrei por mim mesmo. E aí andava em cima dum cavalão bom, cara!... Arriado às custa do meu saber mesmo... [risos] Argola nos pé do cavalo... [risos] Quande eu sai de lá da oficina, eu vim pra cá e aí botei uma oficina aqui. E aí fazia sela, fazia perna de coro, fazia chapéu, só nunca fiz foi corona. Corona eu nunca fiz. Mas comprei a corona, comprei cochonilho. Andava... Botei em cima dum cavalão, andava aí como cidadão num é?... [risos] É... andava. Botava o cochonilho aqui em cima do cavalão gordo, cavalão marchador. Não! Naquele tempo eu era novo, botava o chapéuzão de massa azul na cabeça... Moço!... E aí por conta disso as menina se envocaram aí achei com quem casar. [risos] (informação verbal)⁵.

Na figura a seguir é apresentada a genealogia da família do senhor Francisco Dias Barbosa a partir de seu avô, Pedro Eduardo.

Figura 14 – Genealogia da família do senhor Francisco Dias Barbosa

Fonte: Santos e Souza, 2015.

A origem e a atividade dos patriarcas das famílias Horozino, Ramos e Alves da Silva está mais relacionada à agricultura. Os primeiros Horozino a habitarem na Serra do Centro foi o casal Samuel e Maria, vindos do Piauí por volta da década de 1910. Um dos filhos desse casal, o senhor Horozino Rodrigues Corte, ainda mora na região. A atividade principal da família sempre foi a agricultura (roça). Eles ajudaram a povoar a região da comunidade Passagem de Areia, próxima ao Sítio. A família de Fabrício Alves da Silva mudou-se para a região no início da década de 1970. Ele comprou uma posse na região conhecida como Raposa. A família dedicava-se principalmente ao cultivo de roça e a criação de alguns animais, como gado e porco. A família Ramos descende dos Marcelo, porém trata-se de parentes que voltaram para a região a procura de espaço para morar e trabalhar, por volta da década de 1970, vindos do Maranhão (SANTOS; SOUZA, 2015).

4.1.2 Motivação para estabelecimento de novas famílias

Além desses pioneiros que se instalaram na Serra do Centro entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, outras famílias foram se formando a partir de seus descendentes e estabelecendo moradia nos domínios territoriais da família ou retornando a eles depois de uma tentativa de vida fora da região. Por outro lado, como mencionado anteriormente,

a corrente migratória originária nos estados do Maranhão e Piauí continuou até pelo menos a década de 1980. A seguir é feita uma descrição, com base em dados bibliográficos e nas narrativas dos entrevistados, das motivações para essa permanência, retorno ou chegada na Serra do Centro que contribuem para a multiplicação das famílias de agricultores familiares na região.

4.1.2.1 *A continuação do movimento migratório*

As narrativas dos entrevistados convergem para aquilo que foi apontado por Melatti (2009) para explicar a motivação das mudanças dos imigrantes nordestinos de seus locais de origem para o norte goiano, onde havia farta disponibilidade de terra desocupada que poderiam ser cultivadas.

As terras ainda disponíveis para a agricultura vêm sendo pouco a pouco ocupadas por indivíduos provenientes do Maranhão e do Piauí. São vários os motivos dessa migração. As secas do Piauí constituem um deles. Outro, o esgotamento das terras daqueles dois Estados, devido ao uso contínuo e prolongado. Mas o principal motivo é o sistema de arrendamento vigente nos mesmos Estados. Segundo informações tomadas a alguns desses migrantes, os proprietários no Piauí e no Maranhão exigem daqueles que usam suas terras — os agregados — cerca da quarta parte da produção. Esses agregados procuram, então, escapar a tais condições buscando alcançar o norte de Goiás, onde podem ocupar uma porção de terra mediante uma taxa irrisória paga ao município ou mesmo sem nenhuma contribuição (MELATTI, 2009, p. 59).

Essa tônica também está presente na narrativa de Cícero Miranda, quando ele se refere à influência dessa corrente migratória para formação da população local e da disponibilidade de terras na região do Tocantins.

Olha... mudou muita gente daqui, da parte do Maranhão... Pioí... aqui pra essa parte aqui do Tocantins. Vei muita gente aí do Maranhão. É difícil ter convivência do Tocantins com Goiás... [...] Vem mais é do Maranhão pra cá. Que naqueles tempo tinha muita terra absoluta. Assim... antes dessas lavura grande, desses grande projetero... os grande... Era o tempão desacupado... Cê sabia?... Era uma terra Nacional... Ela não tinha... As vez cê pagava um impostim pro governo, mas num era coisa difinitivo. Nada... Aí acunticia que ocê chegava... Pelo meno... eu era morador aqui... eu tinha administração. Tal parte a tal parte, eu administrava... Aí tinha aquela terra comum pra lá. Como bem... se vinha uma pessoa de fora, fazia um assentamento, combinando com os que já tavam ali, num é: “Não... Pode fazer tal?”; “Tando distante”. Lá era uma coisa Nacional. “Pode fazer um assentamento.” Aí eu fazia. [...] Premero cê faz um assentamento. Tem uma terra divoluta aqui, que não tem documentação de ninguém, ninguém é o dono. No causo... Aí outra hora fazia isso... Aí eu vinha, combinava com o morador mais próximo, combinava com ele: “Rapaz lá tal parte assim, assim”; ele diz: “Não lá é comum. É terra do Estado”; “Rapaz eu vô fazer um assentamento lá”; “Tudo bem. Pode fazer.” Agora tem os limite do tempo de você dizer assim: “Hoje eu sô possero.” Chamar “posse”. Mas pra começar dá o nome de ‘assentamento’. Cê vai correr o risco... vai fazer um “assentamento”. Aí foi rendendo. Foi habitando. Foi habitando. Pra cá... Que pra cá já tava muito apertado, as terra com muita gente... E aí vazava pra esse lado. Pro lado do Tocantins... que era no tempo que era Goiás, depois passou a Tocantins, foi dividido o Estado. Aí faziam assentamento. Tem muita gente aí que... do Pioí... Pra lá do Maranhão... tem muita

gente pra cá... geração de lá. Hoje não tem mais não. Chegar dizer “Não, tem?...” “Não, não pode mais não” (informação verbal)⁴.

Interessante destacar dessa narrativa as diversas formas como o entrevistado se refere às terras ainda não habitadas pelas famílias pioneiras na área: “terra absoluta”; “terra nacional”; “terra comum”; “terra divoluta”; e, “terra do Estado”. Por outro lado, ele revela que mesmo havendo famílias de posse das terras era possível o estabelecimento de novos “assentamentos” ou “posses”, desde que o proprietário mais antigo estivesse de acordo. Infere-se de seu discurso que com a chegada das “lavura grande” e dos “grande projetero” esse tipo de forma de se estabelecer nova família na região deixou de existir, “Não, não pode mais não”.

Essas relações de posse e domínio são reforçadas pelo entrevistado, quando ele conta a história de seu tio, João José de Miranda, patriarca da família Miranda na Vereda Bonita. Surge mais detalhes sobre a forma como se estabeleciam os limites entre uma propriedade e outra, como era o pagamento de impostos sobre a terra e as regras para quem era “de fora” para estabelecer moradia na Serra do Centro.

Naquele tempo era uma terra Nacional. Pelo mendo... às vez você morava num lugar, tinha aforamento de talão né mesmo?... Mais pra frente era Nacional. Não tinha medida. Porque quando eles pagava talão aqui no Goiatins, no causo... Eles fazia assim... Eles mesmo fazia os canto da divisa... “De tal parte pra cá eu mando, de tal parte pra lá é o condomínio teu”. [...] Mas você num via inficar um poste... era um alvo que tinha pela metade da distância minha mais sua. [...] Às vez tinha uma árvore boa assim... de permanente. Você ia lá e tirava a casquinha do pau... cê tinha a marquilha de ferrar seus bichim, cê botava seu ferro dum lado e o outro botava do outro lado, ali era um respeito, era mesmo que tá toda documentada, em dias. [...] Aí eles iam pro cartório e tirava no talão. Botando assim num é?... Aí no talão do meu vô, o véi Virgulino Miranda, que era dono daqui do Sítio, marcava no talão quatrocentos alqueire. Ainda tem o talão. Inclusive ali eu arrumei uns trem, botei ele lá... Quatrocentos alqueiro, era alqueiro. Quatrocentos alqueiro no talão lá. Era dominado pelo Virgulino Miranda. Ele pagava os imposto todos os ano daqui. Era assim... Era combinado por eles mesmo. Aí tinha uma terra devoluta bem aculá. Às vez o sujeito sai e voltava... assituava lá. Num tinha comando de ninguém, era uma terra do Estado... Ele assituava lá. Esse foi o que o véi João José de Miranda fez... que é o pai do Antônio Miranda, fez. Já voltô pra lá. Num era um compromisso véi... separava uma coisa... fizeram um limite... Aí ele assituô lá. Ficô lá. Morreu lá. Ele é sipultado lá, lá no cemitério. Eles é sipultado é tudo lá, ele e os filho dele. Tá lá o cemitério. O premero que foi sipultado lá foi o João José de Miranda. [...] Era esse tempão. Esse cerradão monstro aí, tudo desocupado. Que o povo tomava conta era das vertente. Cerradão aí... De premero o povo se criava aqui. Num sabia, aí “Isso num vale nada.” Ninguém fazia um assentamento lá de jeito nenhum, que era uma coisa comum pra lá. Só fazia os assentamento na beira das água. Pelo meno... esse cerradão, ele ia, ele sumia aí no mundo. No mundo. No mundo. Até numa serra que chama... pra descer num local, adiante de Campos Lindos, que era uma tal de “Cangáia”, chamava “Cangáia”... Lá embaixo é barraria. A Cangáia... E esse outro tava todo desocupado. Tudim desocupado... Ninguém queria... Ninguém sabia trabaia em chapada não, só na mata. Aí também não tinha água. Era o cerradão monstro aí (informação verbal)⁴.

Percebe-se que os locais escolhidos para as moradias ou “assentamentos” era entre os córregos e que o cerrado era tratado como reserva ou “refrigelo” para alimentação dos animais, como será visto mais adiante. No trabalho de campo foi observado que algumas comunidades estão quase que completamente desagregadas e seu discurso contribui para demonstrar isso quanto à Vereda Bonita na forma como ele se refere ao antigo cemitério da família na comunidade dizendo que “tá lá o cemitério”, como se esse fosse hoje apenas uma prova de que ali um dia existiu uma comunidade de agricultores familiares.

Santos (2014) traz algumas informações importantes que contribuem para a compreensão das informações do entrevistado sobre os registros imobiliários das terras “Nacionais” da região antes da chegada das “lavura grande” e dos “projetero”. Segundo ele o território do município de Campos Lindos (TO) era dividido em duas “datas” (títulos paroquiais), a Santo Antônio e a Santa Catarina. O território da Serra do Centro está inserido no que era a Data/Fazenda Santa Catarina, que foi registrada em 1858, com quarenta e quatro mil alqueires e pertencia às famílias Soares Gil e Cruz, de Caxias – MA. Eles, ou seus vaqueiros, teriam expulsado os índios Xerente da região. Em 1972 a Data/Fazenda Santa Catarina foi vendida para a Tabacaria Londres, do Rio de Janeiro. Até que no início da década de 1980, o governo do estado de Goiás, através de seu IDAGO, titulou a área e a loteou em parcelas de dois e três mil hectares. Esses lotes foram vendidos a empresários em sua maioria vindos da região Sul do Brasil. Até então, essas condições precárias de título e domínio favoreceram para que as famílias que moravam na região “dominassem” esse território. O que até certo ponto facilitava o acesso à terra e a chegada de novos migrantes.

4.1.2.2 Retorno às origens

Se a Serra do Centro se mostrou um lugar acolhedor para aqueles que vinham de fora em busca de melhores condições de vida, ela também foi um “porto seguro” para aqueles descendentes das famílias pioneiras que não tiveram tanta sorte fora dela. Como é o caso do pai de João José Miranda da Silva. Ele nasceu e foi criado no Maranhão e depois que se casou veio morar na Serra do Centro, na terra de seu avô, Virgulino Miranda da Silva, no mesmo lugar onde atualmente moram seus filhos, João José Miranda da Silva e seu irmão, na comunidade do Sítio.

É o caso também do senhor Luzo Teles, ele passou um tempo fora da região. Casou-se e após a morte do pai retornou para dar “segmento” a terra que antes foi explorada por seu pai, nos domínios do que era a área da antiga fazenda Sítio, de seu avô Virgulino Miranda da Silva. “Aqui é herança do Virgulino Miranda. Dependente dele... do Eupides Miranda. Vai batê nas minha mão. Daqui num tem jeito pra rodar no mundo não” (informação verbal)⁶.

Retornos como esse de seu Luzo sempre foram comuns entre os membros das famílias da Serra do Centro, entretanto após a desapropriação da área isso não foi mais possível, e talvez aí esteja uma das causas do conflito que envolve os beneficiários do projeto e os agricultores familiares da região. Foi o que apontou o trabalho de Santos e Souza (2015) feito com as famílias que estão sendo acusadas de ocupar irregularmente a área de RL do projeto. De acordo com as narrativas descritas por esses autores, em várias situações, membros das famílias tradicionais, pioneiras no processo de ocupação da região, voltaram para ocupar áreas que antes da criação do projeto esteve de posse de sua família.

4.1.2.3 *O desejo de possuir uma família*

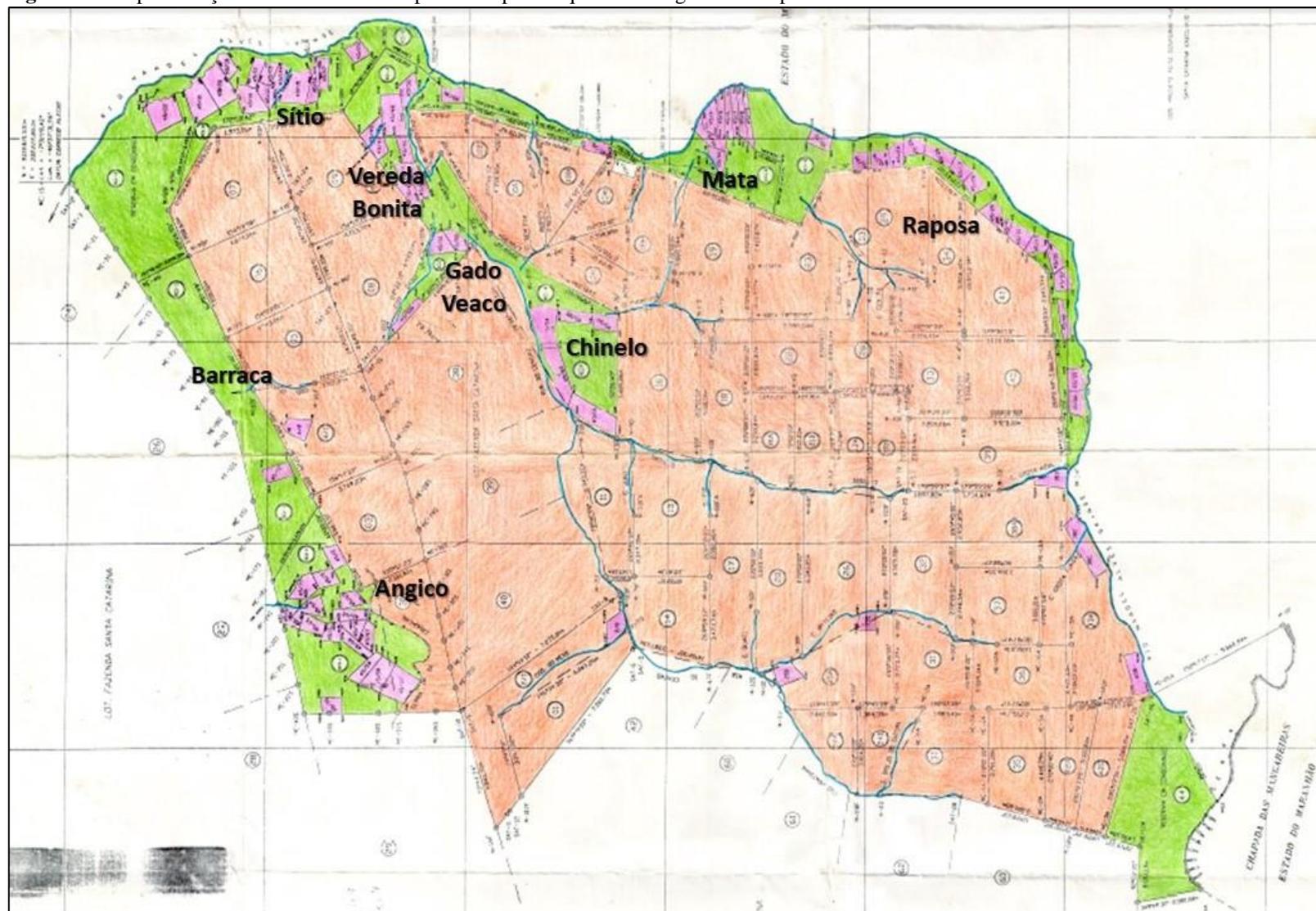
Uma das principais formas como foram estabelecidos novos “assentamentos” familiares na Serra do Centro foi por meio dos casamentos dos descendentes daqueles descritos como pioneiros na ocupação local. Eles não tinham muitas opções para sustentar a família se não a partir do trabalho com a roça, então casavam e procuravam uma área boa para morar e plantar suas roças, geralmente próximo à casa dos pais. Assim, esse processo de reprodução familiar contribuía para o fortalecimento dos laços familiares locais e para consolidar ou ampliar os domínios territoriais das famílias pioneiras. Como destacado por Santos e Souza (2015):

Na prática, tais casamentos endogâmicos possibilitaram que as terras que as famílias “administravam” desde sua chegada se conservassem entre os núcleos familiares. As relações de parentesco entre elas fortaleceram seus laços identitários com a terra e ocasionaram a permanência em seus territórios, já que anexavam ao território da família as terras que eram dadas aos noivos para morar e constituir seus núcleos familiares nas proximidades das terras dos seus pais. Além disso, essas uniões contribuíram para o fortalecimento dos laços de pertença dos membros da família com a sua parentela, gerando famílias extensas espalhadas por áreas prolongadas na Serra do Centro, dando conformação a um verdadeiro território social (SANTOS; SOUZA, 2015, p. 33).

⁶ Arquivo do pesquisador. Entrevistado nº 6, Luzo Teles, comunidade Sítio, 2017.

Essa relação pode ser observada na distribuição das posses demarcadas pelo INTERTINS e demonstrada na Figura 15.

Figura 15 – Representação das comunidades a partir das posses que foram regularizadas pelo Estado.



Fonte: adaptado de Loteamento Fazenda Santa Catarina, INTERTINS, 2001.

Percebe-se na imagem que as propriedades ou posses regularizadas pelo Estado ficaram reunidas em pequenos grupos e esses isolados uns dos outros. Isso ocorreu por que as residências de membros de uma mesma família eram relativamente mais próximas entre si em relação às de outras famílias. Por outro lado, o território dessas famílias fazia contato um com o outro e ocupavam áreas bem maiores que as que foram demarcadas pelo INTERTINS. Como esses direitos não foram reconhecidos e parte dessas áreas foram destinadas para alocação da RL em condomínio do Projeto Agrícola Campos Lindos, passou a existir um espaço entre um território familiar e outro.

De acordo com Cícero Miranda da Silva, um rapaz de responsabilidade, ao desejar possuir sua própria família, deveria ter condição de mantê-la e isso só era possível por meio da roça, assim, ele precisava procurar um local para pôr sua roça e cuidar de seus animais, como forma cumprir com as responsabilidades assumidas perante o pai da noiva.

Eu era... Eu era um pai de família. Eu tinha uma filha moça. O rapaz se agradava dela. Com decência... Com respeito. No caso,... ia acontecer o casamento. Mas aquele rapaz, ele já tinha o gado dele. Ele... Pelo mendo... Quando ele ia... Acuntecia o casamento combinado com os pai dos dois. Pelo mendo... Ele já tinha uma rede pra sobreviver. Ele já tava a esperar. Ele já tava... Ele desejo pesser uma família, tão ele tinha o começo. Aí quando ele tomava de conta de uma família, tinha responsabilidade de assumir a família. [...] Naquele tempo, cê era um pai de família. Eu era um pai de família, se eu tivesse dez fi, ele já com barba no queixo, já com bigode, mas ele me obedecia. Nós enfrentava serviço aí. Depois, com certeza o pai reconhecia que ele precisava, que ele tinha o lado dele também. Precisava seguir na vida dele também, não é?... Sair da casa do papai, quando ele casava. A mulher também, saía quando ela casava, arrumava um esposo. Pelo meno,... um rapaz que ela se agradava. Ali fazia os compromisso de aliança, de acordo com os pai. E era uma vida de família cidadão, que dizia assim: 'Bateu o prego, enfô.' Não é?... [risos] (informação verbal)⁴.

Francisco Dias Barbosa também relatou a Santos (2014) o costume dos filhos de acompanharem os pais até que pudessem “tomar conta da sua responsabilidade”. O local escolhido por ele para morar e trabalhar era utilizado também por seu pai e seus irmãos. No entanto o território da família era grande, permitindo que do casamento dos filhos e da proximidade entre um e outro, se formassem comunidades menores dentro do território da família. No território de sua família, por exemplo, existiam outras duas comunidades menores, Brejo da Lagoa e Vereda Comprida, formadas por descendentes de seu pai, Caboco Carro. Atualmente ele divide sua terra de sessenta e seis hectares com uma de suas filhas, como era feito no passado, só que agora numa área bem menor.

[...] descendentes de Carlos José dos Santos (Caboclo Carro). Seu filho Francisco Dias Barbosa (Chico Carro) ainda mora no território do Gado Velhaco com sua família. A filha Lucicleide Gomes Barbosa, já casada, também mora nas terras do pai, reproduzindo a tradição cultural de acolhida dos novos núcleos familiares que se formam dentro do território do grupo familiar. [...] O território era utilizado

coletivamente por toda a família extensa, de tal maneira que todos os filhos e seus núcleos familiares lá residiam e produziam. Ressalte-se, porém, que esta estratégia de reprodução social está comprometida devido às limitações da pequena área de 66 hectares que foi titulada pelo Intertins (SANTOS; SOUZA, 2015, p. 19; 26)

4.1.3 Processo de migração interna

Uma característica muito marcante da agricultura familiar na Serra do Centro são as mudanças que as famílias faziam em seu território. Entre os membros da família Marcelo isso é mais facilmente observado, pois trata-se de uma família grande que se deslocava em espaços maiores na região. Assim a família Marcelo é uma das mais importante nesse processo de estabelecimento de novos núcleos familiares ou pequenas comunidades e pela expansão do território da agricultura familiar na Serra do Centro. Como demonstrado anteriormente na Figura 10.

Dessa forma, nessa seção utilizaremos como exemplo algumas das mudanças internas feita pela família Marcelo, mais especificamente a partir dos ascendentes do senhor Antônio Marcelo Brito, que foi um dos entrevistados nesse trabalho. Para melhor ilustrar as informações que descrevem a trajetória histórica de sua família, segue no Anexo III mapa ilustrativo descrevendo o percurso percorrido por seus ascendentes sobre as imagens de diferentes épocas na Serra do Centro, que permitem inferir algumas considerações sobre os motivos dessas mudanças.

A história narrada pelos entrevistados da família Marcelo revela que o patriarca da família, Hilário Marcelo Ramos, descrito como pioneiro na ocupação familiar na região, enquanto estava a serviço dos Noletto, morava na região conhecida como Taboquinha, às margens do rio Manuel Alves Grande, acima do território da comunidade Raposa. Como dito antes, no fim da prestação de seus serviços ele teria recebido como pagamento o direito de estabelecer posse de terras na região e optou por se mudar para a porção mais central da serra, às margens do ribeirão do Centro, deu ao novo local o nome de Taboca. No final do século XIX, de acordo com relatos de seus descendentes sua família já estava morando próximo às nascentes do córrego Angico, no entorno da serra, um pouco mais ao norte. Assim o território da família compreendia a região entre os córregos Angico e São Luiz e o ribeirão do Centro.

Sua filha, Laurentina Marcelo Ramos, casou-se com Luiz Ferreira Silva e estabeleceu novo “assentamento” na região entre os córregos São Luiz e Barraca, no entorno da Serra do Centro, a leste de seu pai. Dando ao lugar o nome de São Raimundo e novamente promovendo

a expansão dos domínios territoriais da família Marcelo. A próxima expansão foi ao norte, a partir do casamento entre os primos Pedro Ribeiro da Silva Almeida e Josefa Marcelo Ramos. Eles se casaram e foram morar mais abaixo das terras dos pais, entre os córregos São Luiz e Santo Antônio, na região conhecida como Bacuri. De lá regressaram para a Taboca, antigo território da família na região central da serra.

Infere-se das informações de Santos e Souza (2015), que foi baseado em entrevistas com descendentes do casal Pedro Ribeiro e Josefa Marcelo, que eles permaneceram morando na comunidade da Taboca, pois consta na história oral desses entrevistados que suas filhas Florência Ribeiro Silva e Maria Ribeiro Silva, depois de estabelecerem seus respectivos matrimônios, permaneceram morando nessa região.

O pai do Sr. Joaquim, Antônio Miranda da Silva (1921), casou-se com Florência Marcelo (1917), indo morar nas terras da família dela, na Taboca. A memória deste interlocutor registra como referência no local sua avó materna, Dona Josefa. Ainda segundo Joaquim Miranda, os membros de suas famílias viveram na terra da avó até 1983, quando chegaram à região os primeiros fazendeiros plantadores de soja. [...] No ano de 1997, depois da desapropriação das famílias pelo estado do Tocantins, a administração estadual removeu estes fazendeiros [...] e colocou lá os atuais sojicultores. Dileide [...] é filha de Dionísio Marcelo Rocha e Adelina Ribeiro Rocha. Seus avós paternos eram Maria Ribeiro da Silva e Clarindo Freire Rocha que viviam na região da Taboca. A bisavó materna de Dileide é Josefa Marcelo Ramos, nascida na região da Serra do Centro (SANTOS; SOUZA, 2015, p. 23; 66).

Segundo narram seus descendentes, Águida Marcelo Ramos, filha de Laurentina Marcelo Ramos, casou-se e se estabeleceu na região um pouco mais abaixo do córrego São Luiz, nas proximidades de sua confluência com o rio Manuel Alves Grande, na região ilustrada no “mapa” da Figura 10 como sítio São Luiz, território misto entre as famílias Marcelo e Noletto, fora dos limites do Projeto Agrícola Campos Lindos. De lá uma de suas, Sebastiana Marcelo Ramos, casou-se com Raimundo Luciano Brito e foi morar na região conhecida como Olho d’Água, regressando sentido Serra do Centro e promovendo a expansão do território das famílias a leste, entre os córregos Barraca e Grotão.

Já Antônio Marcelo Brito e Luzia Marcelo Brito, filhos de Sebastiana, moraram com suas respectivas famílias por alguns anos nas terras dos pais, no “Olho d’Água”. Depois, já com os filhos crescidos, entenderam que era preciso mais espaço para suas roças e criações e escolheram se mudar para a região do Baixão Preto, na margem direita ribeirão do Centro, próximo à região da Taboca, onde as terras eram muito boas e tinha espaço para plantar. Por lá moraram quatorze anos, até a desapropriação da área, quando tiveram que escolher outra área para morar, dentro dos limites da área destinada a RL do projeto. Antônio resolveu ficar próximo de uma irmã de sua esposa, na comunidade Chinelo, entre o córrego que leva esse

mesmo nome e o córrego Tigres, ainda na porção central da Serra do Centro. Sua irmã Luzia e seus respectivos filhos optaram por uma área às margens do rio Manuel Alves Grande, a leste do território.

Essa última mudança dos irmãos Antônio e Luzia, no entanto, não significou a expansão do território da família, como ocorrera no passado. Pelo contrário, reduziu os espaços que cada família tinha sob seu domínio para roças e criações e promoveu o esfacelamento de comunidades, como infere-se da narrativa de Antônio Marcelo Brito.

Eu nasci e me criei aqui mesmo. Eu nasci bem ali numa fazenda que tinha bem ali, que o papai era vaqueiro, ali pra baixo. Eu nasci lá. [...] Uns tempo morando ali, numa fazenda que tem bem aqui perto, que é “Canto Bom” chamado. Aí fomo lá pra baixo, ali onde é Oi d’Água, onde tem um irmão que mora lá. Lá foi que eu fui criado. Papai foi lá. Aí eu casei fiquei rodando por aqui... [...] Eu casei na era de sessenta e quatro. Nós morava no Oi d’Água. [...] Morei aculá pelo... na bera do reberão do Centro, por a banda de lá, lá em cima. Passei mais uns tempo. Depois descí mais pra baixo. De lá eu vim pra cá. Premero lá em cima no... chamado “Baxão Preto”. Depois eu vim pro Chinelo. Do Chinelo que eu vim pra cá. Baxão Preto é pra cima do Chinelo. Passei uma temporada lá, aí vei a desapropriação que era pro povo sair e tale. Que era dos fazendeiro. Aí dissero que era pra ir morar na área de reserva. Quem quisesse ficar, podia ficar. Mas num ia ficar lá no mei dos fazendero que era pocos dia tinha que sair mesmo de lá. [...] Nós saímo do Baxão Preto já tava chegando pra perto... bem pertim da casa já. Dum lado e do outro já tinha lavora, nós tava no mei. Nós saímo de lá em dois mil e um. [...] Aí eu fui... vim pro Chinelo. [...] [...] No Chinelo já morava uma irmã da Maria, eu já conhecia lá. Já conhecia lá de muito tempo, que a mulher que morava lá era tia da Maria. Aí o cunhado dela Maria... Aí ele me chamô, que era pra mim ir pra lá. Se eu quisesse ir pra lá que era pra mim ir. Aí nós fomo pra lá. [...] Lá eu tenho sessenta e cinco hectare lá. Mas lá ficava ruim pra mim morar porque só eu mais essa véia. Tinha um otro morador mais a vida era no mundo. E a irmã dela morreu. Aí ela... quando eu saia ela num tinha mais quem ela ficar. E pra nós vim aqui pro Campos Lindos era a pior dificuldade. Todo mês precisava a gente vim. Carro num ia lá e o povo num queria ir mais lá de jeito nenhum, e de pé nós num ia. Aí nós viemo pra cá. E o Zé morava aí. Tava sozim, “Não vamo pra lá, pra onde ele tá”. Aí vim pra cá. Tá com três ano e seis mês parece (informação verbal)⁷.

Sua narrativa revela que os motivos que os levaram à mudança do “Baixão Preto” para o “Chinelo” foi uma imposição do Estado e da expansão das lavouras de soja na região. No entanto percebe-se que a comunidade Chinelo ficou isolada no centro do território e que aos poucos se enfraqueceu, assim ele não podia mais contar com vizinhos próximos para eventuais necessidades, o que lhe forçou a mais uma última mudança, abandonando sua terra e indo morar junto com o filho no antigo território da família de sua esposa, conhecido como Barraca, entre o córrego que leva esse mesmo nome e o córrego Grotão.

⁷ Arquivo do pesquisador. Entrevistado nº 2, Antônio Marcelo Brito, comunidade Barraca, 2017.

A narrativa de Manoel Messias Marcelo Lima, filho de Luzia Marcelo Brito, deixa mais clara a forma como foram impostas as mudanças pelos técnicos que representavam o Estado no momento da desapropriação da área do projeto.

Aí depois nós saímos de lá [Baixão Preto]. Que nós ficava dentro do projeto. Aí o Governo foi, fez a proposta... Que quem tivesse dentro do projeto, quisesse negociar os lote, podia entrar pra dentro das área que tava como área de reserva num é?... Aí nós entremo. Aí negociemo. Aí ele [Antônio Marcelo Brito] veio pro Chinelo e eu mais o Raimundo meu irmão, a mamãe e o João fomos pra Mata. [...] Aí quando nós saímos de lá, a medição que era pra ser feita no Baixão Preto, já pra sair o título, já foi feita a dele no Chinelo e nós já medimos na Mata. Lá ninguém mediu nada. Quando nós mudamos já tinha tudo medido. Só não tinha casa (informação verbal)⁸.

Como dito, seu Antônio Marcelo Brito mora atualmente na região conhecida como Barraca, terra dos pais de sua esposa, onde atualmente mora seu filho, José Itamar Marcelo dos Reis que desde jovem morou com os avós maternos e dois tios nessa área. Ele conta que após a morte dos avós, seus tios mudaram-se da região e ele para não perder os direitos da família resolveu morar e plantar roça nessa área, que, no entanto, não foi demarcada pelo INTERTINS. Dessa forma ele representa uma das famílias locais envolvida na questão fundiária com a associação PLANALTO.

Essa área foi medida setecentos e cinquenta hectare, a área toda, eles era três. Aí o vó já tava tirando mais os fi dele. [...] Esse lado aqui todim. Esse lado aqui até o outro córrego. Aí treveça o córrego lá. Aí vira lá. É o Barraca e o Grotão. Aí tirô pelos dois lado. Por os dois lado da Barraca e por o lado de lá do Grotão... Por os dois lado, dos dois reberão. Aí eles num coisaro. Aí depois foi desapropriado e aí foi o eito que meu avô morreu. Isso foi ne noventa. Intertins veio e mediu. [...] meu ti foi embora pro Maranhão, disse que não ia mexer com isso aí não. Tava começando quando eles foram embora. O projeto tava começando, tava entrando os premeiro fazendero. [...] Aí foi o eito que ele saiu daqui pra ir ser vaquero. Aí num veio mais. O outro foi embora também pra Goiânia e nunca mais veio. [...] Aí em noventa e sete, minha vó faleceu, aí eu tomei de conta. Mas eu já morava mais eles num é?... Mas os meu avô. Porque esse meu ti tinha um magote de gado, aí botô pra cá e eu era o que cuidava... óiava o gado dele num é?... Aí eu morava mais ele direto. Quando o papai mudô eu num fui mas o papai lá pra cima não. [...] Aqui é bom pra arroz, essa terra aqui. [...]. Meu avô morreu com cento e dois ano e nunca saiu daqui (informação verbal)³.

Esse processo de migração interna dentro do território da Serra do Centro era intenso. Às vezes as mudanças eram temporárias, até a colheita das roças, outras vezes eram definitivas, estabelecendo-se novas comunidades. Infere-se das narrativas dos entrevistados que os fatores mais importantes para a ocorrência dessas mudanças, pelo menos até a chegada dos primeiros plantadores de soja, era em função do crescimento das famílias e a necessidade de alcançar novas terras “boas” para o plantio de suas roças, como será melhor descrito na próxima unidade. É o que revela o discurso de Antônio Marcelo de Brito.

⁸ Arquivo do pesquisador. Entrevistado nº 4, Manoel Messias Marcelo Lima, comunidade Sítio, 2017.

Do outro tempo aqui era bom, povo dizia que aqui era ruim, que era isolado. Não. Era isolado mais era bom. Cê labutava aqui era tranquilo. Cê fazia a roça onde cê quiria, cê fazia o barraco onde quiria. Hoje em dia, esse povo que chegaram aí diz que nós somo invasor. Mas invasor é eles, que quando eles chegaram nós já morava aqui. Povo nosso os antigo, que inda tem osso... que a maioria morreu, inda tem osso ainda, era daqui. E esses que chegaram, dizendo que nós é invasor. Não, acho que invasor é eles. E ninguém chegô, nunca botô eles pra ir embora e eles chegaram quer botar a gente pra ir embora. Digo, eu acho isso aí muito fora de rumo (informação verbal)⁷.

Por outro lado, seu discurso revela dois impactos significativos trazidos pela implantação do Projeto Agrícola Campos Lindos em seus territórios. Primeiro quanto a limitação a esse processo de migração e aos locais disponíveis para fazer suas roças. Segundo quanto ao modo como são tratados os descendentes das famílias da região que são acusados de estarem invadindo as terras que um dia foi habitada por seus ascendentes.

Entre os membros das famílias Miranda e “Caboco Carro” esse processo de migração foi relativamente menos intenso e mais tão importante quanto para o estabelecimento dos domínios territoriais dessas famílias. Normalmente eles estabeleciam um “assentamento” e ali permaneciam por toda vida. A única mudança que costumavam fazer era dentro do mesmo “assentamento”, apenas trocando o lugar da casa por algum motivo pontual. Como revela Cícero Miranda da Silva, as mudanças às vezes parecem ter ocorrido por motivo de reforma e melhoria da casa.

Nós chegemo aqui em cinquenta e dois, em abril de mil novecentos e cinquenta e dois. [...] Aí ele [avô] fez a casa. Páioçona. Madeira boa. Em cinquenta e nove ele morreu, a casa ainda tava boa. Aí quando ele morreu nós tiremo a casa de lá, botamo mais pra cima assim. Só ficou eu mais a véia na casa. Aí tiremo de lá e botamo mais assim. Mais ficava lá perto. Em sessenta e seis a véia morreu. Eu tinha vinte e um ano, aí eu fiquei sozinho na casa. Só... Só... Só... E aí já comecei mexe na casinha véia, na roça. Premeiro eu morei ali, próximo aquela rodagenzinha. Nesse tempo não tinha rodagem não. Eu morei lá. Mas lá, naquele tempo os inverno eram grande demais, chovia direto, era seis mês de chuva topado. E lá, aquela vargem lá, rapaz! Todos os anos humedecia. Cê podia fazer o aterro, que naquele tempo o povo era tudo deslexado. Num tinha movimento pra rua, de você trazer um cimento pra queimar não. Era no barro. E o barro num empatava. umedecia direto, direto. [...] Aí eu mudei pra cá, por que aqui não embrejava. Era um lugar mais arejado. [...] mas a outra casa ficou bem assim no munturo, só tiremo um pouquinho assim. Mas ficou no munturo, no mesmo assentamento. A depois de lá é que eu fiquei só mais a véia esse tempo por lá. Aí tinha um tio meu que morava ali, chamava: “Rapaz bora fazer uma casa mais próximo eu lá?” Aí nós fizemo outra casinha, mais pra cá, já pro lado de cá do igarapézinho. Aí quando eu arrumei família, já mudei pra qui. Eu casei em sessenta e sete, no dia cinco de julho de mil novecentos e sessenta e sete. Tinha um ano que minha vó tinha morrido. Casei porque fiquei na casa só, precisava duma companheira pra cuidar das coisa, trabaiava de roça. Aí conseguimos, ainda hoje tô aqui. [...] e aqui rapaz, é muito bom (informação verbal)⁴.

De certa forma essas narrativas contribuem para demonstrar a importância desse processo de migração interna e do estabelecimento de novas unidades familiares, apresentadas no tópico anterior, para a expansão ou reafirmação dos domínios territoriais da agricultura

familiar na Serra do Centro e os impactos que a chegada dos plantadores de soja e a implantação do projeto trouxeram para esses processos.

4.2 Modo de vida

Além das mudanças no percurso dessas famílias, a chegada dos empreendimentos ligados ao agronegócio na Serra do Centro impôs também a necessidade de adaptação do modo de vida local. Infere-se desses discursos os momentos em que as transformações em seus modos de vida são em decorrência da chegada desses grandes empreendimentos, tendo como foco principal são as transformações ocorridas nos meios de produção, sejam eles agrícolas, pecuários, florestais ou aquícolas e conseqüentemente nas relações comerciais e de trabalho.

Como a proposta aqui é produzir um discurso síntese capaz de representar de forma coletiva os efeitos da chegada do agronegócio no modo de vida da agricultura familiar, antes é preciso destacar, baseado nas informações da unidade anterior, que o processo de implantação e expansão desses empreendimentos ocorre de forma gradativa e desigual ao longo da Serra do Centro a partir da década de 1980 até a década de 2000. Dessa forma, em algumas comunidades as categorias analisadas passaram por um período de transição e esse foi considerado na construção do DSC, tendo em vista que o objetivo desse é contemplar ao máximo a coletividade que se pretende representar. Assim ele perderia sentido para algumas comunidades, caso deixasse de considerar esse momento de transição.

4.2.1 A roça: “Era daquilo que ocê vivia. Hoje não, [...] desenvolveu demais. Mas sempre tem um pedacim de roça”

A roça ainda é uma importante fonte de alimentação e de renda para a maioria das famílias da Serra do Centro, mas, segundo os relatos, ela já foi a única alternativa para aqueles que se instalaram nessa região até a década de 1970. Nessa época os rapazes e moças ao tomar a decisão de constituir uma família tinham a certeza que precisavam escolher um lugar para botar sua roça e cuidar de sua família. Como não tinham centros urbanos próximos e estudar era privilégio de poucos, conseguir emprego na região ou fora dela era pouco provável. Então o que restava a esses jovens era pôr uma roça e iniciar alguma criação. Da roça se obtinha a alimentação da família, a ração das pequenas criações e com a venda de parte da produção se comprava aquilo que não era possível produzir. Como revela o discurso a seguir:

Você vivia da roçinha de toco. [...] Era daquilo que ocê vivia. Você num tinha outro lado, era roçinha de toco. [...] De premero, um pai de família [...] criava os filho... se ele tinha seis filho, oito, tinha deles que tinha até dez filho, ele criava na roça de toco. Só que da roça de toco tinha muito mantimento bom. Bom. Bom. [...] Os mais velho produzia bem... vivia daquilo, num tinha outro lado pra dar que num ser aquele. [...] A gente botava as roçinha de toco, cinco, seis, outros botava dez [tarefas]. O povo botava era seco. [...] Cê botava a roçinha. Aí prantava ela. Cê prantava com rendimento que sobrasse pro cê levar pra rua. Pra vender. Niguciar e vim embora. Trazer o que era preciso pro interior, não é? (informação verbal)⁹

Os relatos e as observações feitas em campo demonstraram que mesmo a roça não sendo mais o “carro chefe” do sistema produtivo pelo qual os agricultores familiares locais mantêm suas famílias, ela ainda está presente na grande maioria de seus estabelecimentos, seja com o objetivo de reduzir a necessidade de se adquirir alimentos externos, seja como forma de assegurar trabalho para os membros da família em idade ativa no decorrer do ano. É o que podemos observar no discurso abaixo.

Hoje não, todo mundo vive numa boa. Tranquilo rapaz. Vixi! Desenvolveu demais. [...] Hoje a vida tá boa, a ducação tá melhor. [...] No meu tempo educação era fraquinha [...] Se é um pai de família, ele tem quatro filho... num topa serviço grande. Aí tem que vazar pra fazenda. Tem que vazar pra fazenda. Pai num dá conta de se criar. Às vez o pai de família tem dois, três fi, mas lá na fazenda. Às vez tem um que a invocação é trabalhar na fazenda, tá pra lá, num ajuda o papai. Aí o papai só faz aquilo que ele pode. [...] se eu for parar pra mim mexer com uma roça, pra mim manter oito pessoa na comida, no vestir, no remédio a hora que cê precisa, no calçado, eu num dô conta. Eu num dô conta não. Tirar da roça, eu num dô conta de fazer isso não. [...] Mas sempre tem um pedacim de roça, eu tenho o prazer de ter a despesa de minha casa. [...] A gente tem que ter uma previnição. A gente tá trazendo da rua a metade das coisa num é?... [...] Eu num gosto de ficar sem roça não. Todo ano eu tenho que botar um pedacim. [...] Muitas vez não dá pra despesa da safra não... mas vai lá pertinho, já folga mais (informação verbal)⁹.

Infere-se ainda do discurso alguns motivos para a redução dessa importância, como o acesso à educação e o fato de os filhos dedicarem-se por mais tempo aos estudos ao invés de ajudarem os pais nas atividades da roça, como ocorria no passado, conforme o discurso anterior. Além dos pais os filhos em idade de trabalho têm optado por trabalhar para terceiros em detrimento dos serviços na roça ao lado do pai. Finalmente o relato sugere que atualmente não seja possível manter a família apenas com os rendimentos obtidos com a venda do excedente da produção da roça, obrigando até mesmo os pais de família a abandonar ou diminuir o tamanho da roça para que seja possível trabalhar nas fazendas de grãos do projeto.

Essa adaptação não se deu apenas no tamanho das roças, mas também na forma como ela é prepara, conduzida, nos tipos de relações de trabalho empregado e na colheita, armazenamento e transporte. Assim, o modo de cultivar a terra e plantar roça da agricultura

⁹ Arquivo do pesquisador. DSC sobre “as roças”, agricultores familiares da Serra do Centro, 2017.

familiar local foi sendo transformado à medida que se intensificavam as transformações no território da Serra do Centro. A seguir os esforços são concentrados na tentativa de descrever as diversas etapas do plantio dessas roças e como elas foram modificadas à medida que essas transformações vão lhes impondo novas condições.

4.2.1.1 *Preparo da terra “mais é roça mercanzada, pedacim... Pra livrar da compra. [...] Num ficar sem roça”*

Como visto na unidade anterior, quanto aos aspectos físicos da região, os solos predominantes são dos tipos Neossolos Litólicos ou Quartzarênicos e Latossolos Amarelos. No geral são solos facilmente mecanizáveis, mas que possuem sérias limitações de fertilidade e acidez para o uso agrícola. Por outro predomina na região a vegetação de cerrado típico, denso ou rupestre. Ocorrendo em alguns lugares cerrado denso com mata de galeria e encaves de floresta estacional do tipo Mata Seca Semidecídua. São essas áreas as preferidas pelas famílias locais para derrubada e queima da vegetação devido esta última atividade promover a melhoria, ainda que momentânea, da fertilidade desses solos.

Na área assim que não tivesse... Eu cabo dizer, como nós falemo, um “assentamento”. Que não tinha nenhum assentamento. Num tinha um condomínio de nada, pelo mendo. Não... Cê ia... Cê via um corte de roça lá, uma mata bonita, cê já localizava uma roçinha. Da roça de toco. Chama “corte de roça”. Pelo mendo, ocê ia andar aí na mata, era uma área aí sem condomínio. Área devoluta. Aí cê via uma matona bonita “Rapaz vô botar um corte de roça bem aqui.” Você ia brocava, derrubava e prantava. Colhia, largava de mão pra lá. Uma terra dessa bem aqui, você olha pra cor das árve. [...] Terra boa. No lugar qui... No lugar,... pelo mendo... do cerrado... que ocê vê as árve a folhinha ao redor tudo amarelinha véia assim... ela num é uma terra boa. Ela só vai com muito adubo, carcário, tudo... num é?... [...] Óia a cor do mato... Da natureza... Terra boa. Terra forte. O tipo de crimo [...] do mato que se criô naquela terra... É que uma terra fraca, num dá um mato bonito [...] (informação verbal)¹⁰.

O problema é que a redução drástica do espaço físico que era utilizado por essas famílias, limitando-as aos pequenos lotes de terra demarcados pelo Estado depois da desapropriação da área, conseqüentemente reduziu também as chances dessas famílias de encontrarem essas condições ideais para “pôr” suas roças em suas terras.

De acordo com os entrevistados, devido à dificuldade de encontrar essas condições é necessário reduzir o intervalo fundamental para regeneração da vegetação antes de uma nova derrubada. Essa redução do intervalo entre um corte e outro da vegetação reduz o extrato arbóreo da área e conseqüentemente a deposição de cinzas após as queimadas. Por outro lado,

¹⁰ Arquivo do pesquisador. DSC sobre “preparo da terra”, agricultores familiares da Serra do Centro, 2017.

na falta de áreas de mata ou floresta passíveis de serem aproveitadas para o plantio da roça, eles têm recorrido às áreas sob vegetação de cerrado, mais ácidas e menos férteis e com menor possibilidade de correção dessa deficiência por meio da queimada.

Com isso algumas famílias precisam recorrer aos serviços de mecanização agrícola e correção dos solos para permitir condições adequadas de desenvolvimento das culturas. De acordo com o discurso apresentado na sequência, a mecanização permite ao chefe de família a possibilidade de prestar serviços fora de sua propriedade, viabilizando o custeio de sua roça e lhe gerando uma sobra para a complementação das despesas da família referentes aos itens de consumo que não podem ser produzidos na roça.

Mais é roça mercanizada, pedacim, pra livrar da compra. [...] Porque às vez fica mais fácil pra gente que fazer assim no mato na foice e no machado. Porque as terrinha agora que a gente tem, elas já tão muito assim umas terrinha meia cansada. Aí cê fazendo mecanizadazinha às vez rende mais, que aí da uma misturada na terra, ela produz mais. [...] Fica cara. Assim, fica caro... Assim... Porque hoje, assim... Se eu for fazer uma roça do tamanho dessa hoje aí, eu vô gastar... Pra mim roçar ela e cortar de machado, eu vô gastar muitos dias de serviço meu. Aí cê põe a máquina pra fazer. Onde uma máquina me cobra mil reais pra fazer ela. É que também fica feita pra dois, três ano. Aí você ganha mais nisso. E no toco assim, você fazendo ela na roçadera e no machado, cê só planta um ano. [...] Nela gradeada assim... Que aí agora como tá, pra mim gradear uma rocinha dessa assim, eu gasto uns trezentos reais. Eu gradeio ela todinha. Fica mais barato. Manual você gasta muito, porque você vai enrolar muito tempo pra fazer uma rocinha desse tamãe. Aí você faz e dá um otro trabáí. Ela feita assim, pra gente, você vai gastar um poquim mais, mas a vez cê ganha mais tempo, porque aí você já fica com a terra beneficiada pra toda vida. Aí eu... eu fico lá na safra, faço uma diárinha lá. Aí as vez vai fazendo uma economiazinha, pra fazer. Porque pra fazer tudo no braço... fica difícil. Fosse uma coisa que a gente inda tem umas mata boa. Às vez compensava você fazer manual, assim às vez. Mas como a gente não tem. As mata é tudo desse jeito aí... Cê meter uma foice num mato desse aí, cê roçar ele, queimar ele, pra você capinar ele, pra poder produzir um pé de coisa, você gasta tempo demais. Cê gasta suor que no final o que você faz, num dá lucro. Aí assim não... A rocinha mesmo male paga... como eu lhe falei, só mesmo pra ir quebrando um gáí. Às vez num dá nem a despesa toda do ano. É pra ajudar (informação verbal)¹⁰.

No entanto os serviços mecanizados trazem alguns inconvenientes como os custos e a falta de máquinas disponíveis para realização dos serviços dos pequenos agricultores. Isso porque, segundo os entrevistados, os beneficiários do projeto não disponibilizam suas máquinas para serviços de terceiros e eles precisam recorrer às máquinas de vizinhos, agricultores familiares assim como eles.

[...] Hoje com essas máquina, elas faz a rocinha, pelo menos, facilita mais. E num é máquina da serra que vem fazer roça pra ninguém. [...] Dessas fazenda aí da Serra do Centro nunca pisou uma máquina pra fazer serviço pra ninguém. [...] É os pequeno agricultor mesmo, que alguém já comprô um cbtzim, um Fordzim, aí vem fazer isso pra nós. É de um vizim ali [...] sem ser fazendeiro mesmo. Ele tem umas besterinha, mas num é fazendeiro não. [...] Um esteirinha pequeno. [...] Quando cê tem um dinheirim que ocê fala pra vim [...] desmatar [...] um pedacim, aí fica enrolando. Enrolando (informação verbal)¹⁰.

Devido a essas barreiras é muito comum ainda o plantio das roças no sistema manual, que em distinção ao modo mecanizado, é tradicionalmente conhecido como “roça de toco”. Nesse sistema a limpeza da área é feita por meio da derrubada e queima da cobertura vegetal da área. Segundo o trecho abaixo, antes de iniciar a derrubada é necessário fazer o “broque”, que consiste em limpar o sub-bosque para facilitar o corte da vegetação mais grossa, livrando as madeiras de lei, que são preservadas vivas, para o aproveitamento futuro de sua madeira na propriedade.

O broque é a fina. [...] Vamos dizer, tem uma mata alta aqui, num é?... Aí tem aquela mais fina. Aí você vai tirar. Derrubar aquela mata mais fina, que é pra limpar a grossa, pra ocê entrar com o machado na grossa. Porque com aquela fininha [...] não tem coma cê jogar um machado. Não tem coma cê pegar o motosserra. Porque tá tudo fechado. Você vai limpar aquela madeira. Eu já digo assim... Você vai alimpar aquela madeira grossa, pé delas todinho. [...] Cê faz ele junho, julho, agosto. É esses três mês. É o tempo de ocê fazer esse serviço do broque. [...] torar aquela maderinha todinha. [...] Derrubando toda aquela vergoncinha mais fina, estirando e alimpendo a madeira pra poder fazer a derrubada. [...] Aí pra derrubá, é a hora que cê terminar o broque, que cê alimpar tudo. A madeira cê mete o motosserra então o machado e vira ela todinha. [...] Se tem uma aroera. A gente num tora ela, ela fica viva. Se tem uma taúba, a gente num tora ela, ela fica viva. Qualquer maderinha de lê fica. Você derruba só aquela maderinha que ela só sirve mesmo pra lenha. Mas se é uma maderinha boa [...] ocê num estraga ela. Cê dexa ela em pé. Ela fica viva. Passa o fogo, ela tá em pé, ela não morre não, fica viva. [...] A maderinha boa você não devora, cê dexa tudim. [...] Quando é em setembro. Muitas vez é em agosto, ainda em agosto... Cê pode tocar fogo. [...] O adubo daqui é a terra queimada. [...] Se a madeira for mais grossa um poquim a gente derruba mais cedo, no mês de julho. Que é pra pegar mais o sol, pra queimar. Pra num ficar muito garrancho pra gente garranchar. Naquele otro inda fazia cerca, mas agora ninguém faz mais cerca (informação verbal)¹⁰.

Segundo o modelo local de preparo do solo, o uso do fogo era o meio de promoção da melhoria da fertilidade dos solos e limpeza da área, e apesar de parecer uma prática muito simples, sua eficiência dependia da observação de uma série de fatores como as condições de umidade no solo. No trecho abaixo são apresentados os cuidados observados para realização da queimada. Inere-se do discurso a preocupação e ao mesmo tempo a estranheza que as leis lhes causam. Devido a elas e ao adensamento da população na região eles precisaram adotar a técnica de fazer os aceiros nas roças antes das queimadas.

Nos queimemo já em outubro. Depois que deu a chuva, pro fogo num sair num sabe?... Que a gente queima sempre... a gente queima no mês de setembro. Mas aí a gente ficô com medo do fogo sair. Que os acero... nós fizemo os acero bem feito, mais fiquemo com medo de redemumim. Do vento né?... Aí dexemo dar uma chuva. Quando a chuva... deu uma chuva no mês de outubro. Aí abriu uns quinze dia de sol. Aí nós botemo fogo. [...] De premero não, antes de lê, antes é o povo moravam no interior, era iguale assim uns índio. No causo... cê tocava fogo numa roça de toco aí, rapaz ela viajava muitas légua! Ia embora. Ia embora. Hoje não. [...] Ave-maria! É perigo, num pode não. [...] Um maior cuidado do mundo. Dexa sair não. [...] Uns vinte ano atrás, gente vinha, só largava fogo aí... Se num inda tinha chovido, cuma a terra num tava molhada, o agreste tava todo seco, que o resto da mata tava toda seca, queimava. Muitas vezes só vinha apagar quando dava uma chuva. [...] Era comum. Era um sertãozão. Ninguém

sabia nem onde tava uns aos outros. Lê era uma coisa comum era pra lá, num é?... Hoje não, não pode não (informação verbal)¹⁰.

Finalizado os trabalhos de limpeza e preparo da área, é preciso “encoivarar” (juntar) os restos da madeira derrubada que não queimou para serem novamente submetidos ao fogo. De acordo com os relatos, antes da chegada dos plantadores de soja, essa etapa era precedida da construção de cerca de madeira em volta da roça e de um abrigo ou “barraco” para acolher a família durante as tarefas da roça e armazenar a produção após a colheita.

Adepois que queima, conforme seja... Hoje, na vida de hoje. [...] Depois que queima. [...] chamava “coivara”. [...] Você vai ajuntar aquelas tora de pau, montar e tocar fogo. [...] Na roça. No mei da roça. Pra alimpar a terra. [...] Depois que queima a gente entra, corta ela, os pau mais grosso... [...] Cê corta todim no machado. Cabá junta ela e toca fogo. [...] De premero cercava. Mas hoje também tão prantando roça de toco é no aberto. [...] Aí as criação tem que ser fechado. [...] Pararam por conta de dizer assim: “É lê. Tem que prantar no aberto e criar fechado.” [...] Antigamente era tudo fechado. Na cerca. Cerca aí de pau. [...] Era todinha cercada no “caiçara”. [...] Depois chegô o projeto, aí num teve mais não. [...] Cê queimava roça em agosto. Quando era em setembro cê ia cortar a madeira dele pra fazer a cerca. [...] Cê ia fechar ela, que aí já final de outubro ocê já tava com ela fechada. [...] Mas tem um bocado de ano que ninguém fechô mais, aí ficou difícil... é a criação é presa. [...] Chamava assim “cerca de verão”. [...] Ela ficava da altura dessa trevesa aqui [1,8 m]. [...] Cê tinha que fazer uma cerca alta se não eles [gado] invadiam. E porco, era um encamadim dessa altura [um metro]. [...] Aí nós fazia o encamado dessa altura por causa dos porco. [...] Tudo bem fechadinho. [...] Tinha as criação de porco solto. Mesmo se cê num fazia uma cerca alta, mas você fazia um encamado nessa altura assim... de fora a fora, pra eles não entrar. [...] faz muitos ano que nós fizemo [risos]. [...] Ainda fazia assim, você colocava a roça. [...] Você já fazia o barraco. [...] Fazia o rancho dentro da roça. Quando a roça queimava, nós fazia o rancho, aí já mudava pra lá, só saia quando prantava. Que tinha de cortar, tinha de cercar, tinha de coivarar, capinar, tudo. [...] Cê mudava pra lá. Fechava a casa, ia pra lá. [...] Quando ocê ia pra colher. Pelo mendo... Ocê ia pra colher. Ocê começava a colher, vamo dizer... conforme o pranti que cê fez, novembro, dezembro... Ocê ia pra colher... ocê ia no comecim de março. Aí passava março e abril. Só vinha em maio, de lá. Tinha terminado toda colheita. Tinha organizado no barraco, cê vinha embora. [...] Aí fazia o paiózão do tamanho daquele cômodo ali... aí ia panhando o arroz no gogó e jogando dentro do paió e enchendo, aí depois cabasse o arroz, cê ia embora. Aí quando você cabava o arroz lá na casa, cê vinha buscar de tropa, nas carga. Aí levava. Aí quando tava cabando, aí vinha buscar outra carga de novo, tornava levar. [...] Levava os quatro animal com a carga e trazia todos quatro. [...] que tava tudo gasalhadim no paió. Pelo mendo... a gente chamava ‘paió’. Naquele tempo fazia o paió lá mesmo e o barraco, pra num molhar os negócio. Se mudava pra lá. Quando você agasávia tudim lá, cê voltava pra residência. [...] Trazia pra casa, pra comer cá na sua (informação verbal)¹⁰.

A análise do discurso indica alguns aspectos relevantes para a compreensão da diminuição da importância das roças no sistema produtivo local, como observado anteriormente. O trecho “Cê mudava pra lá. Fechava a casa, ia pra lá”. Indica que toda a família era envolvida nos cuidados com a roça e isso certamente contribuía para uma maior produção e produtividade. Por outro lado, o fato de cercar as roças para impedir que animais entrassem e estragassem as plantações permitia a criação de porcos livres e a partir da complementação da alimentação desses animais com as sobras das roças aumentava-se os ganhos provenientes da

roça. É importante destacar ainda que a chegada do projeto com as plantações no aberto, além de obriga-los a “fechar” seus animais, também influenciou nas relações sociais locais. Como descrito acima, essa tarefa exigia muito esforço físicos dos agricultores e como nem todos criavam porcos, com o tempo, até mesmo os pequenos agricultores, passaram a adotar o discurso dos produtores de soja de que “É lê. Tem que prantar no aberto e criar fechado”.

4.2.1.2 *O plantio “Essas coisinha véia de pobre cê faz salada, de tudo cê planta um poquim né?...”*

Quanto *O plantio “Essas coisinha véia de pobre cê faz salada, de tudo cê planta um poquim né?...”* ao plantio, antes da interferência das lavouras de soja e do projeto, as roças continham grande diversidade de culturas, plantadas em consórcio, ou seja, dividindo o mesmo espaço. De acordo com a descrição que fazem do sistema, em caso de terras “novas” e mais “descansadas” era possível plantar por dois anos consecutivos, o que lhes permitiam até três anos de colheita em determinada área. Assim aproveitava-se ao máximo a terra cultivada.

Ocê só pranta quande... adepois que dá umas duas chuva, três. Umas chuva boa. Que fica a terra bem úmida. Aí com aquela chuva que dá, o mato já começa despontar todim. [...] É obrigado meter a enxada e limpar. Destocar todinha. [...] Aí quando você termina dessa, aí que pranta. [...] Tem vez que é três pranti, a mandioca e o milho e o arroz. [...] Às vez faia um pranti... dos três falha um. [...] A obrigativo da roça de toco prantar é o milho, a mandioca e o arroz, junto. Na “roça de toco”. [...] É tudo junto... é o milho, o arroz, a mandioca e o feijão. Só que eu prantava separado era só o feijão. O feijão era separado. [...] Num tinha muita venda de feijão. A gente plantava mesmo só pra despesa né?... Pra comer. A gente plantava uma meia linha de feijão. Só pra despesa da casa mesmo. [...] Mas arroz e milho e mandioca plantava tudo junto. [...] tem fava também, pézim de fava, abobora, batata. [...] Prantava o inhame... Prantava um muito tipo de coisa, de alimentação... Três ano ocê viajava pra ela, trazendo coisa de lá. [...] Essas coisinha véia de pobre cê faz salada, de tudo cê planta um poquim né? [...] Cê botava seis linha de terra. Cê prantava três de mandioca, mas junto com o arroz [...] Aí se você queria dexas, conforme a terra fosse uma terra boa, uma terra “descansada”, que a gente chamava. Se você quiser dexas três tarefa, pra prantar junto com a outra roça que cê tinha botado, cê dexava. Prantava três tarefa de mandioca, dexava aquela outra. Só prantava arroz. Quando era no verão ocê roçava aquela. Sapecava ela e prantava arroz de novo. Aí já prantava mandioca já. Aí ia continuando. Sempre fazendo assim (informação verbal)¹¹.

Nesse caso a mandioca que possui um ciclo mais longo, era plantada no segundo ano, consequentemente colhida no terceiro. No entanto, como demonstrado no discurso, caso o agricultor não tenha mandioca plantada do ano anterior, ele optar por dividir a roça ao meio e já no primeiro ano plantar uma parte com mandioca. Importante observar o tamanho da roça,

¹¹ Arquivo do pesquisador. DSC sobre “o plantio”, agricultores familiares da Serra do Centro, 2017.

“seis linhas de terra”, o equivalente a dois hectares, levando em consideração que 16 “linhas” ou “tarefas” formam um alqueire (4,8 hectares).

O início dos plantios acontece geralmente a partir da segunda quinzena de novembro e vai até o início de janeiro, em função das chuvas, das exigências das culturas e do tipo de solo da área. Há ainda o fator “lua”, segundo eles, é importante considerar as fases da lua para definir o momento do plantio, pois, a depender da lua, tem-se um maior ou menor desenvolvimento das culturas e ela ainda influi nas características dos grãos.

É o tempo de ocê prantar. [...] de quinze de novembro em diante. Já pra fazer os pranti até dezembro. Até final de dezembro. [...] Uma terra boa, cê prantar ela do jeito que tá a lua agora, tá boa. Tá preparando pra ser cheia. É uma lua forte. [...] Mas a partir de janeiro, já o arroz, já era uma média que cê prantava arriscando. [...] O feijão, como bem... se for uma terra meio baixada, cê pranta o feijão até em maio, junho. Que o feijão ele não precisa de muita água pra ele produzir. Bem poquinho. Abasta a terra tá úmida, ele produz. [...] Ele não gosta de muita chuva não. Terra moiada demais não. Aí se for numa terra mais alta pode plantar nas premeras águas, ele dá bem (informação verbal)¹¹.

A partir da análise dos dados das entrevistas, infere-se que no sistema tradicional de “roça de toco” arroz é a principal cultura. Sendo ele então o “carro chefe” da roça consorciada, toda a estratégia adotada para distribuição das plantas na área visa atrapalhar o mínimo possível o desenvolvimento do arroz. Ele é plantado de bem adensado, num espaçamento médio de 25 centímetros entre linhas e entre covas. O milho normalmente é plantado visando apenas o consumo doméstico e é uma planta de porte mais alto que cresce muito rápido, por isso deve ser plantado menos adensado, o mais comum é o espaçamento de 2,0 metros entre linhas por 1,0 entre covas. A mandioca no consórcio também é plantada bem espaçada, aproximadamente 1,5 metros entre linhas e entre covas. Quanto ao feijão, cultivado apenas para atender as necessidades da família, o mais comum era separar uma parte pequena da roça para fazer seu plantio em separado. As outras culturas que compunham o consórcio, como descrito no discurso anterior, eram plantadas de forma bem espalhada, apenas algumas plantas pela roça, para que não interferissem muito no desenvolvimento das culturas principais.

Normalmente eles não compram as sementes utilizadas no plantio. As sementes de arroz, milho e feijão, por exemplo, são selecionadas de suas próprias roças e guardadas de um ano para o outro. A seleção é feita a partir de características desejáveis observadas em campo, como produção, perfilhamento, resistência ao ataque de pragas e doenças e precocidade. O arroz é conservado na casca e o milho na palha da espiga, acondicionadas em sacos que são armazenados dentro da casa ou nos espaços próprios conhecidos como “paiol”. As plantas de

baje como o feijão e a fava são preservadas nas bajes. Quanto à mandioca, preserva-se uma parte da roça de forma intacta com o objetivo de retirar dela as ramas para o próximo plantio.

As sementes de milho e arroz podem ser conservadas também ao ar livre, dependuradas em armações de madeira, como descrito no discurso abaixo, que revela também a importância dada às fases da lua para a qualidade das sementes.

O de prantar ocê quebrava no premero da lua, no tempo bom. No tempo sadí. Que num dava praga nenhuma no caroço, pelo meno... [...] A lua de quebrar o milho é [...] na lua forte. Quarto crescente. Óia, se você puder ainda quebrar depois dela ser cheia, um dia ou dois, ainda é melhor. Que ela tá bem reguladinha. [...] chama o “atilha”. O “atilha”. Cê pega duas espiga... Aí você pega... tem uma “mão de milho”. Você sabe quanto é?... No... na proposta de depremero, do “caboco da roça”, “cural”. Cento e vinte atilha é uma “mão de milho” chamado. [...] aqui é uma espiga grande, aqui é outra. Aí cê pega aqui, puxa uma painha, que a páia do milho é forte. É uma embira forte. Cê pega aqui, panha ele aqui, fica bem tampadim com a outra embira. Tira a bem de cima. [...] escanha ele aqui no varão grande. Você enche de fora a fora. Lá fora. Deixa ele lá. Pra lá. Aquilo ele não da praga nenhuma (informação verbal)¹¹.

Quanto às outras culturas, como a fava, a abobora, a melancia, o inhame a batata, as narrativas revelam que mesmo não visando o comércio essas culturas eram muito importantes para a qualidade da alimentação familiar. A fava, assim como o feijão, é muito apreciada na alimentação das famílias locais. É muito comum seu plantio junto à cultura do milho, visando alimentação familiar e dos animais domésticos.

Olha, a fava prantava junto com o milho, logo nos premero pranti. Ia tudo junto, o milho e a fava numa cova só, e era tudo misturado. [...] Aí é botar tipo assim... você põe... às vez cê põe numa carrera dessa de milho, cê põe três, quatro pé de fava, aí cê já passa outra carrera que você num bota. Que se plantar em todo pé, ela toma de conta do arroz. Aí num presta, aí você perde o arroz. [...] Quando o milho tá assim numa base de... com a boneca, já criando caroço, que a gente chama é “boneca”. A “boneca” do milho. Criando caroço, a fava já tá subindo por o mei dele assim.[...] Aí quando ele croa. Croa que começa secar. Ela já tá lá no pendão dele, em cima. Aí tem vez que ela toma de conta assim... embrulha arroz, pinta e borda. Depende da terra que ela se dê bem. [...] Naqueles tempos, que a gente tá contando esses casos, ninguém nem sonhava que existia roça mercanizada, era roça de toco. Cê queimava a roça, aí o premero pranti que você fazia era a semente de abobora, melancia, era assim. Premero prantio que ocê fazia, era na cinza, que diz assim “prantar na cinza” e antes da chuva. Quando baxava a chuva, ela saia. [...] Ocê prantava parcelado, longe uma da outra. A fruta de rama ocê prantava longe, um pé aqui outro aculá, outro praculá. Nera uma coisa embutida perto uma da outra não. Que se não, cabava tudo. [...] Coisa poca. Cê não podia... se cê tinha quatro tarefa de roça, ou seis tarefa de roça, cê prantar... Um loco, prantar vinte pé de abobora, ela tomava de conta. [...] Só pra despesa mesmo da casa, tinha comércio não. [...] A batata doce cê pranta no arroz, na mandioca. Ou você pranta no milho, ela não estraga o milho nem o arroz. [...] De vera, tem a batata doce. A batata doce, o inhame (informação verbal)¹¹.

Atualmente as roças são menores e os consórcios tornaram-se mais raros. Normalmente os plantios são simples e por apenas um ano ou dois anos. As vantagens do plantio simples é o melhor desenvolvimento da cultura, permitindo a colheita mais cedo. Apesar das dificuldades para encontrar máquinas para trabalhar suas roças e os altos valores cobrados,

como destacado anteriormente. É muito comum, e as visitas aos entrevistados demonstrou isso, o plantio de pequenas roças mecanizadas, especialmente por aqueles que exercem algum tipo de atividade remunerada fora de sua propriedade ou recebem algum benefício social. É uma forma de reduzir o trabalho da roça de toca e sobrar tempo para o trabalho fora. Nesse sistema eles geralmente as roças são menos diversificadas.

Naquela época você não prantava a mandioca escoteira. [...]. Hoje não. Já tão fazendo muito isso, já tão prantando a mandioca escotera, que ela forma mais ligeiro, uma mandioca escoteira, numa terra que ela se dê bem, ela cresce bem, der um bom inverno, no caso, num vai um ano e seis mês pra colher ela não. [...]. Hoje depois dessa lavora pra cá, que a gente tá vendo, é os mi sempre é solteiro, num é junto com o arroz. É solteiro. Ainda tem muita gente mesmo da região que tá fazendo isso, tá prantando solteiro o milho, a mandioca, pelo meno... ele faz uma posiçãozinha de roça, pranta o mi separado, pranta a mandioca separado e pranta o arroz separado. Mas é outro tempo [...] hoje já tão fazendo muito planti assim, até esses pequeno, uma roçinha mercanizada. [...]. Aí a gente anima porque facilita mais, dá menos trabalho, a produção é mais... porque, bota um adubo, bota uma coisa, o legume rende mais, é assim (informação verbal)¹¹.

Segundo os dados da pesquisa, normalmente na condução das culturas eles não costumam fazer adubações ou controlar pragas e doenças, quando fazem é sem nenhum tipo de orientação técnica, o mais comum é apenas o controle manual por meio da capina. Como já foi mencionado, geralmente antes do plantio é feita uma capina, depois de aproximadamente uns trinta dias do plantio eles costumam fazer outra capina, livrando o arroz das espécies indesejadas. No caso de consórcio entre arroz e mandioca, após a colheita do arroz, entre março e abril, eles fazem outra limpeza da área, retirando o mato e deixando apenas a mandioca no espaço. Isso porque espera-se que ainda ocorram algumas chuvas e que a mandioca precisa aproveitar essas chuvas para se desenvolver e suportar o verão.

Os problemas que eles reconhecem como praga são os ataques de pássaros, veados, macacos e outros bichos do cerrado. Normalmente eles respeitam esses limites impostos pela natureza. Se uma área tem muito macaco e eles não podem vigiar o plantio, deixam de cultivar aquela área e procuram outra. Se há muitos pássaros e outros bichos causando prejuízo eles se mudam para dentro da roça e passam o dia inteiro vigiando a plantação. Mesmo tendo conhecimento a mais de trinta anos do uso do veneno para controlar pragas e doenças, controlar invasoras e evitar o ataque de animais, verificou-se que raramente eles recorrem a esse artifício em suas plantações.

Bicho estragava... uma caça, que naquele tempo tinha muito, é criação da natureza aí no cerrado aí. Estragava... mas aquilo não fazia muita falta não. Até as... as fruta da natureza também que existiam, tinha muito. Hoje não tem mais não, cabô, cabô tudo... [...] Milho eu num prantei que num adianta, porque o macaco quando tá desse tamaim já começa quebrar aquela caninha dele [risos]. O arroz tá embuchado... eles é rancando as bucha. [...]. Ninguém botava veneno, num botava nada. [...]. No tempo que eu botei

essa roça aqui do arroz que eu falei que passô os dois ano. Eu prantei quase uma tarefa de feijão ali, o veado comeu todim. Panhei poco. Tem veado demais. Veado catingueiro, mateiro. [...]. Aqui tem um magote dele. Catingueiro também tem, mas o catingueiro quais num tem nessa região aqui não. Porque... agora que estraga mesmo é o mateiro. [...]. Olha aqui o companheiro aqui, o rasto dele. Toda noite. Num lenca. Tem uns três a quatro companheiro “mateiro”. Parece rasto dum bezerro de mês (informação verbal)¹¹.

Outro aspecto importante do modelo de plantio descrito pelos entrevistados é o descanso da terra. Eles usam de um intervalo entre o plantio de uma roça e outra na mesma área em função da necessidade de regeneração da vegetação original. Mesmo no caso das roças mecanizadas, eles consideram essencial que após dois ou três anos de cultivos consecutivos a área descanse para regeneração da vegetação e das características físicas e químicas dos solos. Isso repercuti na recuperação da capacidade produtiva da área com menos investimentos em corretivos e fertilizantes. Como um dos fatores de avaliação do estágio de recuperação da vegetação original era a presença de madeira para cercar as roças, esse intervalo costumava durar de dez a quinze anos. Como eles não fazem mais isso, esse intervalo foi reduzido para em média cinco anos, dependendo do solo e do tipo de vegetação. O suficiente apenas para formação de nova vegetação necessária para uma boa queimada e depósito de cinzas.

[...] conforme o tipo da mata, se ainda tinha, se ela ainda dava boa produção de ligume de grão, que era arroz e milho. [...] Às vez prantava duas vez numa terra só, conforme se era uma terra descansada, uma terra já de mata grande. [...] a roça de toco ninguém conhecia prantar três vez. [...] num compensa que aí atrasa o mato. Aí o mato custa dar outra roça. [...] O máximo era duas vez. Aí dexava a mata preservar... cresce de novo pra poder fazer a roça. [...] É dexas a mata crescer. Ali já fica a mata percebendo. Crescer mais. Quando tiver no ponto cê bota a roça de novo. [...] Aí num Judeia muito com o mato. Que aí mato, judiar demais, ele custa formar. [...] Com ter madeira pra queimar bem a terra, cara já derriba. Num vai precisar de madeira pra cercar a roça. Que aí pra cercar tem que dexas formar num é? [...] Conforme a terra também, que até a mata, na terra boa ela forma mais ligeiro e na terra fraca ela forma menos. Tarda mais formar. Eu já te digo assim, pra dá no ponto de ter maderá pra cercar em roda. É pra cercar a roça toda em roda. Bem fechadinha a cerca. Ela vai a partir de dez ano. Na terra boa. Quando a terra é fraca [...] eu já boto assim, uns quinze ano. [...] E a roça mecanizada cê pranta todo tempo que cê quera num é?... Mas a de toco não. [...] Se cê uma terra boa, que for boa pra formar mata, terra forte, com cinco ano tá no ponto de você botar roça de novo, já virou mata de novo. [...] Cê produz nela só dois ano, cabô. Ela virô mata de novo pra lá. Aí você já vai derrubar outra pra lá pra frente, que tá mais formada. Num é trabaiaar num lugar só direto, direto, direto não (informação verbal)¹¹.

Um fato interessante que surgiu nos dados da entrevista foi quanto à cultura do milho. Segundo os relatos, alguns fazendeiros do projeto têm permitido que as famílias locais adentrem suas roças após a colheita do milho para catar espigas de milho deixadas para trás pelas máquinas colheitadeiras. Os agricultores locais têm aceitado essa doação e essa tem sido uma estratégia para suprir a necessidade de milho para ração de seus animais.

Aí quando eles colhe esse mi aí, eles libera, aí nós panha. [...]. Que a colhedera, quando ele tá seco, quando ela vai colhendo, aí cai espiga demais, chega fica forrado... tem vez que num tampim assim, na urela do coisa assim... se enche dois, três saco. Aí eles libera. Eles num importa que nós panha. Aí nós cai dentro panhando. É mais ruim porque a gente num tem enriba de que carregar pra casa. Assim... de panhar lá na serra... Tivesse um carro pra trazer era mió, num era?... Aí nós trás na garupa da bicicleta, nos animal. [...]. Faz a ração das galinhas. Pra eles mesmo, os animal. [...] [...] Aí quando é no tempo do mi, a roça é preta de gente. [...] A gente panha muito. Tem deles que num quer que a gente panha, otros não. Que ocê... tem as pessoa que fuma eles num gosta muito de dá não. Com medo de pegar fogo num é? [...]. Tem vez que eles dava o mi, inda batia pra nós. Aí nós ajuntava o mi, ia jogando na boca da culhedera, ele batia. Aí tinha vez que cê batia doze, treze, quatorze saco. [...] Tem vez que... um dia tinha muito milho, eu panhei um beg cheim. E um beg pega... tem vez que ele pega vinte, vinte e cinco saco. Com a páia num é?... Com a páia. Debuiado tem vez que ele dá cinco saco. Um saco de milho é cinquenta, quarenta reais, compensa (informação verbal)¹¹.

4.2.1.3 *Colheita e armazenamento “Panhado num pranete bom assim. Agasaiado. Ela só vai estragar naquele tempo de vencimento em diante”*

A colheita também é feita de forma manual, de acordo com as informações obtidas nas entrevistas. No caso da colheita do arroz as plantas são cortadas e espalhadas no chão para secar por um ou dois dias, conforme o clima. Em seguida eles constroem uma armação de madeira no centro da roça, com três ou quatro varas bem compridas, elevadas a uma altura do chão de aproximadamente um metro. O chão é forrado com uma lona plástica onde caíram os grãos após as plantas serem batidas contra as varas.

[...]. Que a gente achar muito panhador não, cê panha cacho por cacho. Mas ocê num achando [...]. Aí cortando é mais rápido. [...] com cutelo ali... aí só é o homem, mulher num vai não... só o homem. Derruba meia tarefa por dia. Se é um tempo que tá mei assim... de chuva, tá mei molhado... Otros dia fez uma aragem, cê aproveita bater ele. [...] É assim, você corta um dia, conforme o tempo tá arejado, cê corta um dia ou dois... A depois cê vai... puxar ele de lá, botar na ponta da lona e bater. Aí ocê bate aquele todim, todim... aí já, ocê dexa aí na lona ou já bota em outra lona, pra desacupá aqui... [...]. Agora que tiver chovendo, aí cê tem de cortar ele e ir empendurando os cacho dele. Aí quando... no dia que der sole, cê aproveita e bate. Pra ele num nascer. Que ele moiado ele nasce né? [...]. Aí acuntece, pra bater, como eu lhe falo... aí tem os carregador. Às vez se tem a pessoa com competência... tem os carregador pra botar na ponta da lona e tem os batedor. [...] Aí o batedor só fica pegando aqui... nessa base aqui... tem deles que faz uma cordinha, e faz o feixão grande, que a mão não dá pra abarcar... e faz uma cordinha e marra aquele feixão... até debuair todo caroço. Cair na lona. [...] Cê bota três pau ou quatro assim... Você enfia duas Forquilha aqui, duas ali, cabá bota uma trevessinha aqui, outra lá. [...] Cê pega ele aqui ó?... arreando só o cacho. Ele debuia todim. Aí joga a páia pra lá... Quando ele é panhado assim a batção dele só é essa. Até quando fica só o pendão (informação verbal)¹².

¹² Arquivo do pesquisador. DSC sobre “colheita e armazenamento”, agricultores familiares da Serra do Centro, 2017.

Depois de colhido o arroz é ensacado e armazenado em casa. Normalmente eles construíam um local próprio para armazenar a produção, chamado de “paiol”. Como descrito anteriormente, hoje isso não é mais tão comum, entretanto no passado o paiol era construído dentro da roça. Dessa forma à medida que a família fosse consumindo o arroz eles iam buscando mais arroz na roça.

Colhia de ponta a ponta e botava nos paió. Naquele tempo o armazém chamava “paió”. [...] Fazia de páia, de páia de piaçaba assim ó, você envarava ele, aí tampava igual cê tampa casa aqui ó, o “paió”. Aí quando cê cabava de encher ele aí cê cobria por cima, pra bicho num estragar. [...]. Fazia o paió aqui na casa. [...]. Quando num dexava na roça. [...]. Tinha paió separado, na casa. Ele faz uma casinha igual aquela e faz o paió, aí fecha todim de talo de buriti, faz a porta de talo de buriti. Aí você... quando você tava panhando o arroz, cê tava carregando. Cê ia panhando no decorrer da semana, cê ia, uma hora mei dia. A hora que chovesse, cê num ia colher, que tava molhado. Cê aproveitava, carregava o que tava no rancho pra casa. (informação verbal)¹².

A colheita da mandioca normalmente é feita a partir do décimo oitavo mês do plantio. Isso ocorre no final do segundo período chuvoso do plantio da cultura, nos meses de maio e junho. Segundo eles, pode acontecer uma colheita antecipada, em casos excepcionais de urgência pela farinha ou no caso de se plantar em uma terra mecanizada. No entanto o mais comum é mesmo que ela ocorra nesses meses, coincidindo com o final da colheita das culturas de ciclo curto. De acordo com os entrevistados, a mandioca visa principalmente a produção de farinha. O rendimento fica em torno de vinte a trinta quartas, aproximadamente vinte a trintas sacas de cinquenta quilos, por linha de roça. Eles fazem dois tipos de farinha na região, uma conhecida como “puba” e a outra como “seca”. Para fabricação da farinha seca a mandioca é apenas descascada e triturada, antes de ir para a prensa. No caso da farinha de puba, ela é descascada e fica de molho por três ou quatro dias para amolecer (pubar), só depois ela vai para prensa. Esse processo em que ela passa pela puba antes de ir para prensa é o mais antigo, antes eram feitas cacimbas nas margens dos córregos e rios e a mandioca era posta ainda com casca nesses “pubeiros”, onde passava de oito a dez dias para amolecer. Depois de prensada a mandioca é peneirada e vai para o forno.

A colheita do milho é feita logo após a colheita do arroz. Ele é armazenado na espiga para proteger melhor os grãos e só é debulhado no momento da utilização. A cultura perdeu muito de sua importância pela redução das criações e pela facilidade de aquisição do milho no comércio. A colheita de outras culturas como melancia, abobora, batata doce são feitas de forma menos regular, normalmente à medida que são requisitadas na alimentação da família e dos animais domésticos. O feijão e a fava são culturas consideradas de maior rusticidade. Normalmente são colhidos em junho e armazenados na bajes para conservar por mais tempo.

Aí o feijão colhe,... plantando ele agora no final desse mês, vai colher ele no final de junho pra julho... final de junho pra julho cê vai colher ele. [...] A fava era um tipo comum, que parece que ela num dá... eu não tenho lembrança assim dum estrago dela com nada. Só se vencer mesmo, num é?... O vencimento. [...]. Se ocê panhar ela enxutinha, bem enxutinha, bem sequinha e botar no paió e cobrir por cima, pra não moia. [...]. Não, ela atura muito. Que tudo estraga, tudo tem vencimento. [...] Mas é uma coisa que vai bem agasaiadina pelo meno. Panhado num pranete bom assim. Agasaiado. Ela só vai estragar naquele tempo de vencimento em diante. Mas até aquele tempo, ela é conservadinha toda vida. (informação verbal)¹¹.

4.2.2 As criações “Todo mundo tinha uma curralerinha. Hoje não, a depois que foi fechado, alguém tem”.

Como vimos antes, a criação de gado foi muito importante no processo de ocupação do território da Serra do Centro. Os criadores de gado aproveitaram o grande potencial produtivo das pastagens naturais dos cerrados do norte goiano para instalação e expansão das fazendas de gado. Foi, digamos que, “pegando carona” nessa frente de expansão econômica que a agricultura familiar se instalou na Serra do Centro. Ora como pequenos criadores de gado ou prestando serviços a esses, ora como agricultores de subsistência, se aproveitando dos baixões e matas que não interessavam aos criadores de gado da região.

Naturalmente a agricultura familiar também desenvolveu enorme aptidão para criação de gado e essa atividade foi durante muitos anos, uma das mais importantes dentro do sistema produtivo das famílias locais, aliada à boa disponibilidade de pastagens naturais em terras devolutas e à rusticidade do gado bovino introduzido na região, da raça conhecida como “curraleira”.

Nas narrativas sobre esse período é fácil perceber a importância dada a criação de gado, especialmente aos dessa raça. Segundo eles, esses animais se adaptaram muito bem às condições extremas do clima local, explorando extensos territórios à procura de alimentos, às vezes de baixíssimo valor nutritivo, eram muito resistentes a doenças e ao ataque de parasitas, fáceis de serem manejados, muito dóceis, conseguiam se reproduzir bem e tinham baixas taxas de mortalidade das crias. Além disso a carne era muito apreciada e podiam servir-lhes ainda como animais de transporte e de tração.

O povo criavam uns curralerim, mas era poco. Solto. [...]. No cerrado, todo solto. [...] Era pobre, criava um magutim de vinte, trinta gado. [...] Naquele tempo, quando começô, tinha um gadim curralero do gogó amarrado, o berrim fino. [...]. Dava umas vaca boa de leite dum tanto. Sei que quando elas tava passando bem, quando era de manhã... elas dormia de perna aberta. Olha os peito delas o tamanho... ó os peitão bem aqui. Bezerro chegava, apoiava num peito, ele num dava conta do leite. Ele apoiava num peito aqui, o outro também tava saindo leite aculá. [...]. Hoje mudou tudo, tem curraleiro mais não. [...]. Hoje não, esse gado é tudo gado já misturado. Num tem mais

curralero. Alguém ainda tem uma mão cheinha de gado curraleiro. [...] Curralero legítimo ele tem todo desenho só de curralero, ele não define de outra coisa. A orelha é orelha de cuié, miudinha. O chifrim empinado. O berrim dele é fino, é assim (informação verbal)¹³.

Infere-se do discurso que aos poucos as características genéticas dessa raça foram se perdendo. Isso ocorreu devido aos cruzamentos com outras raças mais produtivas e precoces, desconsiderando características fundamentais da raça “curraleira” que garantiam sua boa adaptação ao ambiente local. As novas raças introduzidas na região normalmente são mais produtivas, no entanto, são mais exigentes em alimentação e mais susceptíveis às mazelas do baixo nível tecnológico empregado pelo manejo adotado pelos agricultores familiares da Serra do Centro.

De acordo com Carvalho *et al* (2001), o gado conhecido como “curraleiro” no Goiás e Tocantins é o mesmo “pé duro” da região Nordeste. Talvez por isso atualmente o mais comum é a denominação “curraleiro pé-duro”. A raça teria se formado no interior do Brasil, a partir de animais da raça “mirandesa” introduzidos no Brasil no início do século XVI pelos portugueses. Em solo brasileiro a raça cruzou naturalmente com animais de outros grupos genéticos e passou por um processo de seleção natural, predominando animais mais aptos a sobreviver e se multiplicar nas regiões áridas do Nordeste e nos campos e cerrados de Minas Gerais, Goiás e Tocantins. Segundo os autores, são animais de notável rusticidade e capacidade de utilizar pastagens naturais em regiões adversas, onde outros bovinos teriam poucas possibilidades de prosperar.

Na Serra do Centro os animais eram criados soltos nas pastagens naturais do cerrado local que normalmente eram queimadas no final do período chuvoso, entre os meses de abril e maio, quando o solo ainda estava úmido o suficiente para que as plantas crescessem novamente e servissem de alimento ao rebanho. As “ramas”, vegetação mais tenra, resistia verde por mais tempo e eram a garantia de alimentos para o gado no período mais crítico do verão.

Quando era esse tempo do mês de abril, às vez fazia um tempim de verão, cê ia no cerrado, tocava fogo, queimava. A babugem do capim agreste saia. Aí o gado engordava. [...]. Tinha curraleira véia que cê fechava no curral, se era meio dia, com o sol quente, ela tava balançando. Os patim tava nessa altura, sulanca dela... só de gorda. [...] No causo,... aí ele saia rama também, aí quando dava de julho em diante, que começava ressecar, tinha a rama, eles panhava a rama. Aí escapava... no sal aqui e aculá... Mas o sal era provisório. Não era todo dia no cocho pra ele tá lambendo a hora que queria não. Tinha aquele tempo. Trazia, botava no curral. Aí tinha o cocho, botava o sal eles lambiam. [...] Trabalho era poco. [...]. Tinha água permanente nesses córrego. [...]. Tinha uns poção d'água permanente. [...]. Eles num secavam de verão, era tudo... Tinha até peixe. Hoje, seca que torra. Naquele tempo tinha água demais

¹³ Arquivo do pesquisador. DSC sobre “as criações”, agricultores familiares da Serra do Centro, 2017.

rapaz! Tinha água demais aí nesses córrego. [...]. Quando era as primeiras água que ele tava no cerrado... assim que dava uma chuva, que as babugem saia boa. Cê escutava ele berrar. Ele dava... tinha deles que dava doze berro. [...] Curralerim chifrudo. Ficava alegre por conta daquela chuva, babugem. [...] Aí pelo meno... novembro, dezembro, cê via uma curralera dessa, ela tava dentro do curral, era sol, cê via ela balançar. Olha!... só a gordura. Cê matava uma vaca dessa gorda... Aí acuntece, ocê fazia uma carne de sol, duma carne boa, duma curraleira... que essa era a carne mais gostosa que eu já comi, foi curraleira. Óia, uma carne de curralero é bom demais (informação verbal)¹³.

Para aproveitar o leite das vacas no período chuvoso, era comum formar um piquete de pastagem artificial ao lado do curral. Assim os bezerros eram mantidos presos durante o dia e somente as vacas eram soltas no cerrado. No final do dia elas voltavam para amamentar suas crias e dormiam presas para serem ordenhadas pela manhã.

Às vez você fazia um quintalzim pequeno, nera nem essas espécie de capim que tem hoje. Naquele tempo era um tal de lajeado, um tal de sempre verde, como era o outro meu Deus...? Tinha outro... capim guiné. Era o único. Num tinha. Hoje tem muito tipo de capim num é? Tem muito tipo de capim de engorda. [...] Cê fazia um quintalzim, às vez no curral, umas duas tarefa de pastim, desse tipo de pasto que tô falando. Aí muitas vez, quando era de manhã, ocê chiquerava os bezerro e soltava as vaca pro cerrado. Aí você ficava com pena do bichim tá passando fome, abria a porteirinha e jogava praquela quintalzim de pasto. Eles ficavam comendo. Era assim. O mais era no cerrado mesmo bruto. [...] Aí pelo menos... vamos dizer... a gente tinha aquele tempo das premeras águas que a gente cultivava mais o gado. [...] Vamo dizer, o tempo da premeras águas... chamava as “premeras águas”. Que chovia e a babugem saia bem verdinha, conservava bem. Era aquele tempo... a gente conservava bastante tempo no curral, chiqueirando os bezerro e soltava o gado. [...] As vacas parida a gente fazia o seguinte, chiquerava ela. Pelo meno... as vaca parida... chiquerava elas... soltava pro cerrado e os bezerro ficava. Quando era umas quatro hora em diante elas pegavam chegar berrando. Procurando os bezerro, a gente fechava. Passava a noite fechada. [...] que ele dava leite demais, dava leite muito... a vaca véia chegava de perna aberta, curraleira véia... Aí os bezerro tavam chiquerado. Aí a gente fechava a vaca e soltava os bezerro pra fora... Só que os bezerro num invadiam pra lugar nenhum. Eles ficavam mesmo arrudiando o curral ali. [...] De tarde botava eles pra mamar aí fechava as vaca... já tava fechado mesmo, só soltava os bezerro pro cerrado. Eles saiam por perto mesmo aqui, num iam pra lavura não. Quando era de manhã puxava o leite. Aí enchiquerava os bezerro, soltava as vaca. [...] Num certo tempo, até onde dava, soltava tudo pra fora. [...] No verão, quando ressecava muito... Ressecava que ficava assim... Tinha pastinho, mas o mais era rama... Aí soltava uns tempo. Soltava uns tempo pra lá. Só ia lá corrigir. Trazia fechava no curral. Conforme tinha uma necessidade. [...] Às vez dava uns tempo aí preso. Aí uns... uns oito dia. Mais só pra tá tirando o leite. [...] Mas tornava soltar. Aí quando chegava as premeras águas, que o pasto sai bonito aí no cerrado, não... era direto no curral, tirando leite (informação verbal)¹³.

De acordo com os agricultores entrevistados, o único cuidado sanitário preventivo feito com esses animais era mineralizar e vermifugar uma ou duas vezes por ano. O que normalmente acontecia no mês de junho e dezembro, depois das queimadas e antes do período chuvoso.

Era sossegado. Ocê num ia gastar com arame. Você num ia gastar com uma vacina. [...] Olha fazia assim... tinha o tempo. Era seis mês duma parcela pra outra. Vamo dizer... premero mês de junho. [...] Quandê dava em junho, tempo das queimada, que cê queimava o cerrado, você fechava todo no curralzim e salinava, com sal de pedra e benzocreol, só. [...] Tudo derrubado, derrubado... ocê num dava conta de puxar pelo

chifre, pra dar uma quedona no chão... você passava uma macaca, ele já caia. Aí você vinha arribava a cabeça dele pra cima, a boca dele pra cima, pisava um chifre, outro pisava noutro, puxava a língua dele, metia o salão. Cê jogava uma mão cheia de sal. Aí outro tava com a água aqui numa lata, você derramava um bocado de benzocreol... nera muito não, um pouco, conforme seja a média. E botava água, ele engolia. Era o mineral do gado só era aquele. Aí ocê largava, com seis mês ocê fazia a mesma coisa. Num tinha esse negócio de aplicar. Eu num sei nem se tinha veterinário... tinha veterinário mais era longe daqui. Isso a gente num ouvia nem falar. [...] naquele tempo não tinha. [...] Era assim (informação verbal)¹³.

O gado ficava por perto, acostumava com o lugar e estabelecia pontos fixos para pernoitar ou “malhar”. Segundo eles diz-se que o animal está “malhado” quando está em posição de dormir, deitado com as pernas dobradas ao lado do corpo. Assim o local onde o gado costuma reunir-se para dormir é popularmente conhecido como “malhada”. Era nesses locais que eles costumavam observar o rebanho para verificar possíveis anormalidades, como uma enfermidade ou o sumiço de algum animal.

[...]. Eles iam lá pra onde é as lavura ali... Que lá era um limpão, assim chapadão bonito lá... eles maiavam lá. Quando era quatro hora podia você ir lá na maiada. Podia ir. Num carecia cê dar volta no carrasco não. Pra lugar nenhum não. Ia lá na malhada, tavam tudo maiado lá. Certeza... tudo remoendo. Maiadim remoendo. [...] Muitas vez, quande era assim, o tempo tava mais arejado, num tava muito de chuva assim de inverno, era cá embaixo, naqueles baxão. Tempo de sol. Quatro hora podia ir na maiada, que eles tavam. Remoendo, deitam e fica remoendo. [...] Hoje, esse gado de hoje, esse gado de raça, eles num maia. De premero o gado curraleiro tinha a maiada certa. Quande dava quatro hora da tarde ele ia maiar. Cê podia ir lá na maiada que eles tavam tudo maiado lá. Quatro hora da tarde, eles tavam tudo maiado lá. Cê achava eles tudim junto. Tinha as maiada certa. “Ele tá em maiada tal.” Cê ia lá, tavam tudo deitado lá, maiado. Hoje não, eles taca é no mundo aí. Num larga uns aos outro não, também não. São muito amigo, pra onde um vai o outro vai também. Mas é tudo rodado, ninguém vê falar em maiada de gado mais não. [...] Rapaz, era uma lutinha tão boa, a gente gostava daquela lutinha, tão boa sossegada, tão tranquilo (informação verbal)¹³.

Infere-se dos discursos locais, que o leite, a carne e o coró do gado curraleiro eram muito apreciados e valorizados localmente. No entanto, os animais curraleiros eram mais tardios e de menor porte, se comparados às raças especializadas em carne criadas hoje no Brasil, quando normalmente os machos são abatidos com três anos e meio de idade, pesando em média quatrocentos e oitenta quilos. As fêmeas curraleiras eram mantidas no rebanho, para garantir a reprodução e o aumento do gado e geralmente só eram abatidas no final de sua vida reprodutiva, com aproximadamente quinze anos de idade. Os machos que não fossem aproveitados como reprodutores (boi de malhada) eram abatidos após atingirem a idade adulta e o peso ideal. Isso acontecia por volta do quinto ano de vida com os animais pesando em média duzentos e oitenta quilos.

A chegada do Projeto Agrícola Campos Lindos praticamente terminou de inviabilizar esse tipo de criação pelas famílias locais. A seguir é descrito a forma gradual como aos poucos os agricultores familiares da Serra do Centro tiveram que se adaptar a esse novo contexto.

Premero foi o gaúcho [...]. Chegou aqui de Goiatins. Diz que lá o prefeito deu seiscentos litros de óleo pra ele abrir essa estrada até chegar aqui. [...] Ele plantou duzentos hectare de terra dois ano. Nos dois ano, premero ele prantou arroz, segundo ele prantou... No segundo ano ele prantou soja. Aí ele já botou uma grama numa parte, pra criatório de gado. Aí foi a época que ele foi embora. Aí ficou aquele pastão aí de mais ou menos... era o que?... Uns cem hectare de pasto. Naquele tempo num era o brachiarão, era o brachiarinha, que é o que fica baxim. [...]. Aí nós tinha o gado aqui, o gado batero dentro. Premero quando ele prantou, ele mandou cercar todim em roda, de arame. Que nós já tinha gado solto. Aí num careceu nós cercar ou fechar o gado. Aí quande foi na época, ele prantou dois ano, aí no segundo ele já botou uma parte de pasto. Aí ele foi embora pra Carolina. [...]. Aí ele desvaneceu daí. Foi embora pra lá. Largou aí. Ele mandou tirar o arame pra levar pra outra fazendinha que ele tinha lá. E ficou aquele pastão lá, no aberto, cinco ano. E o gadão bateu dentro comendo. Só tinha uma lavorinha lá num senhor de Irineu, que fica lá perto da Mutriguim, no meião da serra, e o gado num ia lá rapaz. É uns silo que tem, no mei da serra. [...]. Ainda foi uma vez. Só que eles num viram e a gente correu atrás e trouxe logo. Mas ali da metade pra lá mais ou menos. Eu já digo assim... uns quatro quilômetros quando sobe a serra, o gado num pastava pra lá não. Num ia não. Só daí pra cá. Daí pra cá. [...]. Aí seis ano aquele gado dentro daqueles pastão. Rapaz, tinha gado curralero que tava de toicim. Ele fez um açude, aquele açude passou o verão cheio. Aí não, tranquilo (informação verbal)¹³.

A narrativa acima ilustra um pouco a forma mais amena como os primeiros plantadores de soja se instalaram na região. O fato de o plantador de soja cercar suas terras para evitar problemas com as famílias que já moravam na região e criavam gado solto no cerrado é um bom exemplo disso. Os interlocutores não sabem ao certo os motivos para o abandono da área por parte desse primeiro “fazendeiro”, mas certamente sua área foi desapropriada pelo Estado. Percebe-se ainda que por um período de aproximadamente cinco anos, moradores de regiões mais periféricas, podiam soltar o gado, pois as primeiras fazendas do projeto foram se instalando na porção mais central, “no meião da serra”.

De acordo com os relatos, depois disso as fazendas do projeto já estavam completamente instaladas e a partir de então era preciso prender os animais. Inicialmente era permitido soltar os animais no período que ia da colheita de uma safra até o plantio da próxima.

Aí foi habitando desses outro. Aí essa fazenda aí próxima aí da fronteira [...] Ele trabalho... parece que prantou... parece que uns quatro ou foi cinco ano. [...] Aí quando dava perto assim do verão, ou do mês de maio, eu soltava. Que eles tinha colhido. O gado ia pra dentro da lavora e eles num importava. Fazia era dizer “Não... pode deixar. Pode deixar. Quando for plantar, fecha de novo”. Era assim [...] Era bem assim. A depois o negócio aperreou. Chegô... Desmataram tudo praqui pra todo lado. A gente que ficou fechado direto. [...] Mas, ainda teve uns tempo... [...] Eu faço assim uma base... [...] Duns quatro ano. Eles faziam o prantio, quando eles colhiam. [...] Quando eles faziam o prantio... quando era a partir de outubro, final de outubro, no causo... A gente fechava o gadinho. Aí quando eles colhiam, que dava de abril em diante, a gente soltava de novo. Iam lá pra dentro das lavora.[...] Aí quande era no

tempo que eles iam fazer o pranti a gente tornava fechar. Ainda passou uns três ano assim... Ou foi quatro ano?... Depois que aí não, negócio num teve coma soltar mais. [...]. Aí pronto, se acabou tempo bom. É ruim ó. [...]. Aí fechemo. Sabe que a gente dá uma razão, porque é pranti, a gente sabe, é obrigativo fechar mesmo num é?... Pranti ninguém pode questionar. [...]. Tem a base de uns dez. Talvez num chega dez não. Tem a base assim duns... Essa base de dez anos mesmo, que foi fechado os gado. [...]. Nós fechemo o gado pra num sair mais de jeito nenhum. Uns dez anos mais ou menos (informação verbal)¹³.

Para criar o gado a partir de então seria preciso investir em cercas e na formação de pastagens artificiais, assim a maioria terminou abandonando a atividade. De acordo com as informações coletadas, os que insistiram na criação, precisaram vender a maior parte do rebanho para investir em estrutura mínima para criação fechada dos animais. Entretanto, mesmo reduzindo bastante o número de animais, eles ainda enfrentam muita dificuldade para manter o rebanho. Suas pastagens normalmente estão degradadas e segundo eles os lucros da atividade não são suficientes para arcar com as despesas da criação. Alguns, inclusive, têm optam pela criação na “meia”, onde sedem os animais para serem criados fora do território da Serra do Centro e repartem os bezerros com aqueles que criam os animais. Na impossibilidade dessas alternativas, sobra aos agricultores familiares que ainda resistem na criação de gado ver seus animais presos, morrerem de fome ao lado extensas plantações de milho.

Eu peguei um gado vendi. Porque num tia coma criar. O pasto era poco. Aí fiquei com uma mãozinha cheia, só pra enterter mesmo. [...] que aqui tava sufocado, num tava tendo pasto. Aí o outro que tem tá tranquilo. Poquinho. [...] Era uns quarenta e poco gado meu. [...] Toda vida teve um gadinho, as vez tinha mais, outra vez tinha poco. Mas toda vida teve criação de gado aqui, nunca acabou, graça a Deus. [...]. Todo mundo tinha uma curralerinha. Hoje não, a depois que foi fechado, alguém tem. Mas aqueles cismoso, esses abriram mão, venderam, cabô. [...]. Aí eu fiz os pasto. Peguei um bocado do gado vendi. Fiquei com bem poquim. É esses que eu tô criando aí. Porque não tinha como criar mais. Porque não tinha condição. [...]. Aí eu prantei três rocinha mercanzada. [...]. Botei o gado dentro, o gado faliu o capim e a mata cresceu. [...] Num tá fácil pra criar não rapaz. [...]. Eu tenho um magutim aí do outro lado. [...] Na meia. Cabra cria é na meia, tem o pasto dele. Quando a vaca pari uma bezerrinha, premera cria pode até ser dele mesmo, que foi criada no pasto dele, num é?... É assim. Hoje tá tudo dependioso. [...]. Agora tão poco, só tá tendo seis. [...] Andô até morrendo umas mesmo de fome. Pois andô morrendo. Que cabô o pasto aqui todo. E não tive como levar lá aonde eu já tinha botado. [...] O gado agora tá poco. E é poco o pasto. [...] Tava tendo doze gado. Aí nós fizemo a matutagem de um boi e aí depois já morreu... Morreu parece que foi quatro que morreu. [...] Morreu de fome. É... morreu de fome. Eu tô sem animal. Só tava tendo um cavalo, cavalo morreu... um tempo desse. E aí num pude levar o gado (informação verbal)¹³.

Percebe-se do discurso, que vender parte do gado para investir em pastagens e cercas não foi suficiente para garantir o sucesso da atividade. O pouco número de animais, as precárias condições de manejo das pastagens e a criação de animais mais especializados e menos rústicos contribuíram para que aos poucos a atividade entrasse em colapso e os que um dia relutaram

em desistir da criação não têm outra alternativa no momento se não deixar os animais morrerem de fome presos.

Essas dificuldades para criar os rebanhos bovinos, também foram percebidas nas falas sobre as criações de equinos, animais de tropa. Arelado a isso, esses animais perderam muito de sua importância, pois eram o principal meio de transporte local, além de ser muito utilizado nas atividades produtivas. Eles eram utilizados no manejo do rebanho bovino e auxiliavam nas tarefas mais pesadas da roça. Além disso ajudavam no transporte da produção e foi por muito tempo o principal meio de locomoção das pessoas.

O transporte era aquele. [...] Era a tropinha. Tinha paciência. Inda achavam que na tropa era uma carreira mió que de a pé. Tropa era um transporte. Hoje... quem que quer tropa?... Ninguém quer. [...] Eu andava em cima dum cavalo bom cara. Arriado. [...] Nos pé... Argola nos pé do cavalo. [...] Comprei a coroa. [...] você bota um cochonile aqui por cima. [...] Comprei cochonilho. E aí fica bonito. Fica bacana rapaz. E fica bem forrado pra você andar em riba. [...] Andava... botei em cima dum cavalo. Andava aí como cidadão. [...] Botava o cochonile aqui, em cima do cavalo gordo, cavalo marchador. [...] Toda vida gostei de possuir meus animalezim. Pra no dia que eu quero ir num lugar eu ir. [...] O transporte era tropa, num tinha outra coisa não, tinha que ter mesmo. Não era nem todo mundo que tinha. [...] Naquele tempo chegava num cavalo bonito era bem recebido. Aquelas argola, de longe cê escutava o trupelo. Era as argola trincando, chapéu de massa na cabeça, pano passado, ropa de labarguina, manga comprida. [...] Era muito descente, era bem recebido. Era muito descente. Não... cidadão. Cidadão mesmo. Era tempo bom (informação verbal)¹³.

No entanto as criações dos cavalos e das tropas também passaram pelas mesmas dificuldades enfrentadas para a criação de gado. De acordo com os discursos, os animais viviam soltos nos campos do cerrado e se deslocavam por extensas áreas de pastos. Após a implantação das lavouras eles tiveram que criar os animais presos, em pastagens artificiais, passando pela mesma dificuldade da criação de gado. Assim, a maioria das famílias também desistiu da criação desses animais.

Do mesmo modo que a pesquisa demonstrou as dificuldades enfrentadas por aqueles que insistem na criação de gado, os que ainda têm alguma tropa não estão em situação muito diferente. Por isso, são poucas as propriedades que ainda mantêm algum animal para uma eventual necessidade. Com a falta de espaço para criar os animais e a redução das roças, da criação de gado e com a melhoria na questão de transporte, os animais perderam muito de suas funções. Aqueles que ainda o fazem, criam os animais pastando no cerrado, parcialmente presos pelos pés por meios das “peias”.

A gente faz a peia e bota dum... num pé dele e na mão. [...] Piado de peia feita de cora curtido de gado. Ocê faz, pelo meno... A alça da peia, pelo meno... faz assim o nózim da peia, é o botão da peia. Aí dobra ela aqui... Aqui você racha, aí daqui você bota aqui, fica fechadim, na cana do animal. Aí uma sola da daqui praqui, emendado naquela alça. [...] É um pé com duas mão, aí dizia assim, tá “piado de três pé”. [...] A

gente pea eles aqui fora no agreste aí. Eles num sai daí não. [...] É no “piador”, piado. [...] É uma área que a gente bota. Eles fica piado. O lugar que eles tão lá a gente chama “piador”. Lá num tem água. [...] Lá é bom, capim fino. É agrestim fino. [...] Eles fica comendo lá, o agreste. [...] Aí de manhãzinha a gente vai olhar. Aí mei dia vai, panha, da água, aí de tarde vai olhar de novo (informação verbal)¹³.

Percebe-se, no entanto, o inconveniente de ter que levar os animais nos bebedouros, pois normalmente o “piador” não tem água e os animais presos pelos pés podem ainda sofrer algum tipo de acidente ao descerem as margens dos córregos para beber água. Os relatos sugerem que esses inconvenientes também estão contribuindo para a desistência das criações de cavalos ou tropas.

Sobre as criações de suínos ou “porcos” que também foram muito importantes para os agricultores familiares da região, elas também foram significativamente afetadas pela chegada das grandes lavouras de grãos do Projeto Agrícola Campos Lindos. No passado os animais viviam soltos no cerrado e nos baixões entre os córregos e rios da região. Dessa forma o consumo de ração era menor e a complementação da alimentação dos animais era feita com produtos de suas roças. Com a chegada das grandes lavouras algumas famílias tentaram melhorar geneticamente os animais com cruzamentos das raças regionais ou “curradeiras” com animais mais produtivos e manter a criação fechada e sendo alimentada a base de ração. Com o tempo, o alto custo de produção e a desvalorização dos animais devido a chegada do óleo de soja no comércio local, os lucros não cobriram mais as despesas e essa atividade, que durante muito tempo foi uma importante fonte de renda para essas famílias, também foi praticamente extinta. É o que pode se inferir do discurso abaixo.

Olha eu lhe digo assim, naquele tempo era bom pra você criar porco. [...] O porco é fácil pra ocê criar. Naquele tempo, era solto. Uma raçõzinha pro cê dar... cê criava uma porquinha ela paria oito leitão... às vez você tinha sorte, que tinha cinco, seis macho. Aí você esperava um ano e mei naquele porquim, pra ele se refazer [...] Naquele tempo não tinha esses porcão grande, tudo era curralerim. Aí você vendia aquele magote de porco, cinco, seis capado. Cê fazia um bolo de dinheiro dava de comprar um cavalo e sobrava dinheiro. [...] Tinha o refrigelo... eles saiam pra mata. No tempo do buriti, vixi!... não precisava nem muita ração. Eles engordavam, só no buriti, na mata aí do brejo. Era a mata, que a gente soltava... ganhavam a mata. [...] Tem muita fruta também no inverno, é o araçá, chamado “araçá de várzea”. Eles também engordava no araçá. Iam pro cerrado. Aqueles baxão... andavam muito. Tinha magote, de vinte... andavam no mato. [...] As rocinha tavam prantada, mas tudo fechadinha, eles num entravam. [...] Tinha muito porco rapaz, eu criava aqui. [...] Aí acontecia... essa hora a gente dava ração pra eles, a mandioca. Naquele tempo era mandioca... raçoar eles. Quande era oito hora cê raçoava eles aí soltava. Eles iam pro mato. Quando era quatro hora, o mínimo... quatro e meia, eles chegava na porta, cê tornava prender. Dava ração... eles dormiam preso. [...] Quando era de verão... quando era de inverno... De verão não, não tinha venda de porco. [...] Era de novembro, dezembro, que o porco tava gordo... aí vinha os comprador da rua. Comprava e levava. Muitas vez a gente levava também, pra vender na rua. Aí cabô aquela criação. [...] Eu ainda criei. [...] Nesse tempo já era porco de raça, num era o curralerim legítimo, com cento e quarenta quilo. [...] era uma coisa cruzada, porco de raça... só que não eram

ligítimo mesmo não. Já cruzava com a porca curralera que dava um porco mais graúdo. Mas porco de banha. [...]. Vendia... eu vendia capado. Ia me ajudando, quebrar um galho. [...]. Tinha assim uma rebação... E vendia, eu vendia muito. Matava, vendia, pesava, entregava. Se cê chegasse lá, cê escolhia o porco que cê queria. [...]. Depois eu abri mão, não guentei mais. As lavura de roça minha ficou diminuindo. Num fiz mais ração muita. Tinha que trazer da rua, comprar aí na fera. [...] Eu num botava mais uma roça de oito tarefa. Pelo meno... era minha base de plantar arroz e milho e fava e mandioca, pra num faltar ração. [...]. Aí depois eu fui fazer um prano, num dava mais. O gasto tava grande e a produção tava poca. Aí eu acabei. [...]. Todo mundo trabáia hoje no aberto. Num cercaro mais as roça. Ninguém cria mais. [...]. Fazia muito gasto de ração... que tinha que dá ração direto, eles não tinham refrigelo aí pra fora. Aí eu criei assim uns tempo, depois acabei. Num dei mais conta. [...] Mas sobre criação de porco, nós acabemo, que porco fechado come demais moço. Cê trazer ele preso (informação verbal)¹³.

Outra vez nota-se no discurso local a resistência em não desistir de uma atividade que por muito tempo foi muito importante para as famílias locais. Chama atenção a tentativa dos agricultores familiares da região em relutar e se adaptar às novas condições impostas pela chegada do “desenvolvimento”. Usa-se da tentativa do melhoramento genético como forma de produzir animais com mais carne e menos banho, para se adaptar as novas condições do mercado; da construção de espaços próprios para criação dos animais; e, da ração comprada, como forma de suprir a falta dos “refrigelos” que as matas ofereciam aos animais. Todas essas alternativas, no entanto, o discurso sugere, não foram suficientes para impedir o fim da atividade.

4.2.3 Outras alternativas de alimentação e renda “Naquele tempo cê escolhia o que cê queria comer, era fácil”

A análise das informações coletadas em campo demonstrou que além das atividades principais mencionadas acima, os agricultores familiares locais possuem ainda outras formas de complementar a alimentação e renda da família, seja através da criação de aves, da caça e pesca ou da coleta de frutos do cerrado.

[...] Nós tira muita bacaba aqui. [...] Tira mesmo só mesmo pro consumo da casa. [...] Olha, um pé de bacuri, um pé de pequi, pelo meno... que essa Serra do Centro, [...] essa serra aí tinha um cerrado, mas só de pequi. Ela é uma fruta natural... ela é uma fruta que todo mundo gosta dela. É uma alimentação. Cabô com tudo. [...] No tempo dele, buriti quando é assim de maio. O pequi ocê ia buscar pra cozinhar também. Tinha mais frutinha, mas as preferida era essas duas, da natureza. O bacuri, também... A poupa do bacuri também. [...] Mas o mais... a força do bacuri era no cerrado chato lá, nas larvura. Cabô tudo, cabô. [...] A, o coco... o coco. Tem o coco, vamo dizer tem o coco piaçaba e tem o coco cunhã. O coco cunhã é de cerrado mesmo, onde hoje é as larvura, tinha muito. Cabra ia buscar. Rapaz, coquim de piaçaba. [...] Tem muita coisinha, frutinha assim do cerrado, que a gente comia. Murici... tinha o muricizim de chapada e tinha o murici de vargem. [...] Virge a bacaba. A buritirana. A gente vai lembrando. [...] Rapaz mas é boa, boa... gostosa mesmo. Eu acho que ela é melhor do que a bacaba. [...] Frutim dela é amarelim. Tinha muita fartura, tinha... Agora que foi

devorado tudim... quase tudo. Tem mais essas fartura não. Cabô. Tem bestera, é um sonho quando você topa num. Hoje pra tu viver da fruta do cerrado, num prantar roça. Vai morrer de fome. Vai comer terra. Vai comer barro. (informação verbal)¹⁴.

Infere-se do discurso que o extrativismo apesar de não visar diretamente a comercialização representava uma importante fonte alimentar para essas famílias e que a conversão da vegetação de cerrado local para os plantios das culturas de grãos impactou significativamente na disponibilidade desses produtos.

Sobre caçar eles afirmam que atualmente essa não é uma prática muito comum entre as famílias locais. No entanto, os mais velhos costumavam caçar bastante, mas a atividade não impactava significativamente nas populações de animais silvestres pois a caça nunca visou comercialização ou abastecimento principal de alimento para suas famílias, era apenas uma forma de diversificá-la. É o que se percebe no discurso a seguir.

O povo véio, estragava muito. Só que tinha muito. Era absoluto. Num tinha negócio de proibição naquele tempo. Eles estragavam muita caça aí. Mas tinha muito, tinha muito mesmo... Muito. [...]. Num era profissional. Assim, dava vontade “rapaz me deu vontade de comer uma caça.” Você ia matar. Cê ia nesse intuito. [...]. Estragava roça. Muitas vez... cê botava uma roça na bera dum rio desse, perto da mata aí, onde tem a capivara. [...]. Estragava muito o arroz, os pranti. [...]. Tinha muita cacinha pequena, quando era no tempo do mi, eles estragava demais... a paca. Aí eu botava, na armadilha, pra espingarda ficar lá sozinha, eu ia ficar longe dela. Se tava estragando o mi... que estragava demais. [...] Muito, mas tinha muito. Que... isso tinha um tempão dum morador pra outro. [...] Dentro dessa mata esconde umas cacinha, né muito não mais esconde. Fica aí quetinha. Num tá mexendo, aí elas fica aí. Tem um pouco. Num é como era de premero não, mas tem. [...]. Tinha o refrigelo do cerrado e na mata... aquilo tá acabando, acabô tudo. Pelo mendo... nesse cerrado aí das larvura, ele tinha muito... muita fruta da natureza pra pássaro comer, aí acabô. [...]. Inda tem, tá fechado, num foi desmatado, inda acha algum refrigelozim. Mas aonde era o apoio deles de verdade, era na serra ali que era, ele tinha muita caça, tinha muita fruta da natureza, aí eles viviam daquilo. Aí acabô tudo. [...]. Mas aí o refrigelo é muito pouco, a caça invade, vai pra outro lugar. Procurar outras onda, desabitada, grande, que ainda tem ainda, eles fica estocada pra lá. (informação verbal)¹⁴.

O discurso revela ainda que muitas vezes as caças ocorriam em função da proteção de suas roças da invasão dos animais que vinham da mata. Infere-se dele que a população das espécies que eram caçadas reduziu bastante com a conversão da vegetação do cerrado local em monocultivos de grãos. Segundo eles, o desmatamento total das áreas de “refrigelo” das caças fez com que esses animais procurassem abrigo em outras regiões.

Sobre as pescarias o discurso é bem parecido com o das caçadas. Eles são enfáticos em afirmar que nunca viveram de caça e pesca e que faziam isso esporadicamente, apenas como um complemento e para diversificar a alimentação da família. É muito recorrente as afirmativas

¹⁴ Arquivo do pesquisador. DSC sobre “outras alternativas de alimentação e renda”, agricultores familiares da Serra do Centro, 2017.

de que os peixes diminuíram muito. Às vezes eles apontam como causa os invernos que são menos chuvosos que no passado, diminuindo os espaços disponíveis para os peixes. Hora dão a entender que as causas são as pescarias desenfreadas, feitas por pessoas de fora, ligadas ao Projeto Agrícola Campos Lindos. Mas a maior preocupação é em afirmar que pescavam somente para o consumo da família, de forma eventual, com instrumentos artesanais e que se houve uma redução na quantidade de peixes nos rios não foi devido às suas pescarias.

Há ainda o mel de abelha, normalmente as famílias têm em casa um pouco de mel guardado, para alimentação e para uso medicinal. Sobre o mel e a madeira não verificamos alguma importância mais significativa dentro do sistema produtivo e nem sobre a interferência das lavouras e do projeto nesse sentido. Segundo eles, a extração de madeira e coleta de mel era apenas para alguma necessidade dentro da propriedade, como uma casa ou uma cerca, e para consumo familiar.

4.2.4 Comercialização e transporte “Nossa cidade toda vida foi Balsa. [...] O transporte era talo de buriti”

Hoje a cidade principal que atende as necessidades das famílias da Serra do Centro é Campos Lindos (TO), até porque é a sede do município e é quem lhes presta os serviços básicos de saúde e educação. No entanto, segundo as famílias locais, quanto às relações comerciais a cidade mais importante sempre foi Balsas (MA). Essa sempre foi uma das cidades mais desenvolvidas economicamente da região e sempre exerceu forte influência comercial sobre os municípios vizinhos. Segundo eles, quando precisavam ir até a cidade ou “rua”, era melhor ir para Balsas (MA), pois o acesso às cidades vizinhas, no estado do Tocantins, sempre foi mais complicado. Em Balsas (MA) eles conseguiam vender mais facilmente sua produção, comprar tudo que necessitavam e pagar com prazo de até um ano.

Naqueles tempo, de meu conhecimento pra cá, a nossa cidade toda vida foi Balsa. Pra cá, quem ia? Tinha Goiatins... Goiatins era bem fraquinha, coisinha... Pra niguciar num era muito fácil e era mais longe. Estrada?... Era toda habitada de gente. Essa Cangáia aí... a região aí... toda vida foi habitada, mas assim, os carrerim cuma casa pra outra, cê andava de tropa só. Aí acuntece, era Balsa, nossa cidade toda vida foi Balsa. Balsa direto. [...] Morador daqui fazia compra na rua com prazo de ano. Era com prazo de ano. [...] Você ia, fazia as compra nos comércio, pelo mendo... com prazo de ano. Aí aquele ano cê ia trabaia na roça... Pra produzir, pra pegar aquela produção, e tirar o da despesa e o outro vender pra fazer o dinheiro pra ir pagar a conta... aí comprava de novo. [...] A gente comprava fiado nas loja, com prazo de ano. Prazo de ano. Cabá ia... Cê ia... Se eu era um freguês que inda num era conhecido lá, cê era freguês já conhecido, cê me dava a fiança. Chamava “fiança”. Chega lá me representava pro patrão: “Olha, esse rapaz aqui quer comprar. Se fô fiado ele é um bom freguês”, edicétara. Ele diz: “Tá certo.” Aí daquela primeira vez eu comprava.

Mas você, qualquer uma coisa atrasava, cê quem ia pagar. Mas num acunticia não. [risos]. Depois que você acertava tudo direitim, não, aí você ficava quite também. E era assim a luta cidadão. Era luta pra cabra topar encorajado mesmo (informação verbal)¹⁵.

Desta forma, era preciso garantir que o tamanho das roças fosse o suficiente para uma produção capaz de suprir as necessidades da família até a próxima safra, incluindo aí a alimentação das pequenas criações domésticas, e sobrar para comercialização e pagamento dos compromissos assumidos na “rua”. O mais comum da comercialização dos produtos de suas roças era o arroz e a mandioca. O comércio geralmente era na cidade, mas aconteciam também as trocas ou empréstimos entre vizinhos.

O tipo de vender mesmo é o arroz e o milho e a mandioca. Essa tira o da despesa e o outro vende, é pra comerciar. [...]. Você tocar aquela larvura maior, você tem uma parte pra vender e outro pra despesa, pra não faltar. Aí ocê quebrava, pelo mendo... Cê quebrava o gáí com aquelas criação. Tinha muito frango, tinha muito porco. [...]. Fazia umas pilhinha de arroz, de cento e poucos sacos, noventa e poucos, era assim. [...] A vez vendia prum vizinho. Às vez o vizinho não tinha. Não tinha prantado. Cê vendia. Às vezes ele queria comprar uns prato. [...] Deixa de vender, cede um pouco prum vizim. [...]. Uma tarefa de arroz numa terra boa, uma terra descansada, que ela produzia bom, ela dava vinte saco de arroz. [...]. Vinte saco de arroz. [...] Tinha arroz pra vender e comer com fartura. [...] Cê fazia quatro, cinco saco de arroz limpo, levava pra vender na rua, na carga. [...] Num tinha cuma você levar muito. [...] Naquele tempo mesmo, num tinha negócio de limpeza de arroz por aqui não. [...] E lá no Balsa era pouca. Aí eu já levava limpo [...]. Soprava ele no quibano. Quando você bate ele, que tem aquele... muito arroz chocho, você sacode no quibano pra sair a metade daquele arroz chocho. [...] Era pra vender pros comerciante, pra comprar as coisa. [...] Só que era caro, valia troquim véi. [...] Cê levava era a carga do animal, daqui pro Balsa. [...] Mas cabou aquele negócio. Mas tá lá o licerce, eu gosto (informação verbal)¹⁵.

Segundo os entrevistados, o comércio do gado era feito localmente. Os animais eram levados para a cidade a pé, conduzidos (tocados) pelos vaqueiros, numa longa viagem que levava dias para ser concluída. Seus rebanhos eram pequenos, então não era viável fazer viagem dessas para levar poucos animais. Assim os animais eram vendidos para compradores ou “boiadeiros” que se responsabilizavam por reunir um número suficiente de animais na região e levar para a cidade. Parte do dinheiro obtido com a venda de um animal também era usado nas despesas da casa. Normalmente eles também matavam (matutagem) algum animal para atender as necessidades da família. Parte da carne desse animal era salgada, depois secada ao sol e conservada para alimentação da família. Outra parte poderia ser cedida a vizinhos, na forma de compra, troca ou mesmo empréstimo.

Nós era morador próximo. Você ia matar um gado, me emprestava um quarto. [...] A vida de premero era essa. Uma vida de união, a vida de paz, uma de consideração, uma vida de respeito. [...] Pelo meno... agora o desenvolvimento como tá hoje, não

¹⁵ Arquivo do pesquisador. DSC sobre “comercialização e transporte”, agricultores familiares da Serra do Centro, 2017.

tinha não. Tudo era muito custoso assim... num é sabedoria que tem hoje. Colégio num tinha, educação num tinha... de jeito nenhum, num tinha. Pensa numa vida saudável, uma vida boa, uma vida de paz, uma vida... Tinha tudo. [...]. Vendia um bezerro macho. Fêmea não... era uma vaca véia. Naquele tempo a criação era mais poca. [...]. Às vez conforme o que você vendia, sobrava um dinheirim. Comprava o querosene, sal, roupa. [...]. Muitas vez você tinha três, quatro gadim pra venda e vendia. [...]. Assim vinha uns boiaderim às vez comprava um gadim dum, outro doutro, levava aquele magutim véi aí. [...]. Você pagava as conta de ano e ano, pelo meno... Aí as vez num ia nem a metade daquele dinheirim. Você já colocava ele ali, era uma reservinha. Num colocava era em conta, como bem... guardava na casa (informação verbal)¹⁵.

Como destacado anteriormente, outra importante fonte de renda era a comercialização de suínos ou “porcos”. Também tinham os compradores ou “boiadeiros” que reuniam boa quantidade de animais para comercialização na cidade. Às vezes, quando era possível o transporte, os próprios agricultores familiares levavam seus animais para negociar na cidade. Segundo eles, esse era um de seus produtos mais valorizado no comércio local devido ao óleo que era produzido a partir da gordura desses animais. Por outro lado, a criação de suínos garantia o aproveitamento total dos produtos da roça, pois aquilo que por ventura, estragasse ou vencesse, era fornecido como ração para esses animais e de alguma forma era transformado em renda. Era o caso da fava, por exemplo, que normalmente era muito cultivada pelas famílias, mas tinha pouco valor de mercado. Assim ela era armazenada e aquilo que não era consumido pela família durante o ano ou estragava no “paió”, virava ração para os porcos.

Olha eu vendia de dez, doze... capado. Assim, a partir de dezembro, janeiro, fevereiro. Tinha os boiadero, vinha de Balsas pra comprar. Aí acuntece a gente vendia tudim. Eles levavam pra Balsas. Outras vez, quando era mais poquim assim, tinha o chiqueiro na balsa, botava lá, levava na rua e vendia. Era mercadoria mais bem rendável. [...] fazer um bolo de dinheiro bom. [...]. Que naquele tempo não tinha óleo nos comércio. [...]. Pelo menos, o óleo positivo daqui da região, era banha de porco. Quanto mais um porco gordo, mas você vendia ele bem vendido, o povo interessava. Hoje o povo só quer comprar o porco que tem carne, eles num interessa. [...]. Um porco gordo hoje é rifugado. [...] O boiadeiro num quer comprar mais não. É só gordura. [...] Naquele tempo, quanto mais o porco gordo, mais ele tinha o valor dele. [...]. Hoje é porco de carne, só quer porco de carne, banha de porco joga tudo é pro mato. [...]. Aí aquela produção da roçinha, que não era muito grande, a metade você botava nos porco, tirava o dinheiro neles (informação verbal)¹⁵.

Quanto ao transporte, de acordo com as narrativas, antes da construção das primeiras estradas, a forma mais comum de transportar a produção era usando os animais de carga, equinos e bovinos, e balsas feitas de talos de buriti. No caso dos animais de tropa e dos “carros de boi” existia a limitação da quantidade que podia ser transportada. O mais comum, nos casos de maiores quantidades de produtos, era fazer a maior parte da viagem pelo rio das Balsas, utilizando balsas artesanais feitas de talo de buriti, muito comum na região. Ainda assim, os animais eram importantes para transportar os talos de buriti utilizados na fabricação das balsas e os produtos da roça até os portos às margens do rio, por distancias de até 30 quilômetros.

O transporte era talo de buriti. [...] Buritizim novo assim,... seca aqueles talão. Essa bera ri, até muito embaixo, ela era um vajãozão. Vajãozão de capim fino, só em cerradim de talo de buriti novo. Pé de buriti novo. Cê mitia o facão, tirava quatro, cinco mil pau. Aí botava na costa do jumentim ou no carro de boi, pra levar pra beira do rio Balsa. Tinha os porto. [...] Carro véi piava bonito, se enchia ele de talo aí. Ia beleza. E os homem trabalhava alegre, era assobiando, era cantando, todo mundo sartisfeito [risos]. Era bonito rapaz! Indá botava uma coisa ali na ceda dele. Pra piá. [...]. Os mercânico da balsa já tavam lá. Chamava “piá a balsa.” “Piá”. Tinham dois, três, lá piando a balsa. E tinha os carreteiro ó!... Pra vim levar. Carregá pra lá. [...] Cê fazia dois feção de cinquenta talo. Era cem talo que era uma carga prum jumento ou um burro mansim. [...] Só que era zoada grande, arrastando aí. [...] A tropa mansa, já acostumado ir, cê soltava tudo. [...] se fosse jumento, podia tocar, fazer a fila de dez e ir embora, eles num errava a estrada, jumento é um bicho bem obediente. [...] Era um dia pra chegar no porto. [...] Cê piava ela bem tiridinha. Bem marradinha. Prela não se abrir. Não se soltar. E grossa, que ela tinha... quanto mais grossa, mais ela tinha população de pegar peso. Inda fazia ela meio assim [côncava]. O paió pra bota o ligume era bem no mei, uma parte praí, outra pra cá, e o paió bem no mei. Aí você botava peso nela que tinha vez que ela ficava assim ó [convexa]. [...] Aí você fazia aquele paiózão, se era de inverno, cê fazia uma casa por cima, botava um prático. Ô fazia mermo de páia de piaçaba, fazia aquela casona ali, por causa de chuva, pra num moiá o ligume. [...] forrava embaixo, com coró de gado, aí enchia de arroz, às vez pegava trinta, quarenta quarta de arroz. [...] Cê serrava um pau, uma taba assim... Era a dereção da balsa. Aí tinha o chefe [...] chamavam “meste de balsa”. Tem o “meste”. Eu tinha uma balsa, eu tinha muito ligume, eu risolvi mandar piá uma balsa, preu levar meu ligume. Eu pagava o meste e o contrameste pra levar. Porque eu num levava. [...]. Que conhece bem. Aculá tem um perigo, ele tira. E quem num conhecia, jogava enriba. Experiência de invocação [risos]. [...] Aí discia de água abaixo, até chegar lá na pracinha de Balsas. Chegava lá encostava, ia vender a produção. Levava muito... muita coisa mermo... Pá rua... Vendia... Trazer recurso (informação verbal)¹⁵.

Infere-se do discurso que a volta era a pé ou de animal, pois as balsas só serviam para a viagem de ida, descendo o rio. Geralmente alguém ficava encarregado de fazer a viagem de ida por terra levando os animais, que na volta serviriam de transporte para os produtos adquiridos na cidade e para as pessoas, principalmente os mais velhos, mulheres e crianças.

Ia a turma. Até família. Às vezes “não, agora eu também vô na rua”, ia a família também. Vizim também ia. Ia três, quatro balsa rapaz... Cheia de famia descendo. Ô, mais achavam bom! Naquele tempo a metade do povo nunca tinha... Num andava em carro não, porque não tinha. Uma carga duma balsa era tranquila, macia, num é?... Aí acuntece, ia o tropeiro por fora. Um dia antes. Um dia antes que a balsa discia no fi da água, cheia de gente e de ligume. Aí ficava o tropeiro, de dois, três. Levava quatro, cinco, até oito tropa, pra levar pra trazer a bagagem de lá pra cá. Aí vinha gente de a pé, tocando a tropa, outros mais fraco às vez vinha montado. Era assim. Não, e sabe... se eu te contar isso, tu diz assim “é mentira desse véi.” Era oito dia. Dois dia de demora lá e três dia pra ir e três dia pra chegar [risos] (informação verbal)¹⁵.

A construção das estradas, primeiro ligando a cidade de Balsas (MA) à região dos Gerais de Balsas e depois ligando Goiatins (TO) à Serra do Centro mudou essa realidade. Com a melhoria do acesso a produção passou a ser transportada em caminhões e as pessoas começaram a visitar com mais frequência a cidade ou “rua”. Podemos dizer que houve um encurtamento das distâncias entre campo e cidade ou “roça” e “rua”.

Aí facilitô pra gente, assim. Porque quando a gente tinha os ligume pra vendê, os caminhão vinha pegá aqui. Já trazia o sal. Trazia quais a metade das coisa que a gente

tinha necessidade de trazer pesado de Balsas. Eles trazia pra vender aqui a troco de ligume, a troco de porco, a troco de tudo. Aí não, foi desenvolvendo mais. Desenvolvendo, desenvolvendo e hoje tá um... Tá uma beleza. Desenvolveu muito. Naquele outro tempo tinha escravização (informação verbal)¹⁵.

4.2.5 A questão do trabalho: “Não, pra roça num vô. Vô trabaia de empregado que meu patrão me faz um salário bom”

A ideia central contida nos discursos apresentados nessa seção traz a tônica do modo como os “mais velhos” concebem o processo de mudança nas relações de trabalho e sua nova condição em relação ao projeto de “desenvolvimento” local. Infere-se desses discursos os principais elementos do trabalho familiar, que segundo eles, lhes permitiu durante muito tempo papel de relevância na economia local e como as novas relações de trabalho local têm influenciado na diminuição da produção local oriunda da agricultura familiar.

Como descrito no tópico anterior, o modelo de produção desses agricultores exigia muito esforço físico dos que realizavam as tarefas. Geralmente os homens eram os principais responsáveis pelas tarefas mais pesadas, no entanto, os discursos revelam que a ajuda dos vizinhos e da família era fundamental para resultado final do sistema, como revela o discurso abaixo.

De premero, os homens mais velhos trabalhava de multidão, pelo mendo... na roça de toco. Ninguém sabia nem se existia roça mercanizada. Pelo mendo... chegô o verão, chegô mês de junho, “vamo topar nas roça?” “Vamo”. Nós ia fazer a roça. Multidão de oito homem. [...]. Assim, trocando, hoje eu ia trabaiair mais o outro, amanhã o outro vinha trabaiair mais eu. Era assim, [...] naquilo que um só não podia labutar. [...]. Eu tinha lá um companheiro que eu ajudava ele e ele me ajudava, nós trocava serviço. Hoje eu trabaiair mais ele, era amanhã e depois, como diz... Eu trabaiair dois dia mais ele, ele vinha trabaiair outros dois dia mais eu. Aí nós tocava o movimento, era assim. Eu mais o outro. [...]. Talvez se não fosse muito grande, cê fazia num dia só. A derruba também fazia num dia. Era no machado. No machado e na foice e muitas vez era no facão, pra brocar. [...]. Aí acuntece, ajuntava aquele multidão. Todo mundo trabalhava animoso. Todo mundo tava feliz. [...]. Como bem... tem essa comunidade aqui, [...] cê era uma pessoa da roça, da roça de toco, cê ia fazer uma roça, se ajuntava quase tudim. Fazia aquele multidão, trabaiair naquela roça, fazia a roça dum, fazia do outro, fazia do outro, fazia do outro... rapaz aquilo era uma animação meu amigo! Todo serviço cê fazia aquele multidão. Cê fazia ligeiro siô o serviço, todo mundo animado. [...] Só saia um fi de casa quando ele tava de maior ou muitas vez, se ele se desse muito bem assim com tudo, tivesse interesse em produzir, trabalhar pra sobreviver, que a vida era aquela, no causo... Ele ia sair da casa do pai dele quando ele arrumava uma família. A filha também do mesmo jeito, ela ia sair da casa do papai quando ela arrumasse um marido. [...]. Ficava trabalhando o monte, se tinha doze pessoa numa casa... Eles tavam trabalhando todo mundo junto, de ombro a ombro, combinando as coisa num é?... Aí ia em frente. [...] Cê chegava na casa dele, aí cê via fartura. Produção da roça de toco. Não tinha coisona demais, nem perto desses projetero aí não, mas ele tinha o que comer, num faltava nada, vivia tranquilo. [...]. Botava té um alquere de terra, que era dezesseis tarefa, naquele tempo era dezesseis tarefa. [...]. Botavam roçona de toco aí longa, monstra, roça grande, eles topavam junto ali, plantava, colhia. [...] Ele tinha uma famia muito grande, pelo mendo... aí

entrava... meninim desse tamaim... já tinha seu cofim na mão, na cintura marrado óia... catava arroz. Deles que era de oito ano, pixotim assim... Já começava fazer o concurso dele [risos]. No caso, ele começava, desse tamanho [1m] pra frente. [...]. Levava pra roça e ensinava aquilo que ele sabia num é? [...] Tava ensinando a profissão que o pai tinha ensinado pra ele. [...] Ainda não mexia com enxada, num mexia com foice, num mexia com machado. Era o serviço mais manero. A hora do sol mais fri. [...]. Mais tem que coma eles num saía pra fora pra ir trabalhar fora, o pai dava chancha pra eles. Botava umas roça grande, ele dava uma parte do ligume pra ele vender pra comprar uma roupa que ele desejasse, um calçado... Era assim. Ele não ia dexa no zero eles não. Porque eles precisavam. Tavam trabalhando junto com ele. Num saiam pra trabalhar fora. E aí tavam trabalhando, ele abria mão pra eles também. Agasaiava. [...]. Quando tava numa média de quatorze, quinze ano, já desejava botar um pedacim, prantar uma linha ou duas de terra, com aquele legume pegar e vender e ir lá na rua comprar aquilo que cê desejava (informação verbal)¹⁶.

No discurso percebe-se o quanto era comum e importante a reunião dos vizinhos para “topar” no serviço, tornando-o menos desgastante, e a ajuda dos filhos e da família, fator fundamental para a dimensionamento das atividades da propriedade. A recompensa pelos trabalhos dos vizinhos era feita na forma de troca de dias de trabalho ou favores. No caso da colheita, ela podia ser feita também por meio do recebimento de parte do que fora colhido. O certo, como demonstrado no discurso abaixo, é de que não era comum haver venda de diária para vizinhos ou para pessoas de fora da comunidade, como se isso fosse de encontro aos princípios morais da cultura local.

Falar a verdade é preciso. Eu não tenho nada. Eu não tenho nada. Não é carrancismo. Tô falando a realidade, pelo mendo... Eu nunca dei uma diária pra ninguém não. Nunca, nunca... Pros vizim aqui era na troca rapaz. Tô lhe dizendo, juntava aí, nós ia trabalhar na roça de fulano, terminava aquela, às vez... muitas vez a roça num era grande, era pequeninha, você num dia terminava aquilo que tinha pra fazer. Aí já ia pra roça do outro, era um tipo uma comunidade. [...]. Trocando diária num é?... E aí as coisas funcionava. [...]. Vinha muita gente pra ganhar arroz. Família que vinha de fora. Era de repente a gente colhia aí. [...]. Eles ganha arroz, de três saco, eles tem um. [...]. Outros vizim faz farinha na meia. [...] E hoje, como se diz, às vez eu faço mesmo aí uma diária pra esses fazendero. Tem vez que num é mesmo direto pro fazendero porque outro trabaiaador igual eu, empreita e eu vô trabaiaar praquele, empreita e eu vô trabaiaar mais ele (informação verbal)¹⁶.

Quanto à participação da família, o discurso encontra ressonância em Chayanov (1974). Segundo o autor a força de trabalho é o elemento central em uma unidade produtiva familiar. Por outro lado, o discurso dá ainda a ideia do modo como concebem o processo de amadurecimento dos filhos até a idade adulta por meio do trabalho ao lado do pai e o como ocorria a transferência de saberes entre pais e filhos. O exemplo a seguir ilustra bem essa situação e o quanto eles entendem a importância dela para a autoafirmação de um chefe de família segundo a cultura local.

Eu conheci um pai de família aqui... ele criou os filho, desse tamanho [1m] ele levava pra roça. A premera coisa, ele botava a roça de toco, queimava... Ele fazia um barraco

¹⁶ Arquivo do pesquisador. DSC sobre “a questão do trabalho”, agricultores familiares da Serra do Centro, 2017.

dentro. Fazia uma sombrinha. Ele levava os filhinho dele pra roça, desse tamanho... Todo mundo na roça. Tinha fartura... o arroz, roça de mandioca, produzia muita farinha, levava pra rua pra vender, edicétara. Às vez tinha pai que reclamava, dizia “É o fulano de tal é muito preverso, levar umas criança daquelas pra roça”. Ele num dexava eles trabaiá muito não... ele num dexava eles tá no sol quente demais não. Quando o sol tava mei morno que eles já tavam mei enfadado, “Não, vão lá pro rancho. Vão lá pro rancho, pra sombra” Hoje aqueles menino dele não tem nenhum na roça, só tá ele. Sabe por que?... Mas tão tudo na rua. Escolheram... Eles não quiseram roça porque toparam, exprementaram pra eles vê que não dava pra eles. Hoje eles tão na rua. Tem estudo, tem emprego, tem casas boa, tem carro bom, tudo em dias. Motas boa. Aí quando eles tão de férias lá, eles já trabalham na rua... vem tudo praí, pra onde tá o papai. Quando chega, eles topam no serviço mais o papai. Quando eles saem, dexa lá aquela reserva pra próxima... ele vim, ter tudo. Num é?... “Aprender de tudo e usar o que for preciso.” Porque hoje às vez nós tem uma profissão boa, mas às vez hoje ela sai de nós. e como concebem essa questão do ponto de vista da herança cultural. Como revela o exemplo a seguir (informação verbal)⁴.

É possível perceber, nesse caso, que a maior importância dada à presença dos filhos junto dos pais no cuidado com a roça deve-se ao processo de ensino e valorização do pai como chefe de família e do aprendizado e amadurecimento dos filhos enquanto homens honrados capazes de preservar os valores familiares repassados por gerações. Infere-se do discurso que as tarefas das crianças eram mais leves e realizadas nas horas mais frescas do dia. A maior parte do tempo elas permaneciam no “rancho” sob os cuidados dos pais. Entretanto os jovens em fase pré adulta já precisavam assumir responsabilidades maiores.

Além dos filhos, o apoio das mulheres também era muito importante para o sucesso da atividade. Os dados mostraram que elas precisavam se revezar entre cuidar da casa e dos filhos pequenos e ajudar os maridos nas roças.

A muié ajudava também. Uma vez eu tava cercando uma roça. Eu tava fazendo a cerca, quando eu vim acabar de fazer a cerca, ela já tava com a banda da roça já limpa. Aí eu ia prantar e ela ia capinando. Quando eu cabava de prantar, nós topava. Ajudar cabá de alimpar e eu ia prantar, quando tava mais poco o mato eu ia prantando e ela ia capinar. [...]. Ela fazia isso e inda dava conta de fiar rede e fazer coberta pra nós. Ela dava conta. Inda tem rede de algodão aqui que a mamãe fiô e teceu. Tá bem aí guardada. Ela trabaiava na roça, e quando ela chegava... quando ela chegava de tardezinha, nós ia descaroçar algodão mais ela. [...]. Pra dá a rede pros menino, dá coberta pros menino. [...]. Ainda fazia assim, tinha vez que ainda dava uma ropinha de trabalho. Cê vestia pra ir pra roça. [...]. Ela só num faz é brocar e nem derrubar de machado. Mas ela me ajuda em tudo. É a mulher que num perde parada não. [...]. Ela faz assim, ela tem o horário de trabalhar e voltar pra casa. A mulher da roça é assim, ela tem o horário de vim trabalhar na roça e tem o horário mais cedo pra ela ir fazer o armoço, fazer a janta. Se tem criança, cuidar da criança. Ela vem adepois que ela faz o quebra jejum, pelo mendo... trazer pra roça. Cê já quebra o jejum dento da roça. Pelo mendo... ela faz o quebra jejum lá, agasáia, se tem criança ela agasáia as criança, tem os maiozim, fica cuidando das criança aquele horário que ela vem ajudar, dá uma mão. Mas quande é dez hora, no caso... Quande é dez hora ela tem que ir pra fazer o almoço. O feção ela já dexô no fogo. Vai mais cedo, fazer a mistura pro feção. É assim o traquejo da muié rural, da roça, é esse. Agora se ela vai ficando uma pessoa mais de idade, num tem boa saúde assim, às vez assim não, aí ela já fica lá. Num pode mais não (informação verbal)¹⁶.

Nota-se no discurso que apesar de as mulheres não se dedicavam exclusivamente às tarefas da casa. Sua rotina era tão intensa quanto a dos homens. O discurso revela que sua contribuição era fundamental para que o marido conseguisse executar suas tarefas no tempo certo, como por exemplo, quando o homem terminava de cercar a roça a mulher já tinha capinado a roça e eles iam juntos fazer o plantio.

De acordo com os relatos, esses eram os elementos fundamentais que norteavam as relações de trabalho na Serra do Centro até a implantação das fazendas de grãos. Isso não significa dizer que o principal ou único responsável pela transformação dessas relações tenha sido a chegada dessas fazendas. No entanto, como o principal destino daqueles que saem para trabalhar fora das terras da família são as fazendas do projeto, o tom dos discursos, como ilustrado logo abaixo, às vezes parece responsabilizá-las pela desestruturação do trabalho familiar.

Mas hoje acuntece que, com esse desenvolvimento de emprego e dessas coisa, oitenta por cento dos fi tá trabalhando pra lá, fora. [...] Algum estuda. Às vez estuda, termina os estudo, sai pra fora... que naquele tempo não tinha negócio de colégio. Essas coisas era bem fraco. Era longe os colégio. A metade ficava sem estudar. Alguma vez estudava, ia pra rua estudar. [...]. Os que num estuda, pelo menos... estuda um pouco depois sai pra roça... A metade vai trabalhar pros fazendeiro. Às vez aprende trabalhar de máquina, é operador, aí dá um salário bom e aí eles ficam trabaiano com os fazendero. [...]. Os pai tá na casa sozinho, já quase não podendo fazer mais nada. Aí fica assim. Tudo assim num é? [...]. Por isso é que os véio... os mais velho não tem muita coisa pra mostrar assim de produção de roça de toco. Diminuiu muito. [...]. Às vez anda uma pessoa de fora, vê assim... “Rapaz, esse véi toda vida foi assim.” Mas eu queria que visse o movimento que tinha outro tempo. A gente tinha as coisa. Criava as coisa. Agora diminuiu. Esse povo novato... Eles num tem muito interesse assim como os povo véi de premero, que era organizado, trabalhava, tinha as coisa, bem organizado. [...] Povo mais novo quer trabaiao é fora [...] Pra ganhar bom salário, aí assim... Num quer saber mais da roça, de pranti, de nada disso. Fica assim a coisa mei isolada. Mas de premero ocê chegava numa casa, cê via o movimento da rocinha de toco. Aí foi diminuindo mais. [...]. Com esses grande projeto aí, o povo se anima assim... trabaia lá que o salário é mió. É comprando uma mota. Comprar um carrinho. Comprar uma coisa. Quer saber é disso. A roça não... Que a roça é sofrida mesmo. Só os véi que ainda resiste. [...]. De premero era a roça... num tinha essas larvura grande. [...] Oitenta por cento era na roça... na roça mais o pai. Sai da casa do pai quando arrumava família. Aí ia viver de roça também... da roça... criava... era assim. Mas ai o mundo abriu... o mundo abriu... muitos chegô e se invocô... sair da roça. [...] “Não, pra roça num vô. Vô trabaiao de empregado que meu patrão me faz um salário bom.” [...] Por isso é que o pequeno agricultor natural daqui, num mostra muita coisa, é por conta disso... A juventude tão querendo uma saída mió, mais fácil, um salário mió... Esse salário da roça de toco... É pra quem tem prudência e coragem, pra esperar por ele. [...]. Esse povo mais novo diz assim, “Não, eu vou empregar aculá. Cara disse que me paga de carteira assinada, salário é tanto... é tanto.” Aí ele se anima, larga a roça vai pra lá. Desse jeito, é a saída do mundo. [...]. Hoje tá difícil. Tão todo mundo assim desanimado com as coisa. [...]. Mas é a vida... Melhorou rapaz, as coisa aqui! Melhorou assim, pelos mais novo. [...] Acuntece que não tem desenvolvimento. Mudou. Mudou, certeza (informação verbal)¹⁶.

Infere-se do discurso, por exemplo, que a educação significa algo de positivo trazido pelo “desenvolvimento”, mas que ao mesmo tempo distancia os filhos daquilo que os pais têm para lhes ensinar, pois normalmente o destino dos que frequentam a escola é trabalhar para “fora”. Além disso, o discurso revela que os atuais rendimentos possíveis da “roça de toco” são menos atrativos que os salários ou diárias pagas nas fazendas e isso causa o desinteresse dos mais jovens pela produção familiar. Emblemático é o modo como concebem as melhorias trazidas pela “abertura do mundo”, primeiro como boas em seguida dizendo que não teve desenvolvimento. Acontece que eles reconhecem as melhorias mas no entanto apontam que a agricultura familiar perdeu espaço e isso não é desenvolvimento.

O discurso remete ainda ao que diz Schneider e Niederle (2003) sobre os efeitos de pressões sociais e econômicas externas em unidades agrícolas familiares. Segundo os autores, esse novo contexto causa um processo de transformação interna e algumas das características originais do grupo são perdidas e isso com o tempo será percebido na cultura e relações sociais, alterando o modo de vida local e diminuindo sua autonomia frente a dependência do capital, como revelado no trecho “Com esses grande projeto aí, o povo se anima assim... trabaiá lá que o salário é mió. É comprando uma mota. Comprar um carrinho. Comprar uma coisa. Quer saber é disso. A roça não... Que a roça é sofrida mesmo.” (informação verbal)⁴.

Por outro lado, a pesquisa de campo revelou uma possibilidade intermediária entre ser empregado das fazendas e seguir nas atividades de produção familiar. Segundo o discurso transcrito abaixo, as fazendas oferecem oportunidades de trabalhos temporários nos momentos de picos de serviços no plantio e colheita das safras, o que tem sido aproveitado por alguns para garantia de renda extra enquanto supre parte das necessidades alimentares da família com a produção da “roça de toco”.

Hoje é o seguinte... o cara já planta mais mermo, só mais pra despesa. [...] O arroz às vez ocê fazendo uma rocinha dá pra aguentar o ano todo. Ainda falta as otras coisa. Só arroz... aí falta muita coisa. Aí muitas vez o cara... cê indo nálisar. Inda... Que cê tendo o arroz, inda falta muita coisa pra despesa né?... Aí falta um feijão, falta uma gordura... falta um óleo, falta o café, falta o açúcar, falta a carne... mas pobre a carne de pobre é feijão, quando tem feijão, arroz, já tá mais ou menos garantido a fera. [...]. Aí num dá pra gente comer o ano todo não. É só pra ir quebrando um gáí. Aí é só mesmo pra ir quebrando um galho. Aí tem que sair pra ganhar o resto que se não os menino fica chorando com fome. [...]. Eu vô pra lá, às vez outubro. Aí eu fico outubro, novembro, dezembro. Aí final de dezembro eu venho embora, aí eu vô mexer na minha rocinha. [...] A gente planta e fica aí, pra ir até... às vez você planta janeiro, fevereiro, aí já é tempo de tá limpo. Um mês de plantado já limpa. [...]. Aí quando eu termino de plantar e quando é fevereiro eu vô de novo. Aí quando é agora [abril] termina a safra, eu volto. Aí eu vô mexer na minha rocinha. [...]. Que a folga da

fazenda da certim, pelo mendo... Tem uma folga do tempo de prantar e tem uma folga no tempo de colher, da certim (informação verbal)¹⁷.

Essa alternativa é comum e legítima, segundo Woortmann (1990). Para o autor, isso não significa negar os princípios morais aprendidos com os pais, mas sim uma estratégia para a autoafirmação dos mais novos como chefes de suas famílias. De acordo com suas palavras o trabalho assalariado:

“Torna possível ao pai desenvolver o negócio ou a arte e possibilita a migração (sazonal, temporária ou definitiva) dos filhos, necessária à reprodução social do campesinato. Em nenhum caso, ele contraria o trabalho familiar; em todos os casos, ele é determinado pelo caráter familiar da produção.” (WOORTMANN, 1990, p. 26).

Pode-se ainda recorrer ao princípio “pluriatividade” para justificar a opção dos pequenos agricultores da Serra do Centro pelo trabalho temporário nas fazendas do projeto. Segundo o autor esse termo refere-se à combinação de mais de uma forma de renda ou atividades profissionais pelos membros de uma família (SCHNEIDER, 2003). Segundo o autor, o uso do termo para definir as diversas estratégias de sobrevivência da agricultura familiar visa garantir a reprodução social e permanência dessas pessoas no mercado de trabalho, além de assegurar-lhe a manutenção da terra e sua reafirmação como proprietário diante de novos contextos e questões agrícolas.

Portanto, até certo ponto os agricultores familiares da Serra do Centro admitem que o “progresso” trazido pelo agronegócio melhorou bastante a vida das pessoas na região, mas por outro lado parece sentirem-se diminuídos sob o aspecto econômico, pelo fato de não terem mais a “fartura” das antigas roças para “representar” sua importância no contexto social local. A todo momento surge no discurso local a preocupação de justificar a diminuição da produção familiar em função da valorização, por parte dos mais novos, do trabalho de empregado nas grandes fazendas. Para eles isso significa perda de autonomia e dependência da oferta de trabalho nas fazendas, um risco para um pai de família, tendo em vista a instabilidade deste último. É o que Quijano (2005) define como a regulação do trabalho familiar pelo capital internacional.

¹⁷ Arquivo do pesquisador. Entrevistado nº 5, João José Miranda da Silva, comunidade Sítio, 2017.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme destacado na introdução do trabalho, presente pesquisa foi deflagrada inicialmente visando compreender os impactos do PDA-Matopiba sobre a agricultura familiar, tendo em vista a referência à melhoria da qualidade de vida da população local, inferida das “entrelinhas” dos discursos dos agentes do agronegócio e do texto do decreto que instituiu esse plano. Entretanto esta análise não seria possível a partir de dados diretos dessa política, pois se tratava de algo ainda em fase embrionária e por isso ainda não teria produzido resultados suficientes para que isso fosse possível. Assim a opção foi recorrer à pesquisa bibliográfica e documental em busca de um município que tivesse passado por um processo de desenvolvimento com modelo semelhante ao que se propunha com essa política.

Dessa forma, a partir dos dados estatísticos do IBGE, chegou-se ao município de Campos Lindos (TO) que após investigação mais detalhada de sua realidade revelou incrível semelhança entre o modelo de desenvolvimento implantado em seu território e o proposto pela nova política de Estado para a região do MATOPIBA, inclusive quanto às referências à melhoria da qualidade de vida da população local e à agricultura familiar.

O mergulho na realidade local, por outro lado, desvendou um grave conflito fundiário, o que à primeira vista deveria ser o tema principal da investigação proposta, no entanto, o desenrolar dos fatos mais recentes na justiça instalaram forte clima de tensão nas comunidades locais e isso mostrou-se um obstáculo para a continuação da pesquisa. Assim para evitar qualquer interferência nessa questão e amenizar o ambiente da pesquisa de campo, optou-se apenas por contextualizá-la brevemente utilizando como referência as informações já disponíveis sobre ela.

Porém isso não diminuiu o interesse pela continuação da pesquisa no município nem no público alvo, pois a aproximação com essa realidade revelou outros pontos importantes de serem analisados, como os impactos da expansão do modelo de produção do agronegócio local sobre a trajetória histórica e o modo de vida dos agricultores familiares da região. A discussão desse tema mostrou-se mais amena e adequada pelo fato de promover uma maior aproximação entre o modo de vida dessas pessoas e a formação acadêmica do pesquisador, fazendo com que os diálogos fluíssem de maneira mais espontânea.

A pesquisa revelou que o processo histórico de formação da população local foi o mesmo verificado para os outros municípios dessa região, influenciado pelo avanço da pecuária

extensiva sob os sertões do sul do estado do Maranhão até chegar ao antigo norte goiano. Foram as pessoas ligadas a essa atividade econômica os primeiros a se instalarem no território da Serra do Centro e iniciarem então o processo de reprodução social nesse espaço. Portanto, a pecuária extensiva, baseada na criação de gado curraleiro nos campos naturais do cerrado, foi extremamente importante para o processo inicial de ocupação e estabelecimento da agricultura familiar nessa região.

Por último, graças principalmente ao avanço tecnológico, o melhoramento genético de plantas e o aporte do poder público, foi a vez dos produtores do agronegócio avançarem sertão adentro com a cultura da soja até atingirem o território da Serra do Centro para converterem as pastagens naturais locais, antes refrigelo da natureza e do gado curraleiro, em áreas de extensos monocultivos desse grão.

Foi a partir de então que a trajetória histórica e modo de vida da agricultura familiar local, de acordo com as narrativas daqueles considerados “nativos da região”, começou a ser alterada em função do convívio ao lado do agronegócio. Processo esse intensificado a partir da implantação do Projeto Agrícola Campos Lindos, pois a partir de então, o estabelecimento de novos núcleos familiares, a produção e as relações de trabalho local, passaram a ser condicionadas ou submetidas às regras impostas pelo Estado e pelos beneficiários desse projeto.

Entretanto isso vai de encontro à justificativa elencada pelo governo estadual à época da desapropriação da área para implantação do Projeto Agrícola Campos Lindos, que dizia que visava garantir a plenitude do reconhecimento dos direitos da população local e permitir-lhes a inserção em um moderno modelo de desenvolvimento econômico. Em termos práticos e em consonância com as percepções da população local, o governo estadual ficou longe de atingir a meta pretendida, pois o que a pesquisa revelou foi um processo de desrespeito dos direitos dos pequenos agricultores locais, a desagregação de comunidades rurais, o êxodo rural, a diminuição das dimensões e diversidade de suas roças e a quase que extinção das criações de animais pequeno, médio e grande porte, restando aos agricultores familiares da região a submissão ao trabalho assalariado nas grandes fazendas desse projeto.

Em outras palavras, a reprodução da agricultura familiar no território da Serra do Centro ficou limitada ao espaço ocupado pelos pequenos lotes de terras “doados” pelo Estado aos posseiros históricos da região. A utilização do termo “doadas” é referência ao modo como os agricultores familiares da região entendem esse processo, pois segundo eles, o efetivo direito de posse sobre as terras exploradas pelas suas famílias não foi de fato reconhecido pelo Estado,

que optou por critérios arbitrários e desrespeitosos para definir onde as famílias poderiam ficar e qual o tamanho das áreas a que teriam direito.

Além disso o processo de migração interna em busca de terras “descansadas” para cultivar foi interrompido e aumentou a pressão sobre as matas disponíveis para plantio das roças, exigindo redução do intervalo entre um plantio e outro. Considerando que as terras livres que poderiam ser utilizadas para roça foram transformadas em área de Reserva Legal do projeto. Essa situação é ainda mais crítica nas propriedades, em que devido ao casamento dos filhos, os pequenos lotes tiveram que ser subdivididos, aumentando também a pressão demográfica sobre o território familiar.

A pesquisa revelou que era por meio das roças que as famílias locais garantiam sua alimentação e renda antes da chegada das grandes fazendas produtoras de grãos. Atualmente ainda é tradição o plantio das roças, contudo, a grande maioria delas visa apenas suprir parte das necessidades alimentícias das famílias, tendo em vista que a maioria dos agricultores não tem condições financeiras para fazer os investimentos necessários para se cultivar nos solos de cerrado, como ocorre no modelo dos “agronegócios”. Assim o objetivo principal da atividade é diminuir a dependência de produtos externos e evitar períodos de ociosidade da mão de obra familiar em períodos de escassez de emprego, como nas entressafras das lavouras de grãos do projeto.

Por outro lado, os dados também apontam que contribuiu para a redução da área plantada pela agricultura familiar as mudanças sociais ocorridas nos últimos anos. Essas mudanças permitiram melhoria nas condições de educação e os filhos dos agricultores passaram a se dedicar por mais tempo aos estudos. Assim, segundo os relatos, a tendência da maioria dos jovens é optar pela condição de empregado em detrimento do trabalho na roça.

Como solução para esse impasse, alguns agricultores encontraram o caminho da mecanização como o mais adequado atualmente para exploração agrícola das terras que restaram às suas famílias. Tendo em vista que eles concebem o plantio da roça como fundamental para sua afirmação moral como agricultor. Assim a saída seria a prestação de serviço temporário para os agentes do agronegócio no projeto ou o apoio governamental por meio de políticas públicas específicas, assegurando os recursos necessários para a modernização de suas atividades sem deixar de considerar os aspectos culturais de sua atividade, diversificando as atividades de seu estabelecimento e permitindo a ele permanecer como produtor local ao lado da condição de assalariado rural.

Quanto às criações, levando em consideração que a pesquisa revelou que no passado essas eram importantíssimas para a alimentação e geração de renda nas unidades familiares. O trabalho revelou que os impactos da conversão das áreas de cerrado local em lavouras de grãos e a proibição da livre circulação dos animais foi um impacto extremamente significativo nessas atividades, praticamente inviabilizando suas presenças no sistema. Como foi verificado para as criações de porcos e cavalos, tão tradicionais no passado e que não existe mais na grande maioria dos estabelecimentos dos pequenos agricultores locais.

Outro impacto significativo verificado com a chegada das grandes fazendas e a implantação do projeto foi o desmatamento do cerrado. Segundo os entrevistados o desmatamento acabou com o “refrigelo” dos animais na chapada e reduziu as possibilidades das caças e coletas de frutos do cerrado. Além disso, os relatos apontaram a implantação do projeto como responsável pelo aumento significativo do trânsito de pessoas “de fora” na região que têm pescado de maneira indiscriminada e reduzindo a quantidade de peixes nos córregos e rios.

Quanto ao transporte pode-se dizer que houve melhoria significativa em função da implantação do projeto. Para atender as necessidades das fazendas são abertas e mantidas em condições de trafegabilidade várias vicinais que levam aos municípios de Campos Lindos (TO) e Balsas (MA), “encurtando” as distâncias entre os moradores da região e as cidades, e isso é considerado um impacto positivo do contato com o agronegócio.

Conclui-se, baseado na compreensão dos discursos apresentados nesse trabalho, que a combinação de todas essas transformações trazidas pela instalação das fazendas de grãos e do Projeto Agrícola Campos Lindos, apesar de ter promovido algumas melhorias quanto aos serviços básicos como saúde e educação, não promoveu o desenvolvimento econômico da agricultura familiar, renegando a eles a fraca inserção no processo de desenvolvimento econômico local, na condição de fornecedores de mão de obra para o trabalho nas grandes fazendas do projeto.

O caso de Campos Lindos (TO) pode lançar luz sobre outras experiências que conjuguem grandes interesses econômicos e ações do poder público. Como observado nos discursos de lançamento do plano e da agência de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA, onde os agentes públicos deixaram muito claro a pretensão do Estado de promover a melhoria das condições locais de infraestrutura, logística e outros meios necessários para assegurar a qualidade dos investimentos privados feitos na região. Por isso a análise dos

processos ali ocorridos pode ajudar na compreensão dos resultados futuros da expansão do agronegócio sobre a agricultura familiar no MATOPIBA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, V. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10.520**. Informação e documentação: citações em documentos: apresentação: Rio de Janeiro, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10.520**. Informação e documentação: citações em documentos: apresentação: Rio de Janeiro, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6.023**. Informação e documentação: referências: elaboração: Rio de Janeiro, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6.024**. Informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação: Rio de Janeiro, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6.027**. Informação e documentação: sumário: apresentação: Rio de Janeiro, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6.028**. Informação e documentação: resumo: apresentação: Rio de Janeiro, 2003.
- BAUER, M. W. Gaskell, G. *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático*. Petrópolis, RJ. Vozes, 2002.
- BRASIL. Decreto nº 8.447, de 06 de maio de 2015. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 2015.
- Brasil. Decreto Presidencial nº 8.447, de 06 de maio de 2015. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 2015.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 2006.
- CARVALHO, J. J. **O Olhar Etnográfico e a Vaz Subalterna**. Universidade de Brasília. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, RS, v. 7, nº 15, p. 107-147, 2001.
- CASTILHO, M. W. V., CASTRO, J. G.D. **Do Sertão à Periferia: a expropriação camponesa pela expansão da soja**. Araguaína – TO: FASE/CPT/APA-TO, 2006. Disponível em: <www.fase.org.br>. Acesso em 17 de fevereiro de 2015.
- CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Ed. Nueva Visión, Buenos Aires. Traducción Rosa María Rússovich, primera edición, 1974.
- CIFUENTE, J. E. M. **Agronegócio e Acumulação por Espoliação: o enclave da soja em Campos Lindos (TO)**. Brasília, DF, Universidade de Brasília. 2013.

CONEXÃO TOCANTINS. **Audiência Conciliatória Busca Solucionar Conflito Agrário em Campos Lindos**. Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2014- /10/03/audienciaconciliatoria-busca-solucionar-conflito-agrario-em-campos-lindos>> 03 de outubro de 2014.

COSTA, L. A. Blog do Luiz Armando Costa. Política e Acessórios, 2015. Disponível em: <<http://luizarmandocosta.com.br/noticia/dilma-oficializa-matopiba-em-lancamento-do-plano-de-defesa-agropecuaria-no-palacio-do-planalto/2394>>. Acesso em: 06 de maio 2016.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Caracterização Territorial Estratégica do Matopiba**. Nota Técnica, v. 2.3, Campinas, SP. 2015.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. 1ª ed. 13ª reimpressão. Rio de Janeiro, RJ, LTC, 2008. 323 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Produto Interno Bruto a Preços Correntes do Estado do Tocantins 1999 e 2012. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª Edição. São Paulo, SP, Atlas, 2003. 311 p.

LEFEVRE, F., LEFEVRE, A. M. C. **Discurso do Sujeito Coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa**. 2ª Ed. Caxias do Sul, RS, Educs, 2005. 256 p.

LÊNIN, V.I.U. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos de América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento capitalista na agricultura**. Coleção Alicerces. Editora Brasil Debates, São Paulo, 1980.

MELATTI, J. C. **A Situação dos Craôs da Área Pastoril do Tocantins**. Brasília, DF. 2009.
MENDES, J. T. G., JUNIOR, J. B. P. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo, SP, Pearson Prentice Hall, 2007, 369 p.

MENDES, J. T. G., JUNIOR, J. B. P. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo, SP, Pearson Prentice Hall, 2007, 369 p.

NORTE AGROPECUARIO. **O Produtor no Rumo Certo**. Disponível em: <<http://o.norte-agropecuario.com.br/index.php/noticias/1980-katia-abreu-destaca-potencial-do-matopiba>>. Acesso em: 20 de fevereiro 2017.

POLLAK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In Estudos Históricos. Tradução Dora Rocha Flaksman, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em 30 de setembro de 2014.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In: A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Buenos Aires. 2005. pp.227-278.

SANTOS, M. M., SOUSA, A. F. **Estudo antropológico complementar acerca dos potenciais elos de tradicionalidade dos camponeses ocupantes da Reserva Legal do Projeto Agrícola Campos Lindos Serra do Centro, Campos Lindos-TO**. Palmas, 2015.

SAUER, S. **Agricultura Familiar Versus Agronegócio: a dinâmica sócio-política do campo brasileiro**. Brasília, DF, Embrapa Informação Tecnológica, 2008, 73 p.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre, RS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

SCHNEIDER, S., NIEDERLE, P. A. Agricultura Familiar e Teoria Social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F. G., FARIAS NETO, A. L. **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina, DF, Embrapa Cerrados, 2008. 1198 p.

SILVA J. W. **Relatório Agrossocioambiental das Comunidades do Entorno da Serra do Centro, Município de Campos Lindos-TO**. Campos Lindos (TO), 2014.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1992.

TOCANTINS. Decreto nº 315 de 30 de agosto de 1996. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**. Poder Executivo. Palmas, TO. 1996.

TOCANTINS. Decreto nº 436, de 8 de maio de 1997. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**. Palmas, TO. 1997.

TOCANTINS. **Esclarecimentos sobre a Desapropriação de Terras para a Implantação do “Polo de Fronteira de Campos Lindos”**. Secretaria de Comunicação. Palmas, TO. 1998.

TOCANTINS. Lei nº 251, de 20 de fevereiro de 1991. **Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 60**. Poder Executivo. Palmas, TO, 1991.

TV ANHEGUERRA. G1, Tocantins. Disponível em: <http://g1.globo.com/to/tocantins/-noticia/2016/10/familias-camponesas-sao-retiradas-de-terras-no-norte-do-tocantins.ht-ml>. Acesso em 15 de fevereiro de 2016.

TV CLUBE. **G1 Piauí**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2015/05/territorio-do-matopiba-sera-lancado-e-vai-abranger-31-cidades-do-piaui.html>>. Acesso em 06 de dezembro de 2015.

WOORTMANN, K. **Com Parente não se Negocia: o campesinato como ordem moral**. Editora Universitário de Brasília. Brasília, DF. 1990.

ZIEMBA, A. P. *et al.* **Termo de Solicitação de Intervenção Federal**. Ministério Público Federal do Tocantins, Palmas, TO. 2003.

ANEXOS

ANEXO I – ROTEIRO ENTREVISTAS

Identificação

- a) Nome:
- b) Nascimento:
- c) Naturalidade:
- d) Tempo na Serra do Centro:

Trajatória Histórica

- a) Trajetória histórica:
- b) Relação de parentesco com os pioneiros na ocupação da Serra do Centro?
- c) Locais onde morou?
- d) Qual o motivo das mudanças?
- e) O contexto de fatos, eventos, manifestações culturais que ajudam a descrever o modo de vida na Serra do Centro sem as fazendas de grãos e com as fazendas de grãos?

Sistema Produtivo

- a) O que você planta?
 - i Qual a finalidade do plantio?
 - ii Quais os critérios para a escolha da área?
 - iii Quando e como é preparada a terra?
 - iv Quando e como são feitos os plantios?
 - v Quais serviços são feitos na condução das culturas?
 - vi Em que época são feitos esses serviços?

- vii Quando e como é feita a colheita?
 - viii Como os produtos são armazenados?
 - ix Como é feito o transporte da produção?
 - x Caso haja venda, aonde é comercializada?
 - xi Qual a origem da força de trabalho empregada em cada etapa?
 - xii De onde vêm os recursos que custeiam o plantio?
- b) O que você plantava antes do Projeto?
- i Qual era a finalidade do plantio?
 - ii Como era a escolha do local pro plantio?
 - iii Quando e como se preparava a terra?
 - iv Quando e como era feito o plantio?
 - v Quais serviços eram feitos na condução da cultura?
 - vi Em que época era feitos esses serviços?
 - vii Quando e como era feita a colheita?
 - viii Como os produtos eram armazenados?
 - ix Como era transportada a produção?
 - x Caso destinasse a comercialização, aonde era comercializada?
 - xi Qual era a origem da força de trabalho em cada etapa da produção?
 - xii De onde vinham os recursos que custeavam o plantio?
 - xiii Caso tenha mudado alguma coisa, o que justifica essas mudanças e quando elas começaram a ocorrer?
- c) Quais suas criações?
- i Qual a finalidade dessas criações?
 - ii Onde os animais são criados durante o ano?
 - iii O que eles comem durante o ano?

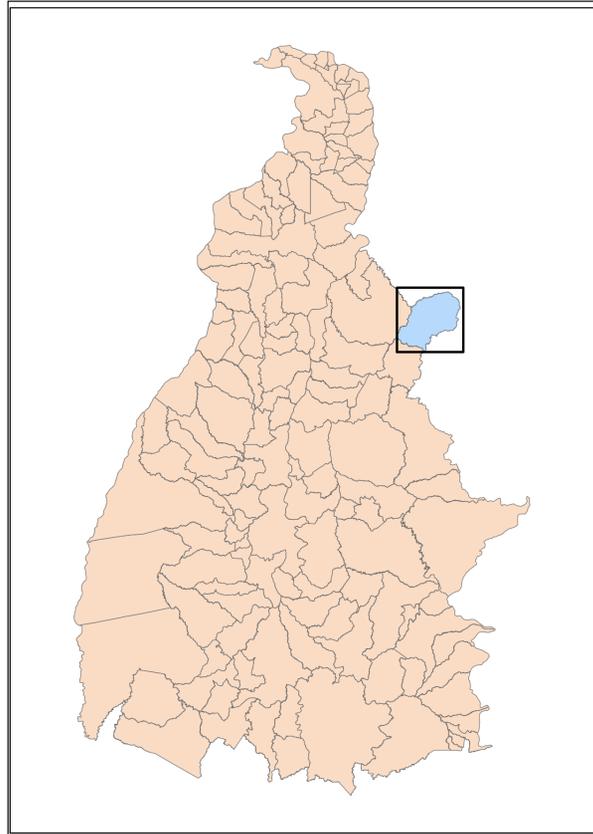
- iv Quais as fontes de água?
 - v Como é o manejo dos animais nas diversas fases da criação?
 - vi Que tipo de tratamento sanitário eles recebem?
 - vii Quem realiza esses serviços?
 - viii Como é feito o abate e conservação da carne?
 - ix Caso sejam vendidos, aonde são vendidos e pra quem?
 - x Como são transportados?
 - xi Onde você consegue os recursos para custear a criação?
- d) Como eram suas criações antes da chegada do Projeto?
- i Qual era a finalidade das criações?
 - ii Onde os animais eram criados durante o ano?
 - iii O que eles comiam durante o ano?
 - iv Qual era a fonte de água?
 - v Como era o manejo dos animais nas diversas fases da criação?
 - vi Que tipo de tratamento sanitário eles recebiam?
 - vii Quem realizava esses serviços?
 - viii Como era feito o abate e conservação da carne?
 - ix Caso fossem vendidos, aonde eram vendidos e pra quem?
 - x Como eram transportados?
 - xi De onde vinham os recursos que custeavam as criações?
 - xii Caso tenha abandonado alguma criação ou mudado o jeito de criar, o que justifica essas mudanças e quando elas começaram a ocorrer?
- e) Você complementa as despesas da família com outras atividades ou receitas além das plantações e criações?
- i Recebe algum auxílio, aposentadoria, bolsa família ou outro?

- ii Trabalha para terceiros como assalariado, temporário ou diarista?
 - iii Costuma caçar ou pescar?
 - iv Coleta algum alimento no cerrado?
 - v Mantém algum sítio, pomar ou horta próximo da casa?
 - vi Pratica extração de madeira ou outro recurso florestal para complementação da renda familiar, como artesanato?
- f) E antes, tinha alguma forma de complementar as despesas de casa?
- i Seus pais ou avós recebiam algum auxílio, aposentadoria, bolsa família ou outro?
 - ii Você ou seus pais trabalhavam para terceiros como assalariado, temporário ou diarista? Se houve mudança, quando começaram?
 - iii Praticavam algum tipo de caça ou pesca? Caso tenha mudado, é possível estimar a época dessas mudanças e apontar alguma causa?
 - iv Retiravam algum alimento no cerrado? Se sim antes e não agora, por que deixaram de fazê-lo?
 - v Tinham sítio, pomar ou horta próximo da casa? Mudou alguma coisa nesse aspecto? Se sim, é possível apontar os motivos?
 - vi Praticava extração de madeira ou outro recurso florestal para complementação da renda familiar, como artesanato? Caso tenha deixado de fazer, é possível explicar os motivos e a partir desde quando abandonou a atividade?

ANEXOS II – MAPA DE LOCALIZAÇÃO PROJETO AGRÍCOLA CAMPOS LINDOS.

ANEXO III – TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE ANTÔNIO MARCELO BRITO A PARTIR DE SEUS ASCENDENTES, HILÁRIO MARCELO RAMOS E FLORENTINA MARCELA SILVA.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO
PROJETO AGRÍCOLA - CAMPOS LINDOS

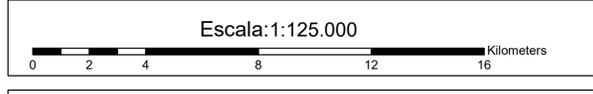


EMPREENDIMENTO: Projeto Agrícola Campos Lindos
 LOCALIZAÇÃO: Campos Lindos
 MUNICÍPIO: Campos Lindos - TO

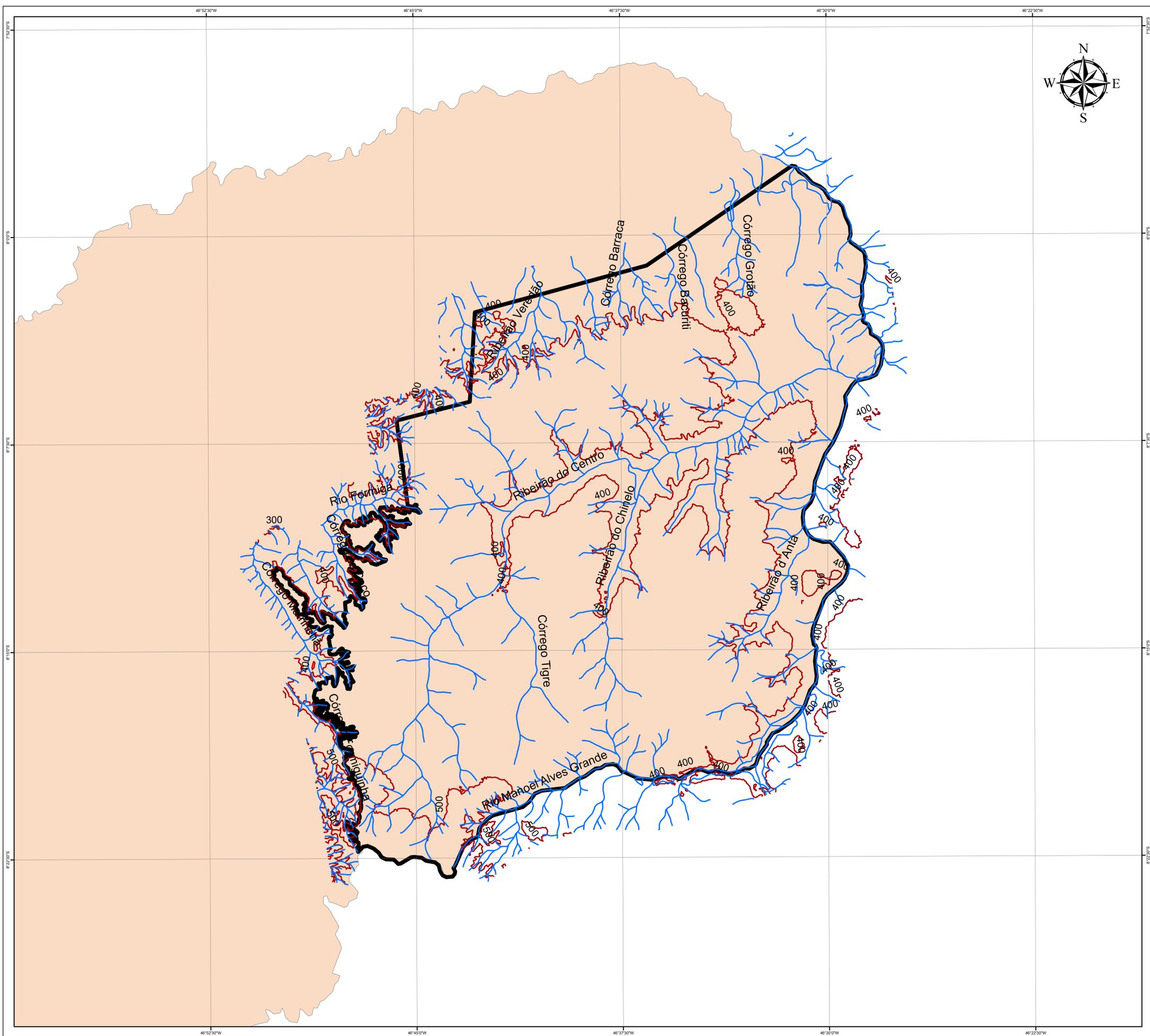
FUSO: 23
 DATUM: SIRGAS 2000
 COORDENADAS: UTM
 ASSUNTO: Mapa de Localização Projeto Agrícola Campos Lindos
 FONTE / DADOS: Naturatins / Seplan-TO

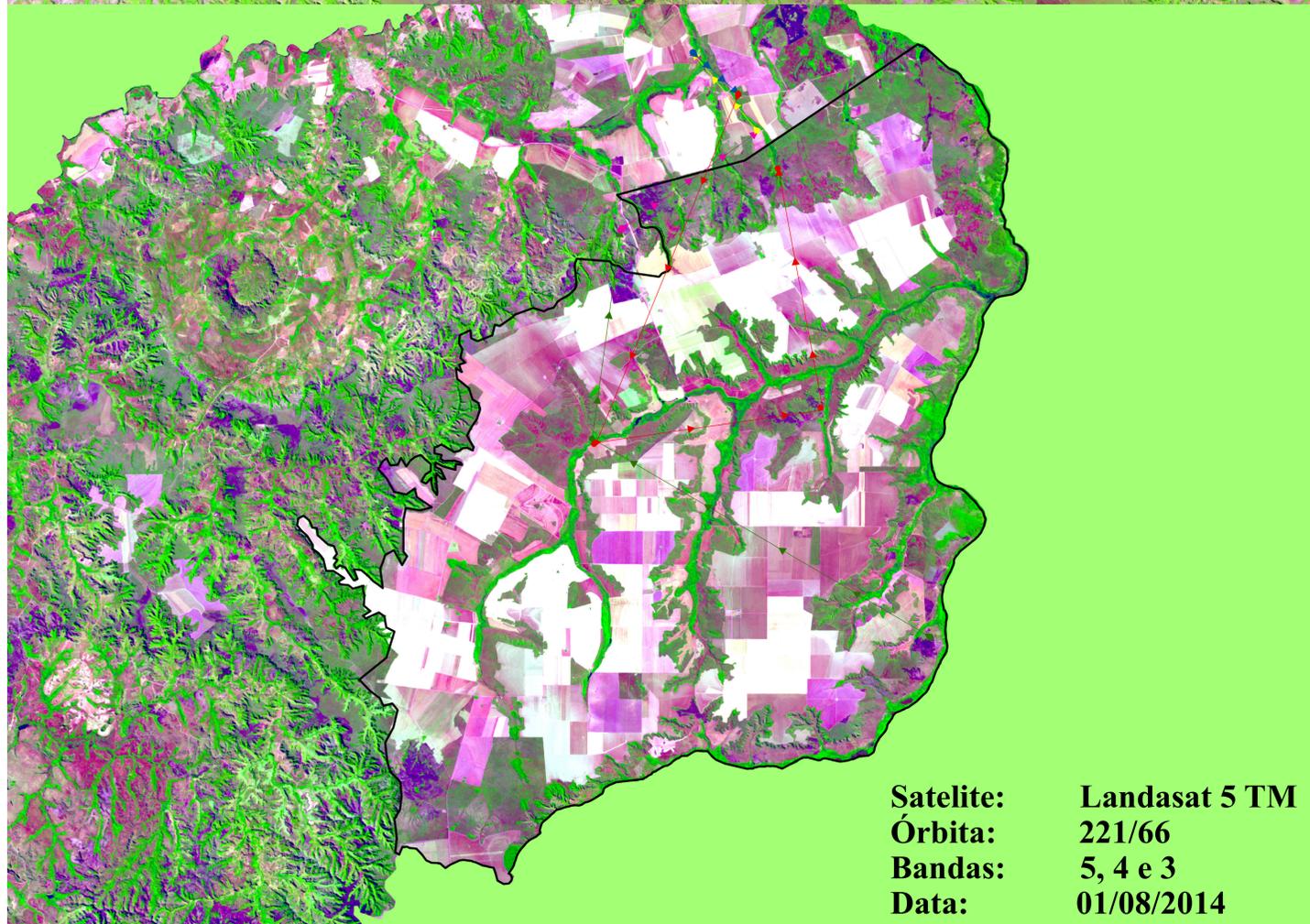
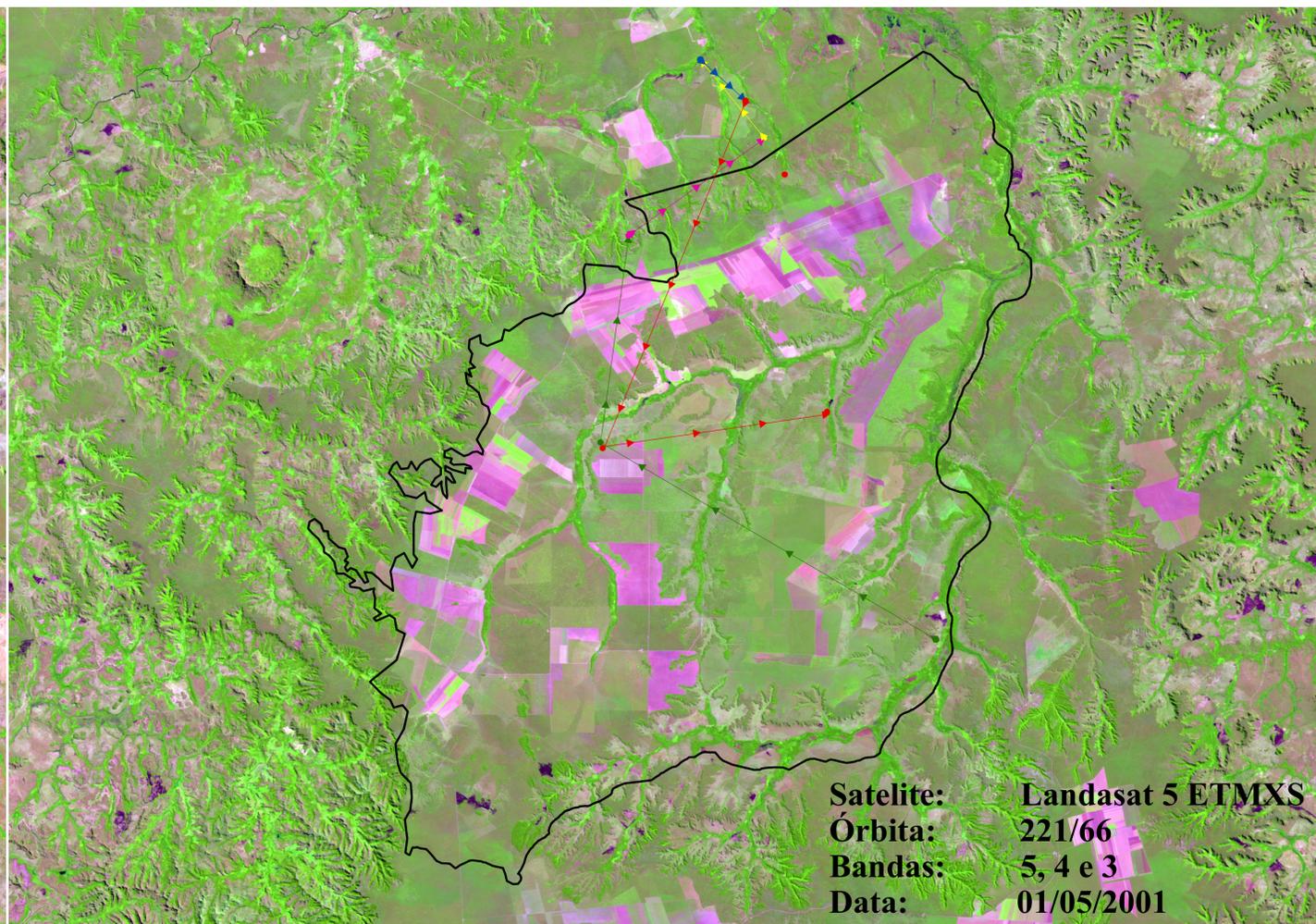
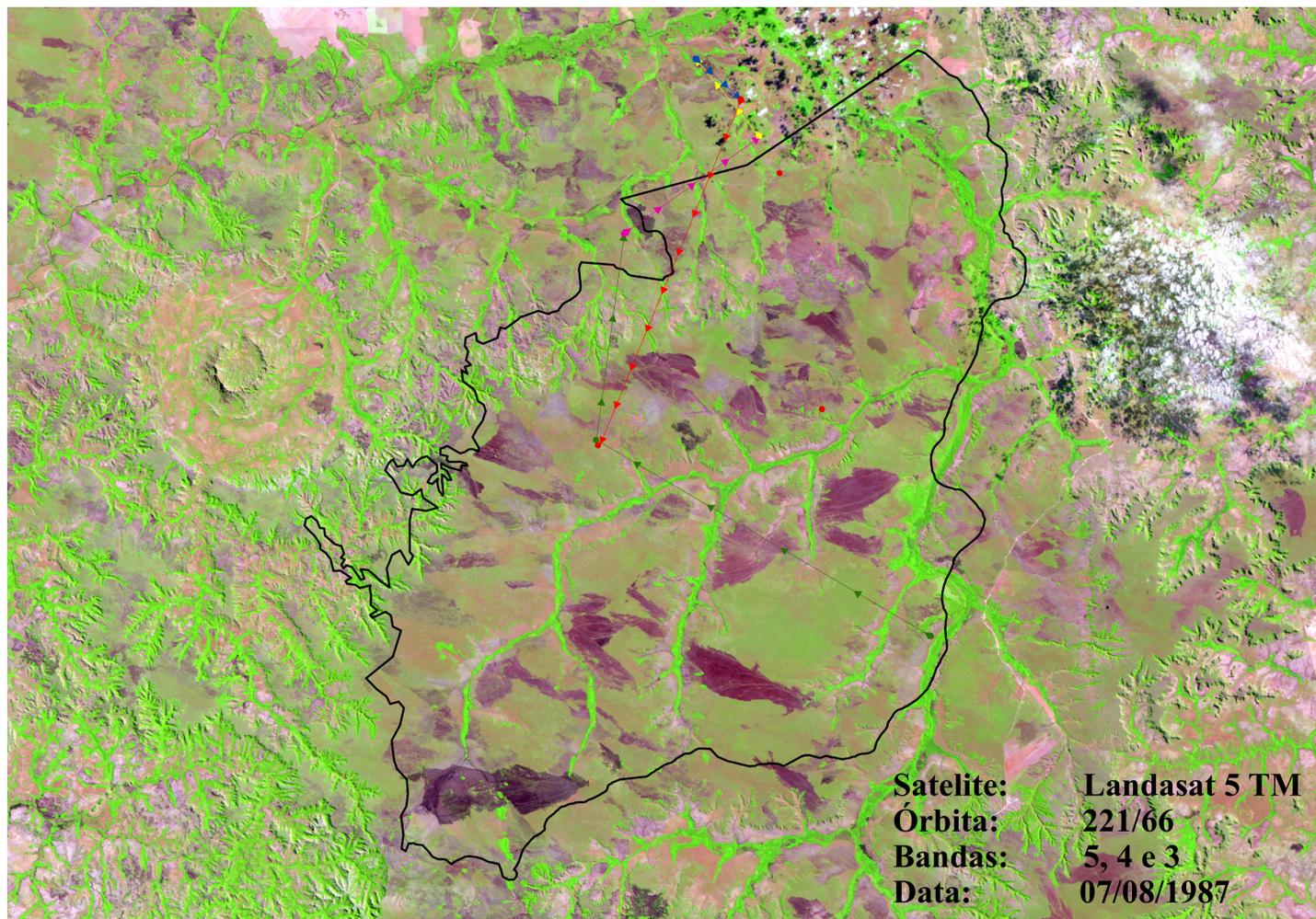
Legenda

- Hidrografia
- Cota altimétrica com intervalo de 100 m
- Projeto Agrícola Campos Lindos
- Limites Estadual



DATA: MARÇO / 2017





TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE ANTÔNIO MARCELO BRITO A PARTIR DE SEUS ASCENDENTES, HILÁRIO MARCELO RAMOS E FLORENTINA MARCELA SILVA

- Legenda:**
- Baixão Preto
 - Barraca
 - Chinelo
 - Olho d'Água
 - São Luiz
 - São Raimundo
 - Cabeceira do Angico
 - Taboca
 - Taboquinha
 - 1ª Geração
 - 2ª Geração
 - 3ª Geração
 - 4ª Geração
 - 5ª Geração
 - Projeto Agrícola Campos Lindos (TO)

